



RIO

PUC

Dissertação de Mestrado

Cuidar da criação considerando os povos originários

Uma abordagem de diálogo junto aos
Bóe (Bororo)

José Eder Ribeiro Lima

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Centro de Teologia e Ciências Humanas

Departamento de Teologia

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2025

Dissertação de Mestrado



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Cuidar da criação considerando os povos originários

Uma abordagem de diálogo junto aos
Bóe (Bororo)

José Eder Ribeiro Lima

Orientação: Professora Maria Teresa de Freitas Cardoso

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Teologia pelo programa de Pós-Graduação em Teologia, no Departamento de Teologia.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2025



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Cuidar da criação considerando os povos originários

Uma abordagem de diálogo junto aos Bóe (Bororo)

José Eder Ribeiro Lima

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Teologia. Comissão examinadora:

Professora Maria Teresa de Freitas Cardoso
Orientadora
Departamento de Teologia — PUC-Rio

Professor Andre Luiz Rodrigues da Silva
Departamento de Teologia — PUC-Rio

Professor Carlos Eduardo Freire Estellita-Lins
COC-Fiocruz; MN-UFRJ

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2025.



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

José Eder Ribeiro Lima

Graduou-se em Teologia pela faculdade Dehoniana de Taubaté, em Filosofia pela faculdade Católica de Anápolis-GO e em Engenharia Civil pela faculdade Unic de Rondonópolis-MT.

Ficha Catalográfica

Lima, José Eder Ribeiro

Cuidar da criação considerando os povos originários: uma abordagem de diálogo junto aos Bóe (Bororo) / José Eder Ribeiro Lima; orientação: Maria Teresa de Freitas Cardoso. – 2025.

131 f.: il. color.; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia, 2025.

Inclui bibliografia

1. Teologia – Teses. 2. Casa comum. 3. Ecologia integral. 4. Povos originários. 5. Cuidado. 6. Criação. I. Cardoso, Maria Teresa de Freitas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Teologia. III. Título.

CDD: 200

Agradecimentos

À CAPES – O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) – código de financiamento 001.

À FAPERJ – Este estudo foi financiado pela FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI 260003/005299/2025.

À PUC-Rio – Pelo acolhimento da minha pesquisa no PPGTeo do Departamento de Teologia em projeto de pesquisa da Professora Maria Teresa Cardoso.

A Deus que me presenteou com o dom da vida e que sempre me auxilia com a sua graça e proteção.

À minha orientadora professora Maria Teresa Cardoso, por toda atenção dispensada durante toda a minha pesquisa, sobretudo nas indicações de referências bibliográficas, bem como no acompanhamento e na correção da dissertação e por me oferecer a oportunidade de participar do Grupo de Pesquisa (CNPq) interdisciplinar “Ecologia integral e arquitetura do cuidado ecumênico”.

Ao meu bispo Dom Maurício da Silva Jardim e aos meus irmãos presbíteros da Diocese de Rondonópolis-Guiratinga, que me apoiaram durante todo o percurso dos estudos.

À minha família, que sempre me apoiou nos projetos que tenho buscado desenvolver.

À arquidiocese do RJ, de modo particular ao padre Luis Gustavo Lima Mendes e aos paroquianos da Paróquia Nossa Senhora do Bonsucesso, que me acolheram e acompanharam durante o percurso que fiz na pós-graduação.

Aos meus colegas da PUC-Rio, que além de me incentivarem, tornaram possível que o ambiente acadêmico fosse um espaço de diálogo e debate de temas importantes em torno dos saberes interdisciplinares.

Aos professores Carlos Estellita-Lins, Lacy Maria Araújo Alves e Mestre Mário Bordignon Enauréu, pelo incentivo e indicações de obras importantes em torno do tema que refleti na dissertação.

Resumo

LIMA, José Eder Ribeiro. **Cuidar da criação considerando os povos originários**: uma abordagem de diálogo junto aos Bóe (Bororo). Rio de Janeiro, 2025. 131p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

No presente trabalho, procuramos refletir o cuidado com a criação, considerando a sabedoria dos povos originários, através de uma abordagem de diálogo junto aos Bóe-Bororo e textos que têm debatido a importância do zelo com a “Casa Comum”. Assim, analisaremos a forma como os povos originários se relacionam com a natureza e procuraremos traçar uma relação do modo de vida adotado pelos povos tradicionais e os ensinamentos do Papa Francisco, que, desde o início do seu pontificado, indicou o bem viver e o bem conviver como práticas possíveis e necessárias para o cuidado com a criação. O nosso estudo leva em consideração a pesquisa bibliográfica e é organizado em três capítulos por meio dos quais procura analisar como ações do ser humano ao longo do tempo foram aumentando uma cultura de morte e a degradação da Casa Comum. Também analisamos experiências que apontam possibilidades para o bem viver e o bem conviver por meio do diálogo com a Encíclica *Laudato Si'* e a Exortação Apostólica *Querida Amazônia*, que são dois pronunciamentos de Papa Francisco envolvendo o tema de ecologia integral, além de considerarmos outras experiências no cuidado com o meio ambiente vivenciadas pelas Comunidades Eclesiais e por ambientalistas. Refletimos ainda sobre possibilidades de um novo mundo, através da responsabilidade ambiental e social, sobretudo levando em consideração as orientações do Papa Francisco e o estilo de vida dos povos originários, particularmente da etnia Bóe-Bororo.

Palavras-Chave

Casa Comum; Ecologia Integral; Povos originários; Cuidado; Criação.

Abstract

LIMA, José Eder Ribeiro. Caring for creation considering the original peoples: a dialogue approach with the Bóe (Bororo). Rio de Janeiro, 2025. 131p. Master's Dissertation - Department of Theology, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

In this work, we seek to reflect on the care for creation considering the wisdom of indigenous peoples, through a dialogue approach with the Bóe-Bororo and texts that have debated the importance of caring for our “Common Home”. Thus, we will analyze how indigenous peoples relate to nature and we will attempt to draw a connection between the lifestyle adopted by traditional peoples and the teachings of Pope Francis, who, since the beginning of his pontificate, has indicated good living and good coexistence as possible and necessary practices for the caring for creation. Our study considers bibliographic research and is organized into three chapters, through which it seeks to analyze how human actions over time have increased a culture of death and the degradation of our Common Home. We also analyzed experiences that point to possibilities for good living and harmonious coexistence through dialogue with the Encyclical *Laudato Si'* and the Apostolic Exhortation *Querida Amazonia*, two pronouncements by Pope Francis addressing the theme of integral ecology. We also considered other experiences in environmental care lived by ecclesial communities and environmentalists. Furthermore, we reflected on the possibilities of a new world through environmental and social responsibility, especially considering the guidelines of Pope Francis and the lifestyle of indigenous peoples, particularly the Bóe-Bororo ethnic group.

Keywords

Common Home; Integral Ecology; Indigenous Peoples; Care; Creation.

Sumário

1. Introdução	11
2. O planeta Terra febril e as consequências drásticas enfrentadas pelos seres vivos	17
2.1. O desenvolvimento irresponsável: a falta de cuidado com os mais pobres	17
2.2. A falta de responsabilidade do ser humano com a Casa Comum	26
2.3. Os impactos negativos da economia atual na vida do povo Bóe-Bororo no sul de Mato Grosso	37
3. Em busca do bem viver e do bem conviver: cuidar da obra criada	51
3.1. Experiências que apontam possibilidades para o bem viver e o bem conviver: dialogando com a “ <i>Laudato Si</i> ” e a “ <i>Querida Amazônia</i> ”	51
3.2. Outras experiências no cuidado com o meio ambiente: conversando com as Comunidades Eclesiais e ambientalistas	61
3.3. Caminhos de esperança: diálogo com os povos originários e a etnia Boé-Bororo	75
4. Cuidar da criação: diálogo com a etnia Bóe-Bororo	83
4.1. O povo Bóe-Bororo na região sul de Mato Grosso	83
4.2. O modo de viver e de conviver do povo Bóe-Bororo	93
4.3. O povo Bóe-Bororo e o cuidado com a Casa Comum: Experiências e possíveis caminhos	105
5. Conclusão	116
6. Referências bibliográficas	122

LISTA DE SIGLAS

AO – Octogésima Adveniens

CEBS – Comunidades Eclesiais de Base

CIMI – Conselho Missionário Indigenista

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COP – Conferência das Partes

CV – Caritas in Veritate

DAP – Documento de Aparecida

DFSA – Documento Final do Sínodo da Amazônia

FAS – Fundação Amazônia Sustentável

FEPOIMT – Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso

FT – Fratelli Tutti

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

GEE – Gases de efeito estufa

ICV – Instituto Centro de Vida

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPAM – Instituto de Pesquisa da Amazônia

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change

LS – Laudato Si'

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins

MMA – Ministério do Meio Ambiente

NCQG – *New Collective Quantified Goal*

NDCs – Contribuições Nacionalmente Determinadas

PIB – Produto Interno Bruto

QA – Querida Amazônia

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

TI – Terra Indígena

UCs – Unidades de Conservação

UNFCCC - *United Nations Framework Convention on Climate Change*

Lista de ilustrações, tabelas, quadros, figuras, abreviaturas, símbolos

Figura 1: Distribuição de desmatamento no Mato Grosso em 2023	41
Figura 2: Desmatamento por categoria fundiária	42
Figura 3: mapa da área de perambulação da etnia Bóe-Bororo até o século XVII	86
Figura 4: Mapa das terras indígenas Bororo (atuais) sul	88
Figura 5: Planta atualizada da aldeia Bóe-Bororo	95
Figura 6: Ritual <i>Aróe Káiwó</i>	99
Figura 7: Indígenas Bororo entregando a cruz peitoral a Dom Mauricio da Silva Jardim	104
Figura 8: Dom Maurício com a cruz peitoral doada pelos indígenas	104

1

Introdução

O mundo atual está marcado por vários sinais que colocam em risco a sobrevivência humana e a preservação do planeta. O uso predatório dos recursos naturais tem colaborado com a cultura de morte e com o acelerado processo de destruição da nossa Casa Comum. Associada a esses sinais, aparece também a economia de mercado que, pautada numa política neoliberal e na concentração de capital, tem ameaçado a dignidade da pessoa humana e transformado o ser humano, sobretudo o pobre, em sujeito descartável.

Por outro lado, se percebe que vários grupos sociais bem como os povos originários têm caminhado na contramão dessa lógica da sociedade atual, ensinando que é possível coexistir no planeta Terra, respeitando e usando de maneira responsável os bens da natureza e estabelecendo relações entre seres humanos, pautadas nos princípios da solidariedade, do respeito e cuidado uns para com os outros. Nesse sentido, escolhemos como tema para a nossa pesquisa “cuidar da criação considerando os povos originários: uma abordagem de diálogo junto aos Bóe-Bororo”.

A escolha do nosso tema deu-se sobretudo por conta das muitas reflexões que vêm sendo feitas em torno da questão da crise socioambiental, bem como apontamentos de soluções em vista de um planeta sadio, tais como simpósios, fóruns, inclusive as Conferências das Partes (COPs), nos quais se tem percebido que a superação dessa crise poderá acontecer quando se pensar em políticas públicas de proteção do meio ambiente e quando cada pessoa se descobrir agente de proteção da Casa Comum e responsável pelas gerações que hão de vir.

Tal proposta se fortaleceu levando em consideração alguns diálogos que fiz com os professores no início do mestrado, sobretudo a professora Maria Teresa Cardoso, com quem realizei uma disciplina de viés pastoral ecumênico, sobre missão e diálogo, e que se tornou minha orientadora, e quando compartilhei as reflexões propostas pelo VI encontro da Igreja da Amazônia legal, realizado em Santarém no Pará (2022), nas aulas e no Grupo de Pesquisa (CNPq) interdisciplinar “Ecologia integral e arquitetura do cuidado ecumênico”, onde recebi apoio também do Prof. Carlos Estellita-Lins. No encontro de Santarém tive já a oportunidade de refletir sobre a questão da ecologia integral, do cuidado com a Casa Comum e da

importância dos povos amazônidas em vista de estabelecer relações sadias com o meio em que vivemos. Outros fatores que me motivaram a essa pesquisa foram: a convivência com povos da etnia Bóe-Bororo que participam da Diocese de Rondonópolis-Guiratinga e que estabelecem uma relação de cuidado com a natureza, bem como com os seus pares, indicando caminhos possíveis para a superação da crise socioambiental na qual estamos mergulhados.

A metodologia que utilizaremos será a da pesquisa bibliográfica – livros, artigos, encíclicas papais, revistas, notícias de jornais, relatórios de órgãos governamentais e não governamentais, revistas eletrônicas – sobre o cuidado com a criação e com a Casa Comum; sobre as experiências de povos originários, em especial da etnia Bóe-Bororo; sobre os trabalhos de ambientalistas; sobre documentos produzidos pelo Papa Francisco, sobretudo a “*Laudato Si*” e a “*Querida Amazônia*”, e de outros autores que estudaram sobre o cuidado com a criação. Nesse sentido, procuraremos analisar alguns caminhos que possam contribuir para superar a cultura de morte e do descarte vigentes de maneira acelerada nos dias de hoje.

Como a proposta é dialogar com os povos originários, procuraremos na nossa pesquisa analisar o modo de viver e de conviver com a natureza pelos povos Bóe-Bororo, presentes na Diocese de Rondonópolis-Guiratinga. Dessa forma consideraremos os estudos realizados pelo Mestre Mário Bordignon Enauréu, salesiano que há mais de trinta anos escreve sobre os povos Bóe-Bororo e com os quais convive sistematicamente, bem como as pesquisas realizadas pelo professor Doutor Paulo Augusto Mário Isaac sobre o povo Bóe-Bororo, a antropóloga Sylvia Caiuby Novaes, que conviveu com o povo Bóe-Bororo, Albisetti e Venturelli que narram experiências junto aos povos Bororo também da região de Rondonópolis e outros autores que estudam sobre a importância da cosmovisão dos povos originários no cuidado com a Casa Comum. Além do mais, consideraremos as minhas experiências pessoais de convivência e trabalho pastoral com os indígenas que habitam nas aldeias Tadarimana, Piebaga, Arareau e Córrego Grande – localizadas próximas à cidade de Rondonópolis.

Procuraremos dessa forma fazer um percurso que mostre as consequências drásticas que a nossa Casa Comum e, conseqüentemente, todos nós estamos vivenciando por conta de uma lógica que se volta para o ter e pouco se preocupa com o ser, e levando em consideração a reflexão do Papa Francisco e de vários

autores e instituições que estão preocupados com a crise socioambiental e que apontam caminhos de superação, considerando o modo de viver e de conviver dos povos originários.

O nosso trabalho terá como objeto material o cuidado com a criação considerando a sabedoria dos povos originários, através de uma abordagem de diálogo junto aos Bóe Bororo, etnia localizada no estado do Mato Grosso, e as reflexões de autores que têm debatido a importância do zelo com a “Casa Comum”. Neste sentido, nosso objeto formal será considerar como os povos originários se relacionam com a obra da criação, levando em conta os ensinamentos do Papa Francisco, que tinha indicado desde o início do seu pontificado o bem viver e o bem conviver como práticas necessárias para o ordenamento da criação, para o esperar e para a superação de um modelo econômico fundamentado na concentração de capital que gera a cultura de morte, de modo particular para as pessoas mais pobres.

Considerando a necessidade de um despertar para o cuidado com a criação, a nossa pesquisa terá como hipótese que um dos caminhos para a construção de um mundo melhor pode ser o modo de viver e conviver dos povos originários, em especial da etnia Bóe-Bororo, como modelo de cuidado com a Casa Comum. Tal hipótese se deve ao fato de que vários autores, sobretudo o Papa Francisco, têm insistido para que a sociedade se deixe evangelizar pelas culturas indígenas, que muito têm a ensinar nesta perspectiva do cuidado com o outro, com o meio em que vivemos, com a natureza e com a ecologia integral. No nosso estudo analisaremos caminhos que despertem para a ética do cuidado com a criação, considerando o modo de viver dos povos originários e de um modo mais específico, dos povos da etnia Bóe-Bororo que habitam na Diocese da qual participo, na região de Rondonópolis-Mato Grosso e com os quais convivo por meio de trabalhos pastorais e de visitas cordiais. Buscaremos estabelecer um diálogo com a etnia Bóe-Bororo em vista de verificar se o cuidado com a Terra e relações de reciprocidade, solidariedade, fraternidade, partilha, igualdade, respeito e cuidado pela natureza, vividos pelos indígenas podem oferecer uma nova forma de vida para todos os povos, e consequentemente contribuir para que tenhamos um planeta sadio, uma Terra sem males.

O nosso estudo será dividido em três capítulos por meio dos quais procuraremos analisar como as formas de relações estabelecidas pelo ser humano

ao longo do tempo foi contribuindo com a cultura de morte, com a cultura do descarte das pessoas e da Casa Comum, resultando em consequências desastrosas para a vida das pessoas e do meio ambiente e acentuando a crise socioambiental que estamos vivendo. Apontaremos possibilidades de um novo modo de viver e conviver levando em consideração as reflexões propostas pelo Papa Francisco na encíclica *Laudato Si* e na exortação apostólica *Querida Amazônia* e a cosmovisão dos povos originários, sobretudo os da etnia Bóe-Bororo.

No primeiro capítulo apresentaremos os impactos negativos provocados pelo desenvolvimento irresponsável e pela falta de consciência humana, bem como o modo como tais impactos prejudicam a Casa Comum e os pobres que são desconsiderados diante da ganância de alguns que detêm o poder econômico e de uma economia centrada no lucro. Além do mais, mostraremos alguns impactos ambientais e sociais enfrentados pelos povos que vivem na região do Estado de Mato Grosso, de modo particular os povos originários Bóe-Bororo que vivem no sul do referido estado, especificamente na região da Diocese de Rondonópolis-Guiringa, e que têm sofrido com a perda de territórios considerados sagrados e fundamentais para a sua sobrevivência. Demonstraremos que o desenvolvimento tem se dado à custa dos recursos naturais e das populações vulneráveis, inclusive dos povos originários, bem como acontecido diante da falta de políticas públicas e flexibilização da legislação ambiental que colabora para os desmatamentos, para mercantilização e privatização dos bens da natureza, bem como a dependência de combustível fóssil que alimenta a emissão de gás carbônico na atmosfera e consequentemente provoca os eventos climáticos extremos como o aquecimento global ou ainda as grandes inundações.

No segundo capítulo, indicaremos caminhos de esperança e de possibilidades de superação desta lógica que alimenta a economia de mercado e o neoliberalismo e espalha uma cultura de morte, de destruição da “Casa Comum”. Nesse sentido, utilizaremos os documentos *Laudato Si* e *Querida Amazônia* e consideraremos a sabedoria dos povos originários, sobretudo os da etnia Bóe-Bororo no cuidado com a Casa Comum. Também serão consideradas as experiências vividas em comunidades eclesiais, os avanços conseguidos por meio das conferências do meio ambiente e os trabalhos de ambientalistas que apontam para uma esperança responsável, por meio de relações sustentadas no cuidado com o outro, com a natureza, consequentemente com toda a criação. Através de relações

fundamentadas na lógica da solidariedade, do cuidado com o ferido, da fraternidade, da responsabilidade social e da igualdade, procuraremos neste capítulo demonstrar que um outro mundo é possível.

No terceiro capítulo, abordaremos a história do povo Bóe-Bororo, o seu modo de viver e conviver, a relação destes com a natureza, os seus rituais, a preservação das plantas medicinais e da natureza em geral, bem como a contribuição que esta etnia indígena, presente na Diocese de Rondonópolis-Guiratinga e em outras Dioceses do Estado do Mato Grosso, oferece como possível caminho para a superação da cultura de morte e do descarte aceleradas nos tempos atuais. Nesse sentido, narraremos um pouco da história do povo Bóe-Bororo, sobretudo a origem dessa etnia seja na versão mítica ou histórica, bem como onde eles estão hoje no Mato Grosso, e a quantidade de indígenas que residem nas aldeias e fora delas. Além do mais, mostraremos vários aspectos da cosmologia do povo Bóe-Bororo, tais como: a casa como lugar de aprendizado dos costumes e valores da cultura dessa etnia; a organização circular da aldeia em vista da igualdade, reciprocidade, complementariedade, unidade social e simbólica do povo Bóe-Bororo; a interligação entre natureza, espiritualidade e pessoa; o conhecimento das plantas, que na cultura Bóe-Bororo serve tanto para práticas rituais, quanto para curar doenças. Ainda consideraremos na nossa pesquisa a relação amistosa vivenciada entre os indígenas Bóe-Bororo e a Diocese de Rondonópolis-Guiratinga, que pode ser percebida nas visitas pastorais e cordiais realizadas pelos missionários da pastoral indigenista da Diocese e na participação ativa dos indígenas Bóe-Bororo na atividades da Diocese, seja em momentos celebrativos ou de planejamento como a assembleia diocesana de pastoral e mais recentemente no sínodo indigenista Bóe-Bororo.

A proposta é que essa pesquisa possa contribuir na reflexão em torno da crise socioambiental que estamos enfrentando e encontrar possíveis caminhos que apontem soluções em vista do cuidado com a obra da Criação, a nossa Casa Comum, ampliando o diálogo, entre cristãos e não cristãos em busca de um planeta mais equilibrado e sadio. Nosso intuito é alargar o horizonte dos diálogos em torno dessa temática. Nesse sentido, consideramos a reflexão da professora Maria Teresa Cardoso em torno do compromisso que todos têm de cuidar da obra da criação:

Poderiam os cristãos junto com irmãos crentes em meio a outras religiões ou representantes das mais diversas culturas e disciplinas buscar também o que

podem compartilhar e realizar, ou como cooperar, pois todos têm a responsabilidade na condução do cuidado do mundo em que todos vivem. Seria a busca do diálogo ecumênico mais amplamente universal, assim como diz no próprio termo *oikoumene*, que abrange o universo habitado. Em favor da casa comum, a construir como habitação acolhedora e ao mesmo tempo anfitriã, de hospedagem de todos que nela transitam com seu viver¹.

Nesse sentido, buscaremos na nossa reflexão demonstrar como o paradigma do bem viver e do bem conviver podem contribuir para novas relações sociais, fundamentadas no diálogo, na reciprocidade, no compromisso, na solidariedade, na igualdade e na interconectividade com o outro, com o mundo, com a natureza e com a Casa Comum.

¹ CARDOSO, M. T. F., Perspectivas do diálogo ecumênico sobre a eucaristia, p. 17.

2

O planeta Terra febril e as consequências drásticas enfrentadas pelos seres vivos

Nas últimas décadas, a maioria dos líderes de todos os países, bem como ambientalistas, cientistas e outras pessoas que se preocupam com a sobrevivência do planeta e dos seres que o povoam têm refletido sobre os impactos negativos e que vêm colocando em risco a saúde da Terra. Importa dizer que tais impactos são, em sua maioria, ocasionados pela ambição desmedida do ser humano que, ao adotar um modelo econômico que visa a concentração do lucro e de um consumismo exagerado, pouco se preocupa com o progresso sustentável e que favoreça o cuidado com a Casa Comum, o bem viver do ser humano e dos outros seres vivos.

Neste sentido, apresentaremos neste capítulo os impactos negativos provocados pelo desenvolvimento irresponsável, sendo que a Casa Comum e os pobres são o que mais sofrem diante da ganância dos que detêm o poder e de uma economia centrada no lucro. Além do mais, na nossa reflexão serão apresentados alguns impactos ambientais e sociais enfrentados pelos povos que vivem na região do Estado de Mato Grosso, de modo particular os povos originários Bóe-Bororo que habitam no sul do referido estado.

2.1.

O desenvolvimento irresponsável: a falta de cuidado com os mais pobres

A relação entre desenvolvimento econômico e degradação ambiental tem sido amplamente discutida no contexto brasileiro, onde o crescimento muitas vezes ocorre à custa dos recursos naturais e das populações mais vulneráveis. O desmatamento, as queimadas e a exploração desenfreada de territórios ricos em biodiversidade são reflexos de um modelo econômico que prioriza o lucro imediato em detrimento da sustentabilidade e da justiça social. Esse fenômeno agrava as desigualdades socioeconômicas, afetando todas as formas de vida do planeta Terra, principalmente as comunidades tradicionais, indígenas e camponesas, que dependem diretamente dos ecossistemas para sua subsistência.

A ausência de políticas públicas eficazes para conter a devastação ambiental e suavizar seus efeitos acarreta impactos severos, como a perda da biodiversidade, o aumento das emissões de gases de efeito estufa e a intensificação das mudanças

climáticas. A flexibilização da legislação ambiental, a redução da fiscalização e o enfraquecimento de órgãos de proteção ampliam a vulnerabilidade das populações mais pobres, que enfrentam dificuldades para acessar recursos naturais essenciais e para se adaptarem às mudanças impostas por um ambiente cada vez mais degradado. Autores como Yáscara Maia Araújo Brito, Manoel Mariano Neto e Higor Costa de Brito sustentam essa percepção ao argumentarem que:

Devido às modificações no comportamento humano, em especial na maneira de produzir e consumir bens, nota-se uma série de modificações ambientais, das quais se destacam a intensificação da poluição ambiental, o esgotamento dos recursos naturais e consequente degradação dos ecossistemas, a ampliação dos conflitos e da desigualdade social, e o aumento progressivo das temperaturas do planeta. Ao tratar do Brasil, esta crise sanitária, deflagrada globalmente, é impulsionada pela crise política. Desta maneira, as políticas ambientais e sociais são gradualmente corroídas, culminando em graves retrocessos. Dentre os fatores mais relevantes, pode-se citar a invasão de terras indígenas, a expansão das atividades de mineração desenvolvidas ilegalmente, violações às leis ambientais e aos direitos humanos, perdas da qualidade de vida e o aumento do desmatamento².

Precisamos repensar o modelo de desenvolvimento vigente, adotando estratégias que conciliem crescimento econômico com preservação ambiental e inclusão social, por meio de políticas públicas ambientais responsáveis, de investimentos em políticas climáticas e de um compromisso efetivo com os direitos das populações marginalizadas que promovam um desenvolvimento sustentável e equitativo no Brasil.

Podemos afirmar que o Brasil enfrenta desafios significativos no que diz respeito ao desmatamento e às mudanças climáticas, impactando tanto a biodiversidade quanto os compromissos ambientais do país, como é caso da destruição da Floresta Amazônica, dos recordes de queimadas no Pantanal e o descompromisso com a agenda climática internacional. Essa temática é discutida por Aleixo e Arima Júnior, ao tratarem de quatro casos emblemáticos: o desmatamento da Amazônia, o recorde de queimadas no Pantanal, o descompromisso com a agenda climática, e o enfraquecimento do Fundo Nacional de Mudança do Clima (Fundo Clima)³.

Aleixo e Arima Júnior afirmam que a Amazônia é a maior floresta tropical do mundo e desempenha um papel fundamental na regulação climática global. No

² BRITO, Y. M. A.; NETO, M. M.; BRITO, H. C. (Org.), Meio ambiente e sustentabilidade: pesquisa, reflexões e diálogos emergentes, p. 7.

³ As informações citadas podem ser observadas no conjunto do artigo de ALEIXO, L.; JUNIOR, M. K. A., Desmatamento e mudanças climáticas no Brasil: Lacunas de governança, 2022.

entanto, nos últimos anos, o desmatamento tem se intensificado devido à expansão agropecuária, à extração ilegal de madeira e à mineração. Essa destruição compromete a biodiversidade bem como reduz a capacidade da floresta de absorver carbono, agravando o aquecimento global⁴. Leticia Aleixo e Mauro Arima afirmam que grande parte do desmatamento na Amazônia tem ocorrido de maneira ilegal e por grandes grupos empresariais:

Um estudo conduzido por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais e publicado na revista *Science* concluiu que 2% das propriedades rurais da Amazônia e do Cerrado são individualmente responsáveis por mais de 60% do desmatamento ilegal praticado nesses biomas. Além disso, de acordo com os dados, 20% das exportações de soja e 17% das exportações de carne podem estar ligadas ao desmatamento ilegal. Enquanto cresce a preocupação global com o monitoramento das cadeias produtivas sem a correspondente responsabilização no Brasil, povos indígenas da Amazônia brasileira e colombiana e organizações não governamentais do Brasil, França e Estados Unidos entraram com uma ação nos tribunais de Saint-Etienne, na França, contra o Grupo Casino. A ação foi ajuizada em 3 de março de 2021, acusando o Grupo Casino de vender carne produzida por meio de desmatamento ilegal e grilagem de terras.⁵

O estudo acima exposto denota a necessidade de fiscalização mais rigorosa e a preocupação quanto ao desmatamento ilegal, à sustentabilidade das exportações brasileiras e a relação entre a produção agropecuária e a manipulação ambiental. A iniciativa de abrir processo contra grupos econômicos é significativa no sentido de responsabilizar empresas envolvidas em cadeias produtivas associadas à destruição ambiental, evidenciando a lacuna na aplicação de normas ambientais no Brasil.

Assim, está claro que o uso predatório dos recursos naturais, o desmatamento das florestas, os garimpos ilegais, a poluição dos rios, a ambição desmedida dos que detêm o poder são alguns dos muitos sinais presentes na sociedade atual e que têm colaborado com a cultura de morte e com os desastres ambientais. Associada a esses sinais, aparece também a economia de mercado que, pautada numa política neoliberal e na concentração de capital, tem ameaçado a dignidade da pessoa humana e transformado o ser humano, sobretudo o pobre, em sujeito descartável. Tudo isso tem colaborado para agravar os problemas que afetam o planeta e “os que mais sofrem com as consequências desses desastres são os pobres, os que são

⁴As observações referidas se percebem no conjunto do artigo de ALEIXO, L.; JUNIOR, M. K. A., Desmatamento e mudanças climáticas no Brasil: Lacunas de governança, 2022.

⁵ ALEIXO, L.; JUNIOR, M. K. A., Desmatamento e mudanças climáticas no Brasil: Lacunas de governança, p. 7.

obrigados a abandonar as suas casas, devido às inundações, vagas de calor ou seca”⁶.

A falta de consciência humana em perceber que tudo está interligado, bem como o desrespeito com a Casa Comum, gera uma série de consequências negativas para toda a sociedade, de maneira particular para as pessoas mais pobres, que muitas vezes são obrigadas a deixarem suas casas e seus estilos de vida por conta de uma economia que fere, que mata e que tem provocado uma crise socioambiental, na qual os mais prejudicados “são os mais frágeis e desprotegidos, ou seja, os pobres”⁷.

Dom Orani João Cardeal Tempesta, arcebispo do Rio de Janeiro, destaca que o cuidado com a Casa Comum é urgente, coletivo e está na vocação cristã:

o cuidado da Casa Comum que precisa urgentemente, faz mudar algo em nível coletivo para buscar uma nova solidariedade universal. Porque a poluição, a mudança climática, a questão da água e a perda da biodiversidade estão colocando em risco a sustentabilidade da Criação. Para defender estas posições e sustentar a ética do cuidado não é necessário ser ecologista extremo, precisamos tomar consciência de nossa vocação cristã no universo do mundo...⁸

A esse respeito, compreendemos que o ser humano, agente de transformação, reconstrução ou destruição do planeta Terra, tem contribuído com atitudes desenfreadas, irresponsáveis e uso predatório dos recursos da natureza para intensificar problemas ambientais que colocam em risco a saúde da Casa Comum e consequentemente de todos os seres vivos. Estas questões ambientais que são também sociais, “produzem problemas das mais diversas ordens para toda a humanidade, mas em especial para os mais pobres, que são sensíveis e vulneráveis às intempéries e não dispõem de recursos para se protegerem”⁹.

Um dos efeitos perceptíveis nos últimos tempos e que tem gerado uma série de catástrofes para todos os seres vivos e sobretudo para o ser humano, conforme já mencionado, são os eventos climáticos extremos, manifestados através das grandes secas ou das grandes inundações, ocasionando a morte de pessoas, ou obrigando famílias a buscarem outros lugares para sobreviverem. Além do mais, estes eventos climáticos extremos têm prejudicado a fauna e flora do planeta Terra, colocando em risco toda a biodiversidade. Adriana Pereira Camargo, comenta que

⁶ FRANCISCO, PP.; Rezemos pelo grito da Terra, que está com febre e doente.

⁷ PEREIRA, Sandra J. B. Ecologia Integral como promoção do Bem Comum – o cuidado com a casa comum – uma proposta pedagógica à luz da UL 4: Paz universal, p. 54.

⁸ TEMPESTA, Orani João. Vamos cuidar da nossa “Casa Comum”.

⁹ SIQUEIRA, Antônio O. Carta Encíclica *Laudato Si'*: um diálogo com a ciência socioambiental, p. 55.

os efeitos das mudanças climáticas impactam tanto a vida do ser humano, quanto de outros seres vivos que povoam o planeta Terra:

Os efeitos das mudanças climáticas estão sendo observados tanto pelos cientistas quanto pelas pessoas comuns. Rotas de migração de animais estão sendo alteradas, as fases de crescimento e floração das plantas estão mudando, o nível dos oceanos está aumentando e recifes de corais estão se desintegrando. Além disso, em várias partes do mundo, as populações sofrem com as alterações do clima, enfrentando, por exemplo, secas e chuvas intensas ou acabam sendo vítimas de desastres ambientais, como os recentes terremotos no Haiti, Chile e Japão¹⁰.

Considerando todas essas catástrofes, a Igreja Católica Apostólica Romana, ao longo de sua história, tem se preocupado com as questões climáticas, como mencionou o Papa Francisco na carta encíclica *Laudato Si'* ao se pronunciar em torno da temática e trazer citações dos Papas antecessores sobre a posição da Igreja diante dos problemas sociais e ambientais decorrentes das mudanças climáticas e que colocam em risco a saúde do planeta. Na referida carta, o Papa Francisco listou uma série de problemas ambientais que derivam de acontecimentos presentes no mundo contemporâneo, advindos da poluição lançada na atmosfera, prejudicando o ar, a terra e a água e consequentemente todas as formas de vida do planeta, sobretudo a vida das pessoas mais pobres.

Segundo o Papa Francisco, várias pessoas adoecem “por causa da inalação de elevadas quantidades de fumo produzido pelos combustíveis utilizados para cozinhar ou aquecer-se”¹¹. O Papa Francisco ainda citou a poluição “causada pelo transporte, pelos fumos da indústria, pelas descargas de substâncias que contribuem para a acidificação do solo e da água, pelos fertilizantes, inseticidas, fungicidas, pesticidas e agrotóxicos em geral”¹².

Outro tipo de poluente, e que o Papa Francisco citou na *Laudato Si'*, são os resíduos não biodegradáveis produzidos em larga escala anualmente e que fere a saúde da Casa Comum. Dentre esses resíduos, Francisco indica os “resíduos domésticos e comerciais, detritos de demolições, resíduos clínicos, eletrônicos e industriais, resíduos altamente tóxicos e radioativos”¹³ que transformam a Terra

¹⁰ PEREIRA, A. C. et al., Sustentabilidade na prática: fundamentos, experiências e habilidades, p. 25.

¹¹ LS 20.

¹² LS 20.

¹³ LS 21.

“cada vez mais num imenso depósito de lixo”¹⁴. A *Laudato Si'* comenta os malefícios dos resíduos industriais e o atraso nas medidas para mitigar o problema:

tanto os resíduos industriais como os produtos químicos utilizados nas cidades e nos campos podem produzir um efeito de bioacumulação nos organismos dos moradores nas áreas limítrofes, que se verifica mesmo quando é baixo o nível de presença dum elemento tóxico num lugar. Muitas vezes só se adotam medidas quando já se produziram efeitos irreversíveis na saúde das pessoas¹⁵.

De acordo com o Papa Francisco, tais problemas estão conectados à cultura do desperdício:

Estes problemas estão intimamente ligados à cultura do descarte, que afeta tanto os seres humanos excluídos como as coisas que se convertem rapidamente em lixo. Note-se, por exemplo, como a maior parte do papel produzido se desperdiça sem ser reciclado. Custa-nos a reconhecer que o funcionamento dos ecossistemas naturais é exemplar: as plantas sintetizam substâncias nutritivas que alimentam os herbívoros; estes, por sua vez, alimentam os carnívoros que fornecem significativas quantidades de resíduos orgânicos, que dão origem a uma nova geração de vegetais. Ao contrário, o sistema industrial, no final do ciclo de produção e consumo, não desenvolveu a capacidade de absorver e reutilizar resíduos e escórias. Ainda não se conseguiu adotar um modelo circular de produção que assegure recursos para todos e para as gerações futuras e que exija limitar, o mais possível, o uso dos recursos não-renováveis, moderando o seu consumo, maximizando a eficiência no seu aproveitamento, reutilizando e reciclando-os. A resolução desta questão seria uma maneira de contrastar a cultura do descarte que acaba por danificar o planeta inteiro, mas nota-se que os progressos neste sentido são ainda muito escassos¹⁶.

Além dos malefícios dessa cultura do descarte, na Encíclica *Fratelli Tutti* o Papa Francisco acentuou as inúmeras formas de injustiças vivenciadas na sociedade atual, “alimentadas por visões antropológicas redutivas e por um modelo econômico fundado no lucro, que não hesita em explorar, descartar e até matar o homem”;¹⁷ e concluiu destacando que “enquanto uma parte da humanidade vive na opulência, outra parte vê a própria dignidade não reconhecida, desprezada ou espezinhada e os seus direitos fundamentais ignorados ou violados”¹⁸.

Em razão disso, percebemos que em nome do ter, da concentração do capital, algumas pessoas, sobretudo, aqueles que detêm o poder e uma parte dos que são donos dos grandes negócios têm relegado a vida humana e a vida do planeta como um mero objeto de consumo e de descarte ao explorar a mão de obra humana e usar

¹⁴ LS 21.

¹⁵ LS 21.

¹⁶ LS 22.

¹⁷ FT 22.

¹⁸ FT 22.

de maneira predatória os recursos naturais, devastando a floresta e colocando em risco o próprio planeta.

Na esteira da nossa reflexão, merece atenção o encontro da Igreja da Amazônia Legal, que aconteceu em Santarém no Pará, em 2022, onde os participantes teceram uma crítica ao modelo predatório de desenvolvimento que tem se sedimentado sobretudo no território amazônico por conta do seu potencial em “abundância de terras e de recursos naturais”¹⁹. Tal modelo tem gerado diversos tipos de violências e desigualdades:

esse modelo de desenvolvimento tem levado à alta concentração de terras, trabalho escravo, assassinato de lideranças indígenas, de defensores dos Direitos Humanos e de ativistas ambientais. Os danos socioambientais relacionados a isso tudo agudizam as desigualdades sociais e a destruição de territórios indígenas, quilombolas e aqueles de populações tradicionais²⁰.

Os participantes do encontro da Igreja da Amazônia legal criticaram o modelo econômico pautado no lucro e em “programas de estímulo às atividades voltadas para a exportação”²¹ que geram como consequências a “intensificação da fome e o recrudescimento da violência no campo”²², acompanhadas de outras formas de violência, tais como a “invasão de terras públicas”²³ e que “se estende a fraudes, homicídios e comércio ilegal de armas e drogas – uma simbiose entre destruição da floresta e crime organizado em várias esferas”²⁴.

O encontro em Santarém, no ano de 2022, retoma aspectos fundamentais já elencados na exortação apostólica *Querida Amazônia* em torno da questão socioambiental, sobretudo no que diz respeito a atitudes humanas que colocam em risco a saúde do meio ambiente gerando uma série de malefícios para o ser humano e para outros seres que habitam a Terra. Neste sentido, Santarém 2022 tece uma crítica aos modelos predatórios que têm destruído a natureza, a Casa Comum, a floresta amazônica e destaca a importância da conversão ecológica em vista de se

¹⁹ COMISSÃO Especial para a Amazônia da CNBB. Documento de Santarém 50 anos: gratidão e profecia, p. 19.

²⁰ COMISSÃO Especial para a Amazônia da CNBB. Documento de Santarém 50 anos: gratidão e profecia, p. 19-20.

²¹ COMISSÃO Especial para a Amazônia da CNBB. Documento de Santarém 50 anos: gratidão e profecia, p. 19.

²² COMISSÃO Especial para a Amazônia da CNBB. Documento de Santarém 50 anos: gratidão e profecia, p. 20.

²³ COMISSÃO Especial para a Amazônia da CNBB. Documento de Santarém 50 anos: gratidão e profecia, p. 20.

²⁴ COMISSÃO Especial para a Amazônia da CNBB. Documento de Santarém 50 anos: gratidão e profecia, p. 20.

pensar com “maior lucidez na perspectiva da ecologia integral”²⁵. Este documento ensina que é importante o cuidado e a responsabilidade com a Casa Comum, de modo particular o cuidado com a Terra e com as pessoas feridas que sofrem por conta da ganância humana que opta por modelos econômicos que colocam em risco a sobrevivência humana e do planeta.

Merece atenção nesta nossa reflexão em torno das questões socioambientais, a exortação apostólica *Querida Amazônia*, que foi redigida após um período de escuta e reflexão em torno dos problemas enfrentados por aqueles que habitam o território da “Amazônia Legal” e pelos habitantes do mundo inteiro que dependem direta ou indiretamente do território amazônico, sobretudo da contribuição que este território oferece na diminuição de emissões de gás carbônico na atmosfera.

O Papa Francisco, na exortação apostólica *Querida Amazônia*, recordou o que ele já havia afirmado na encíclica *Laudato Si'*: “uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da Terra como o clamor dos pobres”²⁶. A exortação apostólica *Querida Amazônia*, desta maneira, reflete as questões ambientais dentro da crise socioambiental que o planeta está vivendo e aponta uma série de atitudes humanas, sobretudo daqueles que detêm o poder e que têm ferido a dignidade dos povos amazônicos, bem como dos demais seres vivos que povoam aquele território.

Na exortação apostólica *Querida Amazônia*, o Papa Francisco denunciou os interesses dos colonizadores, que “legal e ilegalmente, fizeram e fazem aumentar o corte de madeira e a indústria minerária e que foram expulsando e encurralando os povos indígenas, ribeirinhos e afrodescendentes”²⁷. Tal atitude dos colonizadores, dizia o Papa Francisco, contribuiu para que os indígenas migrassem para as periferias das cidades:

favoreceu os movimentos migratórios mais recentes dos indígenas para as periferias das cidades. Aqui não encontram uma real libertação dos seus dramas, mas as piores formas de escravidão, sujeição e miséria. Nestas cidades caracterizadas por uma grande desigualdade, onde hoje habita a maior parte da população da Amazônia, crescem também a xenofobia, a exploração sexual e o tráfico de pessoas. Por isso o clamor da Amazônia não brota apenas do coração das florestas, mas também do interior das suas cidades²⁸.

²⁵ COMISSÃO EPISCOPAL PARA A AMAZÔNIA DA CNBB, Documento de Santarém 50 anos: gratidão e profecia, p. 25.

²⁶ LS 49.

²⁷ QA 9.

²⁸ QA 10.

Estas violências sofridas pelos povos amazônicos, sobretudo, os povos originários, convida sempre a escutar os clamores dos povos. Neste sentido, o Papa Francisco, na *Querida Amazônia*, recordou um clamor importante e de denúncia das misérias sofridas pelos povos que habitam o território amazônico:

Estamos sendo afetados pelos madeireiros, criadores de gado e outros terceiros. Ameaçados por agentes econômicos que implementam um modelo alheio em nossos territórios. As empresas madeireiras entram no território para explorar a floresta, nós cuidamos da floresta para nossos filhos, dispomos de carne, pesca, remédios vegetais, árvores frutíferas (...). A construção de hidroelétricas e o projeto de hidrovias têm impacto sobre o rio e sobre os territórios (...). Somos uma região de territórios roubados²⁹.

O Papa Francisco denunciou o falso mito que se criou em torno do território amazônico de que este é “um enorme vazio que deve ser preenchido, como uma riqueza em estado bruto que se deve aprimorar, como uma vastidão selvagem que precisa ser domada”³⁰. Esse falso mito não reconhece os direitos dos povos nativos:

e, tudo isso dentro de uma perspectiva que não reconhece os direitos dos povos nativos ou simplesmente os ignora como se não existissem e como se as terras onde habitam não lhes pertencessem. Nos próprios programas educacionais de crianças e jovens, os indígenas apareciam como intrusos ou usurpadores. As suas vidas e preocupações, a sua maneira de lutar e sobreviver não interessavam, considerando-os mais como um obstáculo de que nós temos de livrar do que como seres humanos com a mesma dignidade de qualquer outro e com direitos adquiridos³¹.

O Papa Francisco também denunciou o famoso jargão criado por aqueles que insistem num modelo econômico perverso e de destruição da floresta amazônica: “não entreguemos a Amazônia para estrangeiros”. De acordo com o Papa Francisco, tal jargão criou uma maquiagem para eximir a responsabilidade dos poderes públicos locais, que compactuaram com políticas de devastação do território amazônico:

Para aumentar esta confusão, contribuíram alguns slogans, nomeadamente o de não entregar, como se a citada sujeição fosse provocada apenas por países estrangeiros, quando os próprios poderes locais, com a desculpa do progresso, fizeram parte de alianças com o objetivo de devastar, de maneira impune e indiscriminada, a floresta com as formas de vida que abriga. Os povos nativos viram muitas vezes, impotentes, a destruição do ambiente natural que lhes permitia alimentar-se, curar-se, sobreviver e conservar um estilo de vida e uma cultura que lhes dava identidade e sentido. A disparidade de poder é enorme, os fracos não têm recursos para se

²⁹ REDE ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA (REPAM), Brasil, Síntese da contribuição para o Sínodo, 120 apud: Papa Francisco *Querida Amazônia*, n. 11.

³⁰ QA 12.

³¹ QA 12.

defender, enquanto o vencedor continua a levar tudo, os povos pobres ficam sempre pobres e os ricos tornam-se cada vez mais ricos³².

Outro autor que tece críticas ao modelo econômico vigente e que coloca em risco a vida do planeta Terra é Leonardo Boff. Na obra intitulada “Saber e Cuidar – Ética do Humano – compaixão pela Terra”, Leonardo Boff chama a exploração irresponsável dos bens naturais e da mão de obra humana de descuidos e descasos. Tais descuidos e descasos, de acordo com Boff, se estampam nas pessoas mais vulneráveis:

na vida inocente de crianças, no destino dos pobres e marginalizados, dos desempregados e aposentados, nos excluídos do processo de produção, nos sonhos de generosidade, na sociabilidade nas cidades, na dimensão espiritual do ser humano, nas coisas públicas, na reverência, na casa comum e na maneira de organizar a habitação³³.

Portanto, percebemos que a irresponsabilidade humana, associada ao modelo econômico centrado no lucro, tem colocado em risco a “Casa Comum” e a consequência de tal atitude são vários tipos de males vivenciados pelo ser humano, bem como por outros seres vivos que povoam o planeta Terra.

2.2.

A falta de responsabilidade do ser humano com a Casa Comum

Nos últimos tempos temos percebido de maneira mais evidente a falta de responsabilidade do ser humano com a Casa Comum. A irresponsabilidade humana se reflete desde pequenos gestos nos centros urbanos até os grandes projetos econômicos tanto na zona urbana quanto rural. Muitas pessoas no intuito de acumular riquezas exploram de maneira predatória os recursos naturais, sem considerar que o uso inadequado destes recursos afeta todas as formas de vida existentes. Percebemos que a ação de algumas pessoas na sociedade vigente exclui a ideia de que tudo está interligado, colaborando para a destruição da “Casa Comum” e conseqüentemente para a destruição da vida humana. De acordo com Sandra de Jesus Belo Pereira “um crime contra a natureza é sem dúvida um crime contra a humanidade e contra o seu Criador - Deus”³⁴.

³² QA 13.

³³ BOFF, L., Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra, p. 24.

³⁴ PEREIRA, S. J. B., A Ecologia Integral como promoção do Bem Comum, p. 45.

Os autores Maria Teresa Cardoso e Carlos Estellita-Lins fazem observar que o uso desmedido dos recursos naturais pode tornar a Casa Comum, que deveria estar em construção, como lugar inabitável, e as formas de vida tornam-se mais vulneráveis:

A casa comum pode deixar de ser casa de habitação no planeta. Uma discussão se faz urgente sobre a utilização dos recursos, a mudança do estilo de vida, a reorganização da produção dos modos de viver. Os recursos da terra não são infinitos, a biodiversidade diminuiu drasticamente e como tudo está cada vez mais interligado, inúmeras formas de vida estão ficando completamente vulneráveis³⁵.

Outro fator que destacamos é o processo de mercantilização e a privatização dos bens da natureza. De acordo com os autores do texto base para o 15º Encontro Intereclesial das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), ocorrido na cidade de Rondonópolis-Mato Grosso no ano de 2023, ao relegar todos os bens da natureza apenas como potencial de mercado e de lucro, “os povos indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos são os que mais sofrem”³⁶, bem como as famílias que migram do campo para as periferias das cidades. Desse modo, “a humanidade caminha rapidamente para tornar a Terra, Nossa Casa Comum, inabitável”³⁷.

É fundamental observarmos que a crítica à ação irresponsável do ser humano em relação à Casa Comum não é recente. Vários autores há tempo chamam a atenção para as consequências negativas e impactantes que tais ações poderiam provocar na natureza e consequentemente na vida humana e de todos os seres que habitam a Terra. São Paulo VI na Carta Apostólica *Octogesima Adveniens* já tecia uma crítica à irresponsabilidade humana pelo uso irracional da natureza, ao afirmar que o ser humano, “explorando a natureza de maneira inconsiderada, começa a correr o risco de destruí-la e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação”³⁸. De acordo com São Paulo VI a natureza e a vida humana ficam vulneráveis em um ambiente impossível de adaptação:

não só já o ambiente material se torna uma ameaça permanente, poluições e lixo, novas doenças, poder destruidor absoluto; é mesmo o quadro humano que o homem não consegue dominar, criando assim, para o dia de amanhã, um ambiente global,

³⁵ FREITAS, M. T. C.; LINS, C. E., O que há de casa comum? Políticas do luto e Diálogo inter-religioso, p. 819.

³⁶ RODRIGUES, S. S. et al., CEBs – Igreja em Saída na busca da vida plena para todos e todas, p. 15.

³⁷ RODRIGUES, S. S. et al., CEBs – Igreja em Saída na busca da vida plena para todos e todas, p. 15.

³⁸ OA 21.

que poderá tornar-se-lhe insuportável. Problema social de envergadura, este, que diz respeito à inteira família humana³⁹.

Nessa mesma perspectiva, São João Paulo II, na mensagem para a celebração do XXIII Dia Mundial da Paz, trata da questão da degradação do meio ambiente e indica a importância de se criar uma consciência ecológica que ajude o ser humano a estabelecer uma relação sadia, equilibrada com a natureza, com a Terra. Segundo São João Paulo II a questão da degradação do meio ambiente é fruto da ambição humana, que, abandonando o projeto original de Deus na criação, preferiu o pecado, destruindo a harmonia existente entre todas as coisas criadas, “pondo-se deliberadamente contra o desígnio do Criador”⁴⁰; e que a crise ecológica é um problema moral que se fundamenta em pelo menos dois elementos: “a aplicação sem discernimento dos progressos científicos e tecnológicos”⁴¹, que comprometem toda a questão climática e colaboram para o efeito estufa e a “falta de respeito pela vida”⁴² assinalada pelos interesses econômicos que “são postos acima do bem de cada uma das pessoas, se não mesmo acima de populações inteiras”⁴³, bem como “por uma descomedida destruição das espécies animais e vegetais, ou por uma desavisada exploração dos recursos”⁴⁴.

Tal preocupação da Igreja Católica é considerada também pelo Papa Bento XVI, que faz uma crítica em torno do modelo de desenvolvimento irresponsável e do uso inadequado dos recursos naturais. Na Encíclica “*Caritas in veritate*”, o Papa Bento XVI afirma que a Igreja tem responsabilidade pela criação e que sua tarefa não se restringe em somente defender a natureza:

a terra, a água e o ar como dons da criação que pertencem a todos, mas deve sobretudo proteger o homem da destruição de si mesmo. Requer-se uma espécie de ecologia do homem, entendida no justo sentido. De fato, a degradação da natureza está estreitamente ligada à cultura que molda a convivência humana: quando a “*ecologia humana*” [João Paulo II, 1991 apud Bento XVI et al., 2009] é respeitada dentro da sociedade, beneficia também a ecologia ambiental. Tal como as virtudes humanas são intercomunicantes, de modo que o enfraquecimento de uma põe em

³⁹ OA 21.

⁴⁰ JOÃO PAULO II, PP., Mensagem de sua Santidade João Paulo II para celebração do XXIII dia da Paz, n. 3.

⁴¹ JOÃO PAULO II, PP., Mensagem de sua Santidade João Paulo II para celebração do XXIII dia da Paz, n. 6.

⁴² JOÃO PAULO II, PP., Mensagem de sua Santidade João Paulo II para celebração do XXIII dia da Paz, n. 7.

⁴³ JOÃO PAULO II, PP., Mensagem de sua Santidade João Paulo II para celebração do XXIII dia da Paz, n. 7.

⁴⁴ JOÃO PAULO II, PP., Mensagem de sua Santidade João Paulo II para celebração do XXIII dia da Paz, n. 7.

risco também as outras, assim também o sistema ecológico se rege sobre o respeito de um projeto que se refere tanto à sã convivência em sociedade como ao bom relacionamento com a natureza⁴⁵.

Segundo Erin Lothes, para o Papa Bento XVI, o cuidado é obrigação:

o cuidado com o meio ambiente é uma obrigação religiosa de reverência devida à Criação de Deus, que o cuidado da Criação é um ato moral, que a sustentabilidade ambiental é essencial para a paz cívica e o bem-estar econômico. E já que o excesso de riqueza e consumo contribui para a pobreza, o desenvolvimento sustentável é uma responsabilidade moderna⁴⁶.

Na mensagem escrita no dia primeiro de janeiro de 2007, por ocasião da celebração do Dia Mundial da Paz, Bento XVI alertou sobre a importância de construir a paz em vista de um “autêntico humanismo integral”⁴⁷. E, ao descrever sobre temas fundamentais que garantem a dignidade do ser humano refletiu sobre a questão meio ambiente, afirmando que “ao lado da ecologia da natureza existe uma ecologia que podemos designar humana, a qual, por sua vez, requer uma ecologia social”⁴⁸. De acordo com Bento XVI, é necessário que o ser humano “tome consciência cada vez mais das ligações existentes entre a ecologia natural, ou seja, o respeito pela natureza e a ecologia humana”⁴⁹. Para Bento XVI, “a experiência demonstra que toda a atitude de desprezo pelo ambiente provoca danos à convivência humana e vice-versa”⁵⁰ e produz um conceito desumano de desenvolvimento:

A destruição do ambiente, um uso impróprio ou egoísta do mesmo e a apropriação violenta dos recursos da terra geram lacerações, conflitos e guerras, precisamente porque são fruto de um conceito desumano de desenvolvimento. Com efeito, um desenvolvimento que se limitasse ao aspecto técnico-econômico, descurando a dimensão moral-religiosa, não seria um desenvolvimento humano integral e terminaria, ao ser unilateral, por incentivar as capacidades destruidoras do homem⁵¹.

⁴⁵ CV 51.

⁴⁶ LOTHES, E., Três pontos que explicam por que Bento XVI é o “papa verde”.

⁴⁷ BENTO XVI, PP., Mensagem de sua Santidade Bento XVI para a celebração do dia mundial da Paz, n. 1.

⁴⁸ BENTO XVI, PP., Mensagem de sua Santidade Bento XVI para a celebração do dia mundial da Paz, n. 8.

⁴⁹ BENTO XVI, PP., Mensagem de sua Santidade Bento XVI para a celebração do dia mundial da Paz, n. 8.

⁵⁰ BENTO XVI, PP., Mensagem de sua Santidade Bento XVI para a celebração do dia mundial da Paz, n. 8.

⁵¹ BENTO XVI, PP., Mensagem de sua Santidade Bento XVI para a celebração do dia mundial da Paz, n. 9.

Recentemente, o pontificado do Papa Francisco foi assinalado pela crítica à irresponsabilidade humana que tem provocado a desordem na “Casa Comum” e consequentemente maltratado a vida humana e todas as outras formas de vida presentes no planeta Terra. Na Encíclica *Laudato Si'*, o Papa Francisco desenvolveu a ideia de que tudo está interligado, ou seja, que o ser humano e a Terra, a natureza (Casa comum) estão conectados e que a sobrevivência e o cuidado de um garantem a sobrevivência do outro. Por conseguinte, o Papa Francisco afirmou que a proteção da Casa Comum “inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral”⁵² que garanta a vida do planeta Terra e consequentemente do ser humano de hoje e de amanhã.

De acordo com o Papa Francisco, aos gemidos da terra se conectam os gemidos dos “abandonados do mundo”⁵³ que sofrem os males advindos “das formas de poder derivadas do paradigma tecno-econômico”⁵⁴ e de políticas públicas que sustentam o uso predatório dos recursos naturais, comprometendo as condições climáticas e consequentemente a vida do ser humano e dos outros seres vivos que povoam a Terra. Recentemente em um vídeo feito por ocasião do pedido de oração para o mês de setembro (“Tempo da Criação”), o Papa Francisco criticou o modelo econômico que sustenta o lucro e ignora o cuidado com a Casa Comum. Neste sentido, o Papa Francisco afirmou que “a Terra está doente, com febre” e que é tarefa de toda a humanidade cuidar para que a vida seja garantida para os homens e mulheres de hoje e para a geração futura. O referido pedido do Papa Francisco foi divulgado em vídeo⁵⁵.

Assim, percebemos que a falta de consciência do ser humano, refletida sobretudo na ação daqueles que detêm o poder, tem causado um impacto negativo na Casa Comum ao favorecer cada vez mais a degradação do meio ambiente, o que interfere nas condições climáticas, ocasionando grandes desastres naturais e consequentemente a morte de muitas pessoas, sobretudo as mais pobres. Segundo José Alves Paiva Júnior dados apresentados por cientistas apontam para um acelerado processo de destruição do planeta Terra:

os relatórios dos cientistas de todo mundo que acompanham essas mudanças preocupam cada vez mais. Ao constatar os índices de degradação da natureza, eles preveem situações extremamente perigosas no futuro, se continuarmos a viver do

⁵² LS 13.

⁵³ LS 53.

⁵⁴ LS 53.

⁵⁵ O vídeo foi divulgado em Vatican News em 30 ago. 2024.

mesmo jeito que estamos vivendo. Noutras palavras, estamos em um acelerado processo de destruição do nosso planeta e, conseqüentemente, da vida⁵⁶.

Um dos fatores responsáveis pela destruição do meio ambiente tem sido o desmatamento irresponsável, as mudanças no uso do solo e a excessiva concentração de renda nas mãos de poucas pessoas que colocam o lucro em primeiro lugar e não se preocupam com a vida do planeta. Com base nisso, os autores da obra intitulada “Perguntas e respostas sobre o aquecimento global, disponível na página do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), afirmam que quando se derruba ou queima a floresta e se estabelece uma nova forma de uso da terra, seja pela agricultura ou pastagem, acontece “a liberação de uma grande quantidade de carbono na forma de CO₂ para a atmosfera, contribuindo, assim, para o aquecimento global”⁵⁷. Segundo dados extraídos da página do IPAM a mudança no uso do solo tem colaborado para o aquecimento global:

Estima-se que 1,6 bilhões de toneladas de carbono foram emitidas para a atmosfera por ano devido às mudanças no uso do solo, durante a década de 1990. Nos últimos 300 anos, cerca de 10 milhões de km² de florestas deram lugar a outro tipo de uso da terra. Nas regiões tropicais, a retirada da cobertura florestal poderá causar alterações no balanço hídrico, tornando o clima seco e quente. A taxa de evapotranspiração da floresta é muito maior do que qualquer cultivo ou pastagem, e com a mudança no uso do solo, o fluxo de vapor da água para a atmosfera diminui sensivelmente, alterando o ciclo hidrológico. Na Amazônia, por exemplo, estudos preveem que a temperatura poderá subir de 5 a 8° C até 2100 e a redução no volume de chuva pode chegar a 20%⁵⁸.

De acordo com Henrique Nascimento, o desmatamento de florestas gera várias conseqüências negativas para o meio ambiente, tais como a alteração no microclima da região, na perda de biodiversidade, no genocídio e etnocídio dos povos indígenas, na erosão do solo e na desertificação. Segundo este mesmo autor, “o desmatamento através das queimadas ainda contribui para o aumento de gás carbônico na atmosfera. Gás este que é um dos principais fatores para a ampliação do efeito estufa e conseqüentemente do aquecimento global”⁵⁹.

Deste modo, entendemos que “as mudanças climáticas são um problema global com graves implicações ambientais, sociais, econômicas, distributivas e

⁵⁶ JUNIOR, J. A. P., *Laudato Si’* e Fratelli Tutti: tarefas para novas formas de vida no planeta, p. 8.

⁵⁷ PINTO, E. P. P., Perguntas e respostas sobre Aquecimento Global, p. 32.

⁵⁸ PINTO, E. P. P., Perguntas e respostas sobre Aquecimento Global, p. 32.

⁵⁹ NASCIMENTO, H., Veja 5 conseqüências do desmatamento de florestas, p. 2.

políticas, constituindo atualmente um dos principais desafios para a humanidade”⁶⁰, sobretudo, para os mais pobres que “vivem em lugares particularmente afetados por fenômenos relacionados com o aquecimento”⁶¹. Os pobres, que “dependem fortemente das reservas naturais e dos chamados serviços do ecossistema, como a agricultura, a pesca, e os recursos florestais”⁶², veem cada dia mais tais recursos sendo escassos, por conta dos eventos climáticos extremos, de modo particular pela seca extrema ou pelas inundações. Diante de tal fenômeno, o Papa Francisco verificou a indiferença de várias pessoas, inclusive por parte do poder público, em relação às tragédias ocasionadas por conta dos eventos climáticos extremos:

Infelizmente, verifica-se uma indiferença geral perante estas tragédias que estão acontecendo agora mesmo em diferentes partes do mundo. A falta de reações diante destes dramas dos nossos irmãos e irmãs é um sinal da perda do sentido de responsabilidade pelos nossos semelhantes, sobre o qual se funda toda a sociedade civil⁶³.

A poluição, as mudanças climáticas, a escassez de água, a perda da biodiversidade, a desigualdade global são fenômenos presentes nos dias de hoje e que têm contribuído para a destruição da Casa Comum, consequentemente para a destruição do ser humano e de todas as outras formas de vida do planeta Terra. Em razão disso, o Papa Francisco chamou a atenção para o casamento, a aliança entre a economia e a tecnologia “que acabam por deixar de fora tudo o que não faz parte dos seus interesses imediatos”⁶⁴ e que consideram qualquer atitude de mudança concreta como “distúrbio provocado por sonhadores românticos ou como um obstáculo a superar”⁶⁵. Refletindo sobre esse aspecto, o texto base da campanha da fraternidade 2025 da Igreja Católica no Brasil apresenta algumas consequências drásticas vivenciadas fora do Brasil, bem como as inundações ocorridas no Rio Grande do Sul:

Eventos climáticos extremos e complexos, ondas de calor, enchentes e furacões, estão se tornando mais frequentes e destrutivos, ceifando vidas, custando à economia bilhões de dólares e empurrando milhões de pessoas anualmente para a pobreza. Lembremo-nos das trágicas inundações que ocorreram no Rio Grande do Sul, em maio de 2024, com cerca de 350 municípios devastados, mais de 1 milhão de pessoas desabrigadas, incontáveis famílias enlutadas por seus entes queridos e inúmeros desaparecidos, sem contar a perda de residências com todos os seus pertences,

⁶⁰ LS 25.

⁶¹ LS 25.

⁶² LS 25.

⁶³ LS 25.

⁶⁴ LS 54.

⁶⁵ LS 54.

lavouras, animais domésticos e silvestres, e o impacto na saúde psíquica e emocional dos atingidos⁶⁶.

Nesta esteira da crítica socioambiental, destacamos também a Conferência das Partes (COP) que aconteceram nos últimos tempos, e que apontaram uma série de fatores que têm prejudicado o meio ambiente e consequentemente interferido na saúde do Planeta Terra, sobretudo pela utilização de combustível fóssil, que é um dos principais responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa. Neste sentido, a COP tem observado os impactos negativos que a Terra tem sofrido, por conta da mudança climática, do desequilíbrio da biodiversidade e da desertificação, e tem indicado caminhos possíveis de superação do desenvolvimento irresponsável em vista da sobrevivência do planeta e consequentemente dos seres que o povoam.

Desde a Conferência realizada no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como Rio-92 ou Cúpula da Terra, líderes de vários países, instituições governamentais e não governamentais e ambientalistas têm refletido sobre a questão climática como uma questão global. Nessa convenção os participantes reconheceram que o equilíbrio climático pode ser afetado por diversos fatores, dentre eles, atividades humanas relacionadas com as indústrias, com a produção agrícola e também pelo desmatamento, que liberam dióxido de carbono e outros gases e que podem provocar o chamados gases de efeito estufa – que aquecem o planeta Terra⁶⁷.

A primeira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-1) aconteceu em 1995 em Berlim com o objetivo de se avaliar as mudanças climáticas e seus desdobramentos, mas até a COP 29 que aconteceu em 2024 em Baku, no Azerbaijão, poucos avanços foram verificados nos investimentos para limitar o aquecimento global. Essas conferências, organizadas no âmbito da Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), têm como proposta buscar estratégias para mitigar os impactos ambientais gerados pela ação humana, especialmente no que concerne à emissão de gases de efeito estufa (GEE). Nos últimos anos, as COPs têm se apresentado como espaços fundamentais para a discussão e formulação de políticas climáticas globais, contudo, nem todos os países têm assumido os compromissos propostos pelas conferências.

⁶⁶ CNBB, Campanha da Fraternidade 2025: manual, p. 29-30.

⁶⁷ FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL - FAS. O caminho até Dubai: confira o histórico de COPs desde 1995.

Apesar da crescente preocupação com a crise climática e a necessidade de redução da dependência de combustíveis fósseis, uma das principais fontes de emissões de dióxido de carbono (CO₂) e outros poluentes atmosféricos⁶⁸, o desafio continua a ser a adoção de práticas que realmente contribuam para o equilíbrio do clima no planeta. Merecem destaque nesta reflexão, os aspectos negativos da participação brasileira na COP 26 apontados por Carolina Genin e Caroline Medeiros Rocha Frasson de que a divulgação tardia dos dados de desmatamento da Amazônia pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), poucos dias após o término da conferência, gerou questionamentos sobre a transparência e o real comprometimento do Brasil com a agenda climática. Os números revelaram um aumento significativo na taxa de desmatamento, ultrapassando 13 mil quilômetros quadrados, o que contrasta com os compromissos assumidos durante o evento, evidenciando a necessidade de maior fiscalização e implementação de políticas públicas que garantam o cumprimento das metas estabelecidas⁶⁹.

A COP27, realizada em Sharm El-Sheikhno (Egito), “apresentou uma complexidade de desafios e debates que refletem a urgência crescente da crise climática global e a necessidade de ações imediatas e abrangentes”⁷⁰. Contudo, as medidas acordadas durante a COP-27 não foram consideradas suficientes para se limitar o aquecimento global a 1,5° C acima dos níveis pré-industriais, sobretudo “no que diz respeito à eliminação progressiva dos combustíveis fósseis”⁷¹. Segundo Ricardo Menengussi Pereira “para que o limite de 1,5°C seja alcançado, seria necessário reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa em 45% até 2030, em relação aos níveis de 2010, e atingir emissões líquidas zero até 2050”⁷².

Diante dos problemas climáticos agravados pelo uso de combustíveis fósseis, na COP28, se reforçou a necessidade de um compromisso global para acelerar a transição energética. A ênfase recaiu sobre a implementação de políticas que incentivem a eletrificação do setor de transportes, a ampliação da eficiência energética e o desenvolvimento de tecnologias de captura e armazenamento de carbono⁷³. De acordo com Ricardo Menengussi Pereira, a COP-28 “reafirmou o

⁶⁸ NOBRE, A. D., O futuro climático da Amazônia: relatório de avaliação científica.

⁶⁹ GENIN, C.; FRASSON, C. M. R., O saldo da COP26.

⁷⁰ PEREIRA, R. M., Governança climática: COPs UNFCC, p. 318.

⁷¹ PEREIRA, R. M., Governança climática: COPs UNFCC, p. 320.

⁷² PEREIRA, R. M., Governança climática: COPs UNFCC, p. 320.

⁷³ AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL), Relatório de Sustentabilidade 2023.

compromisso global de alcançar emissões líquidas zero até 2050 e de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 50% até 2030”⁷⁴. Todavia, mais uma vez se verificou a dificuldade em frear o aquecimento global devido à falta de compromisso de muitos países no que se refere à adoção de políticas que favoreçam o equilíbrio climático. Tal fato pode ser verificado na COP 29 que aconteceu em Baku, no Azerbaijão, de 11 a 22 de novembro de 2024:

Sem financiamento adequado, os países não conseguirão implementar ações climáticas de adaptação, mitigação e realizar efetivamente uma transição energética justa, comprometendo o objetivo do Acordo de Paris de limitar o aquecimento do planeta em 1,5°C⁷⁵.

Na COP30, que aconteceu no Brasil entre os dias 10 a 21 de novembro de 2025, na cidade de Belém, no Pará, foi retomada a discussão em torno de grandes preocupações em vista da redução do aquecimento do planeta, tais como: a redução de emissões de gases de efeito estufa; a transição para economias de baixo carbono; o financiamento para adaptação e mitigação de projetos que contribuam para o equilíbrio do planeta; e a proteção das populações que sofrem diretamente os impactos negativos advindos da crise socioambiental. No entanto, o acordo de Belém omitiu “qualquer menção aos combustíveis fósseis, como o petróleo e carvão mineral, os principais responsáveis pelas emissões dos gases que causam o aumento da temperatura do planeta”⁷⁶.

A ausência no documento final da COP30 de um mapa que trilhasse um caminho para a diminuição do uso de combustíveis fósseis tem sido criticada por vários ambientalistas e outros agentes de proteção da Casa Comum, inclusive pelas autoridades brasileiras que, além de terem liderado a discussão sobre o uso de combustível fóssil na COP30⁷⁷, se comprometeram em nível nacional elaborar duas iniciativas: o “Mapa do caminho para a Transição dos Combustíveis Fósseis de maneira justa, ordenada e equitativa, e o Mapa do Caminho para interromper e reverter o desmatamento”⁷⁸.

⁷⁴ PEREIRA, R. M., Governança climática: COPs UNFCC, p. 332.

⁷⁵ SUDRÉ, L., COP29 chega ao fim com financiamento climático fraco e insuficiente.

⁷⁶ AGENCIA BRASIL., COP30: Acordo climático deixa de fora combustíveis fósseis.

⁷⁷ COP30 BRASIL., COP30: negociações apresentam resultados emblemáticos em meio a tensões geopolíticas sem precedentes.

⁷⁸ COP30 BRASIL., COP30: negociações apresentam resultados emblemáticos em meio a tensões geopolíticas sem precedentes.

A implementação de maneira mais rápida de ações concretas para mitigar o aquecimento global e proteger as pessoas mais vulneráveis é uma tarefa primordial, haja vista que a crise climática e a desigualdade social estão profundamente interligadas, afetando de forma desproporcional as populações mais vulneráveis e a “Casa Comum”. No Brasil, eventos extremos como enchentes e secas comprometem a segurança alimentar, a moradia e o acesso a serviços essenciais, agravando a pobreza e as desigualdades regionais. Notamos que os impactos negativos advindos da crise climática interferem também na vida dos povos amazônidas. A manipulação ambiental impacta diretamente comunidades indígenas e ribeirinhas, cuja subsistência depende de recursos naturais.

Associado a todas essas reflexões sobre as questões climáticas e os malefícios que o desenvolvimento irresponsável tem causado a todos os seres que povoam a Terra, aparecem os debates propostos pela Igreja do Brasil, através da CNBB, num convite à conversão ecológica. Com efeito, os autores do Texto Base da Campanha da Fraternidade 2025 afirmam que “as emissões contínuas de gás carbônico (CO₂) de fontes como o carvão, petróleo, gás, e o crescente desmatamento, estão levando a níveis recordes de emissão de gases de efeito estufa”⁷⁹. Esta ação que é propriamente humana tem, segundo os mesmos autores, resultado “em um aquecimento global alarmante”⁸⁰ que ultrapassa “pouco mais de 1° C acima dos níveis pré-industriais”⁸¹. Toda essa ação resulta cada vez mais no adoecimento da Casa Comum e conseqüentemente gera malefícios para toda espécie de vida.

Esse aquecimento da Casa Comum reflete uma grave crise ambiental agravada ainda mais pela exploração predatória dos recursos naturais e pela mercantilização de bens essenciais, o que impacta tanto o meio ambiente quanto as comunidades mais vulneráveis. A falta de responsabilidade humana, associada à ambição desmedida e à exploração egoísta, está levando a Terra, a “Casa Comum”, a um ponto de não retorno, conforme alertado por diversos líderes e estudiosos ao longo do tempo. As conseqüências incluem a manipulação ambiental, o aumento das desigualdades sociais e a ameaça à própria sobrevivência humana e é sentida também no Estado do Mato Grosso, sobretudo pelos povos originários.

⁷⁹ CNBB, Campanha da Fraternidade 2025: manual, p. 28.

⁸⁰ CNBB, Campanha da Fraternidade 2025: manual, p. 28.

⁸¹ CNBB, Campanha da Fraternidade 2025: manual, p. 28.

2.3.

Os impactos negativos da economia atual na vida do povo Bóe-Bororo no sul de Mato Grosso

O estado de Mato Grosso possui uma extensão territorial de 903.207 km² e caracteriza-se pela coexistência de três importantes biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado e Pantanal⁸². Esses biomas possuem uma biodiversidade singular e têm papel relevante na manutenção dos ciclos naturais e na regulação climática, sendo também espaços de vida e resistência para muitos povos indígenas. Esses povos, ao longo de gerações, têm sido guardiões desses territórios, sendo essenciais na conservação das florestas, na preservação dos recursos hídricos e na manutenção do equilíbrio ecológico, mas têm sido afetados pela expansão da economia, especialmente no que se refere ao desmatamento, às queimadas e aos conflitos por terras.

Considerando a riqueza dos biomas que compõem o estado de Mato Grosso, é importante destacar alguns aspectos de cada um deles. A Amazônia, que ocupa aproximadamente 511.695 km² do estado, correspondendo a 54% de sua área total, representa um dos ecossistemas mais ricos e complexos do planeta⁸³. Com vastas extensões de floresta densa, rios caudalosos e uma diversidade biológica extraordinária, essa região abriga muitas comunidades indígenas que mantêm práticas sustentáveis de manejo e defesa da floresta contra as crescentes ameaças do desmatamento e da exploração predatória.

O Cerrado, por sua vez, ocupa 338.001 km², representando cerca de 39% do território mato-grossense⁸⁴. Considerado o segundo maior bioma do Brasil e um dos mais ameaçados, o Cerrado é marcado por uma vegetação característica de savana, rica em espécies adaptadas às variações climáticas e hídricas. Além de sua importância ecológica, essa região, desde os primórdios de Mato Grosso, é habitada por diversos povos indígenas que mantêm uma relação estreita com o meio ambiente, promovendo práticas de uso sustentável dos recursos naturais⁸⁵.

⁸² FEPOIMT., Somos 46 povos indígenas no estado de Mato Grosso, organizados em 7 Regionais e vivendo nos Biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal.

⁸³ FEPOIMT., Somos 46 povos indígenas no estado de Mato Grosso, organizados em 7 Regionais e vivendo nos Biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal.

⁸⁴ FEPOIMT., Somos 46 povos indígenas no estado de Mato Grosso, organizados em 7 Regionais e vivendo nos Biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal.

⁸⁵ BUSTAMANTE, M., O cerrado e as mudanças climáticas.

O Pantanal, o menor dos três biomas em extensão dentro do estado, abrange 53.511 km², o que equivale a 7% do território de Mato Grosso⁸⁶. Esse bioma constitui a maior barreira alagável do mundo, sendo reconhecido por sua impressionante biodiversidade e pela dinâmica sazonal das cheias, que influencia diretamente a fauna e a flora locais, associado à presença humana que nele atua integralmente com seus modos de vida. No artigo intitulado “Pantanal”, publicado na página do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima encontramos informações que destacam as várias formas de vida presentes no Pantanal brasileiro:

Assim como a fauna e flora da região são admiráveis, há de se destacar a rica presença das comunidades tradicionais como as indígenas, quilombolas, os coletores de iscas ao longo do Rio Paraguai, comunidade Amolar e Paraguai Mirim, dentre outras. No decorrer dos anos essas comunidades influenciaram diretamente na formação cultural da população pantaneira⁸⁷.

Os povos indígenas e tradicionais que vivem no Pantanal, conhecem esse bioma e dele extraem de maneira equilibrada bens de consumo para a sua sobrevivência⁸⁸. De acordo com Ricardo Ferreira, “as comunidades tradicionais e indígenas figuram como verdadeiras agentes protetores e fiscalizadores e merecem atenção especial das legislações voltadas à proteção do Pantanal”⁸⁹. O museu de astronomia e ciências afins (MAST) também reconhece a importância dos povos tradicionais para a preservação da natureza:

Eles veem a natureza como um ser vivo, com o qual mantêm uma relação recíproca, e reconhecem a importância de protegê-la para as gerações futuras. Esse entendimento os levou a desenvolver práticas que priorizam a conservação e restauração do ambiente natural. Respeitando e trabalhando com a natureza, os povos indígenas têm mostrado que é possível preservar a biodiversidade, manter os serviços ecossistêmicos e mitigar os efeitos das mudanças climáticas.⁹⁰

Essa relação comprova o respeito à natureza, a preocupação com o seu equilíbrio e a preservação pela prática do conhecimento e da tradição dos povos indígenas bem como suas ações que também focam a própria sobrevivência. No entanto, nem todos que exploram o Pantanal partilham a mesma visão e zelo. Neste

⁸⁶ FEPOINT., Somos 46 povos indígenas no estado de Mato Grosso, organizados em 7 Regionais e vivendo nos Biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal.

⁸⁷ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA., Pantanal.

⁸⁸ FERREIRA, R. O., A proteção jurídica das comunidades tradicionais e indígenas do bioma Pantanal, p. 1-14.

⁸⁹ FERREIRA, R. O., A proteção jurídica das comunidades tradicionais e indígenas do bioma Pantanal, p. 2.

⁹⁰ MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS – MAST., A importância dos povos indígenas para a preservação da natureza.

sentido, na página do Ministério do Meio Ambiente encontramos informações que apresentam os impactos negativos que o Pantanal vem experimentando por conta da ação humana:

Apesar de sua beleza natural exuberante, o bioma vem sendo muito impactado pela ação humana, principalmente pela atividade agropecuária, especialmente nas áreas de planalto adjacentes do bioma. Ressalte-se que apenas 4,68% do Pantanal encontra-se protegido por 28 unidades de conservação, das quais 6 correspondem a UCs de proteção integral e 22 a UCs de uso sustentável.⁹¹

Tais dados demonstram o quão vulneráveis e frágeis têm sido as políticas de conservação ambiental em razão do crescimento econômico e da expansão agrária em Mato Grosso, que tem enfrentado vários problemas provocados pela crise socioambiental. Embora tenha um potencial econômico forte e contribua diretamente com o PIB nacional, Mato Grosso sofre com o desmatamento, com a destruição da fauna e da flora e com a destruição do Pantanal. Podemos afirmar que a crise socioambiental vivida no Mato Grosso tem acontecido sobretudo em decorrência do desenvolvimento econômico, pautado na expansão da fronteira agrícola, iniciada principalmente na década de 1970, quando se intensificou o processo de desmatamento de grandes áreas florestais e de cerrado e implantação de latifúndios voltados principalmente para a plantação do arroz e da soja.

Considerando o exposto, Flavio Luiz Silva Jorge da Cunha afirma que o avanço do agronegócio em Mato Grosso está diretamente ligado ao crescimento econômico do Estado, impulsionado pela expansão da agricultura, da pecuária e pela divisão territorial ocorrida em 1977. Segundo Flávio Luiz, a economia estadual se fortaleceu com a produção em larga escala de soja, algodão e carne bovina, promovendo a geração de empregos e o aumento da renda. No entanto, segundo este economista, esse modelo de desenvolvimento tem impactos negativos significativos sobre o meio ambiente e a organização territorial⁹².

Com o “processo de expansão das atividades agropecuárias e projetos de integração, extensas áreas de vegetação nativa do Estado foram transformadas em monoculturas, alterando a estrutura ambiental local e regional”⁹³. Este crescimento

⁹¹ As observações referidas se percebem no conjunto do artigo publicado na página do MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA., Pantanal.

⁹² As observações referidas se percebem no conjunto do artigo de CUNHA, F. L. S. J., Desenvolvimento crescimento populacional e meio ambiente: os impactos do agronegócio no estado de Mato Grosso.

⁹³ MACHADO, V. L., Questões ambientais e produção agrícola: um breve panorama e perspectivas dos produtores de commodities de Mato Grosso, p. 15.

acelerado da agropecuária “traz consigo grandes taxas de desmatamento”⁹⁴ e cria uma visão contraditória dos agropecuaristas, que ora são “aclamados por alguns, como “colonizadores do Mato Grosso” por adentarem todo território, que supostamente estaria vazio”⁹⁵ ou ainda como “vilões, pela forma como utilizam grande parte dos recursos naturais do Estado”⁹⁶.

Em decorrência das políticas nacionais de expansão agropecuária, a partir da década de 1980, Mato Grosso se insere no contexto capitalista de produção atraindo colonizadoras de várias regiões do Brasil, particularmente da região sul⁹⁷, o que promoveu a instalação de grandes latifúndios e causou o desmatamento de grande parte do cerrado, contribuindo com as mudanças climáticas e a degradação do meio ambiente.

Os investimentos destinados à agropecuária em Mato Grosso promoveram a criação de muitos novos municípios no estado, a expulsão de povos indígenas de suas terras e uma expansão da agricultura e da pecuária; e nos tempos atuais têm refletido diretamente em significativos impactos socioambientais. De acordo com o relatório do Instituto Centro de Vida, entre agosto de 2022 e julho de 2023, o estado de Mato Grosso registrou a perda de 2.086 km² de florestas nativas, evidenciando um aumento de 8% em relação ao período anterior, conforme os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). De maneira alarmante, aproximadamente 72% desse desmatamento ocorreu sem autorização, indicando um preocupante avanço da degradação ambiental sem a devida regulamentação e fiscalização⁹⁸. Assim, “Mato Grosso, foi o segundo estado onde mais se derrubou florestas brasileiras no período, atrás apenas do Pará. Sendo responsável por 23,2% de todo desmatamento detectado”⁹⁹.

⁹⁴ MACHADO, V. L., Questões ambientais e produção agrícola: um breve panorama e perspectivas dos produtores de commodities de Mato Grosso, p. 25.

⁹⁵ MACHADO, V. L., Questões ambientais e produção agrícola: um breve panorama e perspectivas dos produtores de commodities de Mato Grosso, p. 25-26.

⁹⁶ MACHADO, V. L., Questões ambientais e produção agrícola: um breve panorama e perspectivas dos produtores de commodities de Mato Grosso, p. 26.

⁹⁷ TESORO, L. L. L. M., Rondonópolis-MT: o entroncamento de mão única. São Paulo: Bartira gráfica e editora, p. 12.

⁹⁸ As observações referidas se percebem no conjunto do artigo publicado na página do INSTITUTO CENTRO DE VIDA - ICV., Às vésperas da COP-28, o desmatamento cresce em Mato Grosso e ameaça metas climáticas.

⁹⁹ INSTITUTO CENTRO DE VIDA – IVC., Características do desmatamento na Amazônia mato-grossense em 2023, p. 2.

Segundo o Instituto Centro de Vida, “em 2023 foram 4.986 mil polígonos de desmatamento detectados na Amazônia mato-grossense”¹⁰⁰ e que “mais da metade da área desmatada (53%) está concentrada em 4% dos polígonos, que são aqueles acima de 200 hectares”¹⁰¹. Dentre os eventos registrados, “o maior desmatamento (polígono contínuo) detectado no período totalizou 2.970 hectares”¹⁰² e “ocorreu no município de Nova Ubiratã”¹⁰³, norte de Mato Grosso, sem autorização legal, evidenciando a persistência de práticas de desmatamento irregular na Amazônia mato-grossense. A título de ilustração, apresenta-se a seguir uma Figura – dada pelo Instituto Centro Vida (ICV) – sobre a distribuição do desmatamento em Mato Grosso por classe de tamanho de polígonos, destacando a área total desmatada e a quantidade de polígonos detectados, cujo padrão indica que grandes desmatamentos impactam preponderantemente na perda florestal da região. A figura é a que segue¹⁰⁴:

Figura 1: Distribuição de desmatamento no Mato Grosso em 2023

Classe de tamanho	Polígonos			
	Área (km ²)	%	Quantidade(n°)	%
Até 10 hectares	118,01	6%	2.775	56%
De 10 a 50 hectares	333,05	17%	1.583	32%
De 50 a 100 hectares	184,42	10%	262	5%
De 100 a 200 hectares	262,45	14%	186	4%
Maior de 200 hectares	1.020,45	53%	180	4%
Total Geral	1.918,37 [2]	100%	4.986	100%

¹⁰⁰ INSTITUTO CENTRO DE VIDA – IVC., Características do desmatamento na Amazônia mato-grossense em 2023, p. 3.

¹⁰¹ INSTITUTO CENTRO DE VIDA – IVC., Características do desmatamento na Amazônia mato-grossense em 2023, p. 3.

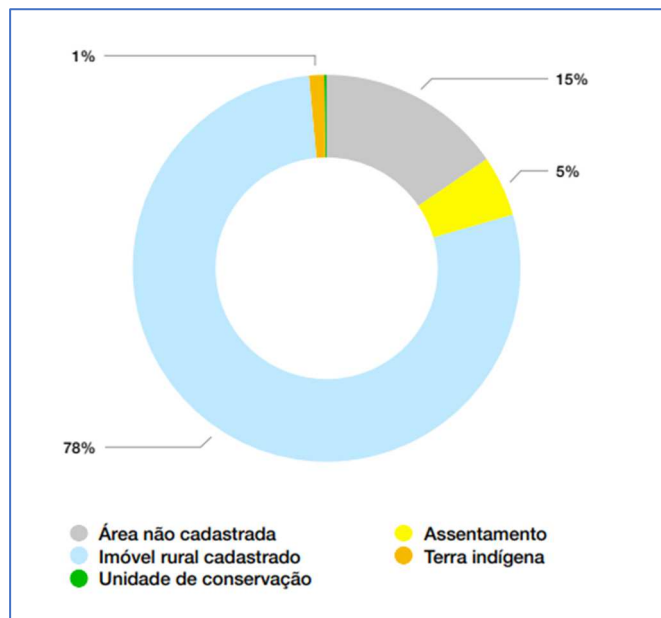
¹⁰² INSTITUTO CENTRO DE VIDA – IVC., Características do desmatamento na Amazônia mato-grossense em 2023, p. 3.

¹⁰³ INSTITUTO CENTRO DE VIDA – IVC., Características do desmatamento na Amazônia mato-grossense em 2023, p. 3.

¹⁰⁴ Área desmatada em 2023 por tamanho do polígono, disponível em Instituto Centro de Vida – IVC, Características do desmatamento na Amazônia mato-grossense em 2023, p. 3.

Em uma outra figura, o Instituto Centro de Vida apresenta o número de desmatamento por categoria fundiária que é classificada como o tipo de propriedade ou o uso da terra.

Figura 2: Desmatamento por categoria fundiária¹⁰⁵



Nessa figura, notamos que embora em um número menor, as terras indígenas do Estado Mato Grosso também sofrem o desmatamento, correspondente a 1% do total da área desmatada. Além disso, é visível que outras categorias de propriedade apresentam em diferentes percentuais o mesmo problema, de maneira mais representativa os imóveis rurais cadastrados, ao passo que a unidade de conservação é tão ínfima que o dado estatístico nem é considerado.

Além do desmatamento irregular, chamam a atenção na nossa reflexão, os impactos negativos advindos do agronegócio, pois o Estado de Mato Grosso se destaca como um dos principais polos do agronegócio no Brasil, sendo líder nacional na produção de grãos, especialmente soja e milho, ocupando também posição de destaque na pecuária bovina. Conforme explicam Margarida Figueiredo, Carlos Azzoni e Joaquim José Guilhoto¹⁰⁶ a agropecuária no Mato Grosso é uma atividade importante para o desenvolvimento econômico:

Mato Grosso destaca-se como importante polo agropecuário do País. As características ideais para essa atividade, como clima tropical, grandes extensões de

¹⁰⁵ INSTITUTO CENTRO DE VIDA – IVC., Características do desmatamento na Amazônia mato-grossense em 2023, p. 3.

¹⁰⁶ FIGUEIREDO, M. G.; AZZONI, C. R.; GUILHOTO, J. J. M., Agronegócio de Mato Grosso: Uma análise insumo-produto, p. 122-133.

terra, chuvas regulares e solos planos e profundos, são naturais no estado. Tais fatores, associados à modernização das práticas agrícolas, inovações tecnológicas e políticas setoriais, proporcionam altos níveis de produção e produtividade¹⁰⁷.

De acordo com esses autores, a modernização do setor, impulsionada pela mecanização e pelo uso da biotecnologia, elevou a produtividade e consolidou Mato Grosso como um “ator central no comércio internacional de commodities”. O Estado é um dos maiores exportadores brasileiros de soja e carne bovina, com mercados consumidores na China, na União Europeia e em outros países. Entretanto, o crescimento do agronegócio em Mato Grosso também suscita desafios ambientais e sociais. A ampliação das áreas agrícolas ocorre muitas vezes sobre territórios de vegetação nativa, sobre comunidades indígenas e tradicionais, intensificando o desmatamento, a perda da biodiversidade e as emissões de gases com efeito de estufa, além do uso de agrotóxicos nas plantações.

O uso indiscriminado de agrotóxicos coloca em relevo desafios ambientais e sociais uma vez que a utilização de defensivos agrícolas compromete a qualidade dos recursos hídricos e do solo, afetando ecossistemas e comunidades locais. No artigo intitulado “Panorama da contaminação ambiental por agrotóxicos no estado do Mato Grosso: risco para o abastecimento urbano”, Cleidiane Moraes Novais e demais autores afirmam que o uso de agrotóxicos, além de causar danos aos seres vivos, prejudicam também o solo e a água. Os autores do artigo apresentam que o reflexo do uso de agrotóxicos aparece, sobretudo, na saúde das pessoas, na segurança alimentar e nutricional, bem como na contaminação do solo e da água, afetando todo o equilíbrio ambiental¹⁰⁸. Todos esses fatores acabam interferindo na vida dos povos originários, de maneira particular na vida do povo Bóe-Bororo que são afetados pela poluição dos rios, das florestas e dos solos pelo uso indevido de defensivos agrícolas.

Outro fator que merece atenção em relação aos povos originários em Mato Grosso, e que contribui para o desenvolvimento irresponsável, são as perdas de territórios, seja pelos intensos processos de colonização e invasão, seja por políticas nacionais de aberturas de estradas ou pela venda de terras indígenas, conforme analisa o Mestre Enauréu:

¹⁰⁷ FIGUEIREDO, M. G.; AZZONI, C. R.; GUILHOTO, J. J. M., Agronegócio de Mato Grosso: uma análise insumo-produto, p. 122.

¹⁰⁸ NOVAIS, C. M., et al., Panorama da contaminação ambiental por agrotóxicos no estado do mato grosso: risco para o abastecimento urbano, p. 1-4.

As terras demarcadas ou foram em parte vendidas pelo governo de Mato Grosso ou invadidas. E, ainda, na década de 1950, morreram o grande chefe Cadete Ekoé Ceréu e o Marechal Rondon, que muito fizeram para os Bororo. Dos aproximados 2.000 mil Bororo no começo de 1900, em 1966 sobraram 520¹⁰⁹.

Deste modo, podemos afirmar que a expressiva perda de territórios dos povos indígenas em Mato Grosso tem implicado não somente na diminuição da população indígena, mas afetado todo o meio ambiente, uma vez que as terras passam a ser desmatadas e exploradas de maneira irresponsável, substituindo a floresta, a mata por pastos para a pecuária, para lavouras e outras atividades econômicas e algumas vezes totalmente alheia às regras de proteção ambiental.

De acordo com Paulo Augusto Mário Isaac, em Mato Grosso os povos originários Bóe-Bororo chegaram a ter uma área de 350.000km² de perambulação e atualmente possuem apenas uma área de 147.377 hectares ocupadas por cinco áreas indígenas, dentre elas, a aldeia de Tadarimana que conta com 9.785 hectares, na região do município de Rondonópolis¹¹⁰. Essa redução territorial tem afetado a vida dos povos indígenas, uma vez que dependem da terra para dela extrair os elementos necessários à sua sobrevivência.

Em todo caso, os indígenas têm lutado pela demarcação e retomada de terras que foram vendidas ou desapropriadas de maneira irregular por órgãos públicos ou particulares. Podemos afirmar que esta luta tem sido realizada à custa de vários desafios, seja por conta da morosidade da justiça, seja por conta da teimosia daqueles que irregularmente tomaram posse da terra indígena. De acordo com Paulo Augusto Mário Isaac, os povos indígenas há muito enfrentam problemas no que se refere à demarcação e garantia de seus territórios:

No Brasil tem sido assim há séculos: os fazendeiros e sitiantes invadem as terras indígenas. Os processos se arrastam na Justiça por décadas. Depois que os invasores vão à mídia e hipocritamente dizem: “Eu estou aqui há décadas, onde criei meus filhos. Tenho documentos que provam”. Só não dizem que são documentos fraudulentos, muitas vezes emitidos por corrupção cartorial e/ou influência política. É contra tudo isso que as populações indígenas têm que lutar¹¹¹.

Merece destaque nesta reflexão a luta pela demarcação de terras na Aldeia Meruri, próxima aos municípios de General Carneiro e Barra do Garças, em Mato

¹⁰⁹ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 121.

¹¹⁰ ISAAC, P. A. M., Irmã Maria Cibaíbo Ossemer: Uma missionária franciscana entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso, p. 124.

¹¹¹ ISAAC, P. A. M., Irmã Maria Cibaíbo Ossemer: uma missionária franciscana entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso, p. 127.

Grosso que, graças à resistência indígena e ao trabalho de missionários salesianos, continua sendo um exemplo de resistência dos povos indígenas Bóe-Bororo:

Em Meruri, na década de setenta, o padre Rodolfo e lideranças bororo começaram a lutar pela demarcação da terra, que saiu em 1976. Ele e o Bororo Simão foram mortos pelos fazendeiros. Padre Rodolfo e os salesianos, a igreja católica como um todo, sentiu necessidade de mudar seu jeito de trabalhar com os povos indígenas. Em 1972 foi criado, no Brasil, o CIMI, Conselho Indigenista Missionário. Essa entidade nasceu voltada para a defesa da terra, da cultura, do protagonismo indígena, no respeito e diálogo com a religião indígena. Com a demarcação da terra de Meruri os Bororo se reanimaram. As crianças reapareceram para alegrar as aldeias. O surto de tuberculose foi superado nas décadas de 70 e 80 graças ao trabalho de dedicação do casal de médicos de São Paulo: Dr. Salomão e Dona Ester e às visitas periódicas do Dr. João Paulo Botelho que anualmente visita os Bororo (...). Sempre colaborando com os Bororo merece destaque o trabalho do Irmão Salesiano conhecido como Mestre Luís que em Meruri montou uma pequena usina hidroelétrica, arrumou estradas e pontes e furou vários poços semiartesianos.¹¹²

Assim, percebemos que a luta e garantia de seus territórios é fundamental para os povos indígenas, pois sem acesso a suas terras tradicionais os Bororo perdem a possibilidade de praticar sua economia de subsistência, baseada na caça, na pesca e na coleta, tornando-se, em muitos casos, dependentes de políticas assistencialistas que não atendem plenamente às suas necessidades culturais e materiais, ficando vulneráveis a doenças causadas pela baixa qualidade nutricional dos produtos industrializados, e, deste modo, em situação de insegurança alimentar.

Podemos perceber que a desterritorialização bororo restringiu o acesso aos recursos naturais necessários para sua alimentação tradicional, levando a uma maior dependência de produtos industrializados e de baixa qualidade nutricional. Esse cenário tem gerado impactos significativos na saúde da população, incluindo o aumento de doenças como diabetes e hipertensão. Mário Bordinon resalta que a privação alimentar entre os Bororo é uma questão biológica e também cultural, pois a alimentação está profundamente conectada a práticas tradicionais e ao simbolismo de pertencimento ao grupo.

Diante desse quadro de perda de território, crise identitária e insegurança alimentar, muitos Bororo expressam um desejo de extinção, manifestando a ausência de perspectivas para a continuidade de sua cultura. Esse fenômeno, descrito por Mário Bordinon reflete um profundo sentimento de desespero coletivo, onde a impossibilidade de viver segundo seus valores e tradições leva à negação da própria existência. O impacto psicológico da marginalização e da

¹¹² ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 112-113.

desterritorialização é intenso, resultando em altos índices de alcoolismo, depressão e suicídio dentro das comunidades. Assim, segundo Mário Bordignon, a luta dos Bororo é pela terra e também pela reconstrução de um sentido de vida que lhes foi sistematicamente negado.

Em todo caso, percebemos que os impactos negativos, experimentados pelo povo Bóe-Bororo em relação à perda de territórios, têm também exceções, como é o caso da Aldeia Tadarimana, seja pelo favorecimento da localização geográfica, seja pela política de demarcação da terra indígena em questão. Segundo Mestre Mário Bordignon a TI Tadarimana foi a que sofreu menos impacto:

Tadarimana, das Terras Indígenas Bororo, foi a que menos teve problemas, devido ao fato de os seus limites serem naturais e bem definidos: três rios e uma linha seca. Ela passou por duas demarcações. A primeira, a de Rondon, abrangia 10.094 hectares e se chamava POBORE BORORO. Desta demarcação temos documentos, mas sem dar maiores detalhes ou o mapa. As aldeias Aljéri e Itubóre Bororo, situadas rios Tadarimana acima, ficaram fora. (...) em 29 de dezembro de 1944, Rondon vendeu ou doou para o funcionário do SPI [Serviço de Proteção aos Índios], seu amigo João Fonseca, o Pontal do Jorígi, chamado também de Coador. Esta área já trocou de dono várias vezes e, atualmente, é da empresa Vetorasso e se chama Fazenda Santa Cruz. É uma pequena área de 309 hectares, lugar onde sempre os Bororo caçavam e pescavam na lagoa, que está no meio dela, chamada de Akóro Múga, lagoa dos peixes bico de pato. Na barra do córrego Jorigi havia um cemitério dos Bororo.¹¹³

Ainda de acordo com Mário Bordignon, a segunda demarcação territorial foi realizada pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1948, após a promulgação do Decreto Estadual nº 684, de 16 de agosto de 1945, que beneficiou significativamente a extensão da área indígena para 9.785 hectares. Posteriormente, essa terra foi oficialmente registrada em 22 de agosto de 1951 junto ao Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso, sediado em Cuiabá. Num momento subsequente, a FUNAI promoveu uma nova demarcação, designando uma área com a denominação de Terra Indígena Tadarimana. O referido órgão também optou pelo fechamento do Posto Indígena Barbosa de Farias, localizado na região de Pobóre, próximo ao município de Rondonópolis, devido a conflitos e dificuldades administrativas. Em substituição, foi implementado um novo posto de atendimento nas proximidades da aldeia de Tadarimana, proporcionando uma melhor assistência à população indígena local¹¹⁴, bem como incentivando os indígenas Bororo a lutarem pela reintegração de TI que foram invadidas:

¹¹³ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 140.

¹¹⁴ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 140.

A pequena área do Pontal, sendo perto da estrada que vai para Pedra Preta, no passado foi invadida várias vezes. Depois da invasão de 1987, o então chefe da FUNAI de Rondonópolis, Carlos Antônio de Moraes, conhecido como Carlão, garantiu que seria fácil recuperar o Pontal de Jorigi. (...) Por muitos anos a FUNAI teve um advogado conhecido como Doutor Loemir, que podia ter começado o processo de reintegração de posse. Nada aconteceu, apesar dos repetidos apelos dos Bororo. Esta terra indígena onde no passado havia o menor número de Bororo, hoje contém o maior número, com uma aldeia central e mais 9 aldeias pequenas. Um motivo a mais para os Bororo continuarem a luta para recuperar o Pontal do Jorigue como mostra a recente Petição das lideranças bororo encaminhada ao Procurador da República de Rondonópolis.¹¹⁵

Outros desafios enfrentados pelos povos indígenas no Mato Grosso se dão por conta das queimadas como relata Arini numa recente reportagem:

O cinza enegrecido dos troncos de árvores queimadas toma quilômetros da paisagem pantaneira. O fogo consome o que restou das folhas das palmeiras Acuri, transformando em carvão os frutos preferidos das Araras. Desde que, no início de agosto, um incêndio atingiu mais da metade da Terra Indígena Perigara, em Mato Grosso, quatro brigadistas do povo Bóe-Bororo visitam todos os dias a área para contabilizar as perdas¹¹⁶.

Nesse breve trecho, Arini descreve um cenário de destruição ambiental na Aldeia Pirizal, situada na TI Perigara, no município de Barão de Melgaço – MT, território tradicional do povo Bóe-Bororo. Ela relata a devastação provocada pelo fogo, referindo-se à vulnerabilidade dos povos indígenas diante das queimadas, recorrentes no bioma pantaneiro. Segundo Arini o cenário pós-incêndio pode ser comparado à explosão de uma bomba e sugere a intensidade da destruição e o impacto emocional e cultural para os habitantes da aldeia.

Juliana Arini afirma que independente de as queimadas serem consequências do desequilíbrio climático ou serem propositas, elas afetam profundamente o modo de ser e de viver do povo Bóe-Bororo, pois a terra, além de ser um espaço geográfico, é também um elemento essencial de sua cosmovisão, identidade e modo de vida. Por isso, a perda de áreas naturais afeta diretamente a reprodução de seus costumes, sua segurança alimentar e seu equilíbrio sociocultural. Conforme as análises dessa autora, a ocorrência de incêndios em territórios indígenas está frequentemente associada a disputas fundiárias, manipulação ambiental e negligência estatal no que tange à proteção e manutenção dessas áreas. Juliana Arini

¹¹⁵ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 140.

¹¹⁶ ARINI, J., Planeta em Colapso: Os últimos Indígenas do Pantanal e o segundo fim do mundo, p. 2.

indica um problema mais amplo, que transcende a destruição física da paisagem e é uma ameaça à continuidade dos modos de vida tradicionais dos Bóe-Bororo.

Juliana Arini ainda destaca que o fogo é o principal inimigo do Pantanal e dos indígenas que habitam nessa região e que os incêndios ocorridos nesse bioma, se deve também a abertura de áreas naturais ou de limpeza das pastagens de propriedades particulares:

O fogo usado para a abertura de áreas naturais e para limpar pastagens é o principal inimigo do Pantanal. Quase 95% das queimadas que atingiram a região no primeiro semestre de 2024 surgiram em propriedades privadas, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrados na plataforma BDQueimadas. Pelos relatos dos Indígenas, o incêndio em Perigara teria vindo de outra área protegida, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Estância Ecológica Sesc Pantanal.¹¹⁷

Esse caso, de acordo com Juliana Arini, evidencia a vulnerabilidade das áreas protegidas diante das queimadas provocadas por práticas agropecuárias irresponsáveis e destaca a necessidade urgente de políticas mais rigorosas para o controle do uso do fogo e a proteção dos territórios tradicionais e da biodiversidade pantaneira. O fogo, que pode ser tanto uma ferramenta de manejo quanto um instrumento de destruição, assume aqui um caráter de violência ambiental, que impacta a existência desse povo e intensifica processos históricos de deslocamento, expropriação e marginalização.

Tudo isso evidencia as consequências drásticas pelas quais o povo Bóe-Bororo, que vive no Sul do Estado de Mato Grosso, tem enfrentado, seja pelos impactos negativos da economia atual em suas terras ou ainda pelo desaparecimento de aldeias em decorrência da tomada de suas terras. De acordo com Mestre Enauréu algumas terras indígenas estão desaparecendo:

Pequenas e grandes aldeias foram desaparecendo. Da baixada cuiabana desapareceram todas. Das grandes como Aijéri, Kogeiáo e Kejári, destacamos esta última. Kejári, situada dentro da terra de Teresa Cristina, na beira do rio Vermelho, pouco abaixo da cidade de Rondonópolis, era uma grande aldeia que chegou a ter até 500 Bororo. Em 1935, Kejári era a maior aldeia bororo. Ela foi visitada pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss e sua esposa. Ele deixou-nos muitos escritos, fotografias e filmes. Mas, na década de 1950, conforme me contou meu padrinho bororo Antônio Kanajó, em Kejári apareceram uns agrimensores dizendo que os Bororo deviam sair todos porque o fazendeiro era o dono daquela terra que havia comprado. Assim acabou a grande aldeia de Kejári e assim acabaram muitas outras.¹¹⁸

¹¹⁷ ARINI, J., Planeta em Colapso: Os últimos Indígenas do Pantanal e o segundo fim do mundo, p. 10.

¹¹⁸ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 110.

Essa perda de aldeias indígenas em detrimento da ganância de fazendeiros e da implantação de latifúndios interfere na preservação do meio ambiente e, de modo particular, na vida dos povos indígenas, pois conforme argumenta Mestre Mário Bordignon, a identidade do povo Bóe-Bororo está ligada à sua territorialidade e às suas práticas rituais. Porém, a intensificação da presença não indígena e a destruição dos modos de vida tradicionais vêm ao longo dos anos provocando um profundo desajuste cultural. O povo Bororo tem se destacado pela riqueza de sua cultura, pela complexidade de sua organização social e pela resistência diante das transformações impostas pelo contato com uma sociedade não indígena. Este mesmo autor relata a trajetória do povo Bóe-Bororo revelando aspectos fundamentais de sua identidade, sua relação com o território e os desafios que enfrenta para preservar suas tradições.

Desde tempos ancestrais, os Bóe-Bororo habitam as vastas paisagens do Cerrado e do Pantanal mato-grossense, onde estabeleceram um modo de vida baseado no equilíbrio entre sociedade e natureza. Sua organização social, cuidadosamente estruturada, dividida em metades exogâmicas, um sistema que orienta casamentos e alianças, reflete uma visão de mundo em que cada indivíduo possui um papel fundamental dentro da coletividade. Essa estrutura ganha ainda mais significado nas cerimônias rituais, especialmente no *Aroe*, o complexo fúnebre que, mais do que uma despedida, reafirma os laços entre os vivos e os ancestrais, garantindo a continuidade da harmonia espiritual e social.

Para o povo Bóe-Bororo, cada rio, cada montanha, cada árvore carrega consigo um significado profundo, inserido na cosmologia desse povo. Mário Bordignon narra com sensibilidade como os Bororo desenvolveram um modo de vida sustentável, respeitando os ciclos da natureza e transmitindo seu conhecimento de geração em geração. A caça, a pesca e a agricultura são mais que atividades de subsistência; representam expressões de uma sabedoria ancestral que ensina a coexistência respeitosa com o meio ambiente.

Entretanto, essa harmonia foi posta à prova com a chegada de forasteiros e a pressão crescente sobre suas terras. A colonização, a expansão agropecuária e os projetos de desenvolvimento trouxeram impactos irreversíveis. O território tradicional foi limitado, a autonomia comprometida e as tradições ameaçadas pela imposição de novas formas de vida. Mesmo diante dessas adversidades, os Bóe-Bororo não se renderam. Encontraram na própria cultura um alicerce para resistir,

reinventar-se e lutar pelo reconhecimento de seus direitos. A história dos Bóe-Bororo, tem sido pela resiliência e continua a ser escrita por aqueles que, apesar dos desafios, seguem afirmando sua identidade, sua voz e seu direito de existir em sua plenitude¹¹⁹.

A luta pela terra supera a posse territorial; trata-se da preservação de um modo de vida ancestral, enraizado na relação com a natureza, nas práticas culturais e na organização social única desse povo. Mesmo diante da marginalização, da insegurança alimentar e da ameaça à continuidade de suas tradições, os Bororo encontram na memória coletiva e na resistência comunitária a força para seguir adiante. Seu futuro depende do reconhecimento e da valorização de seus direitos, garantindo que sua cultura, seus saberes e seu território sejam preservados para as próximas gerações.

A Diocese de Rondonópolis-Guiratinga, atenta às necessidades do povo Bóe-Bororo no sul de Mato Grosso, tem promovido vários momentos de encontros, partilhas, vivências e estudos tanto nas aldeias da região quanto nos espaços de formação diocesanos, inclusive em 2023 foi realizado o Sínodo Bóe-Bororo em São Lourenço de Fátima, próximo ao município de Rondonópolis. Os trabalhos pastorais realizados com os povos indígenas contam com a presença do bispo, de religiosos salesianos, religiosas franciscanas e salesianas, padres e leigos e do Conselho Indigenista Missionário do qual participa ativamente o Mestre Mário Bordignon, missionário Salesiano que há muitos anos atua junto aos povos indígenas da região.

Contudo, ainda carecemos de políticas públicas que reconheçam as demandas e promovam a valorização da cultura indígena dos Bóe-Bororo, que garantam a posse dos seus territórios e a permanência do seu modo de viver e de conviver. Neste sentido, como possibilidade de caminhos de preservação e cuidado da Casa Comum.

¹¹⁹ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 125-161.

3

Em busca do bem viver e do bem conviver: cuidar da obra criada

O planeta Terra, como vimos no capítulo anterior, tem sofrido, por conta da irresponsabilidade humana, consequências drásticas e conseqüentemente todos os seres vivos sofrem juntos. Em todo caso, em meio ao caos, é possível ver sinais de esperanças que apontam possibilidades para o bem viver e o bem conviver.

Procuraremos neste capítulo trazer experiências significativas e que têm contribuído para caminhos de ressignificação e cura da terra habitada nas indicações oferecidas pelo Papa Francisco na encíclica *Laudato Si'*, no documento de Preparação para o Sínodo da Amazônia e na exortação apostólica *Querida Amazônia*, ou através de outras experiências, sobretudo as propostas indicadas pelas comunidades eclesiais de base, pelos ambientalistas, pela Conferência das Partes, por outros autores que debatem sobre a questão da sobrevivência do planeta Terra, bem como os caminhos de esperança vividos pelos povos originários, de maneira particular o povo Bóe-Bororo e que podem nos servir de ponte para a reconstrução da Casa Comum que está entrando em colapso.

3.1.

Experiências que apontam possibilidades para o bem viver e o bem conviver: dialogando com a “*Laudato Si'*” e a “*Querida Amazônia*”

Dois documentos da Igreja que apontam possibilidades para o bem viver e o bem conviver são a carta Encíclica *Laudato Si'* e a exortação apostólica *Querida Amazônia*. Tanto um quanto o outro trazem elementos importantes que indicam caminhos possíveis de proteção e de reconstrução da “Casa Comum”, do planeta Terra.

A Encíclica *Laudato Si'*, lançada no dia 24 de maio de 2015 é um documento que propõe um diálogo aberto e corajoso entre católicos e não católicos em torno de problemas concretos que têm colocado em risco a sobrevivência da Terra e conseqüentemente todos os seres vivos que a povoam e “operou uma grande virada no discurso ecológico ao passar da ecologia ambiental para a ecologia integral. Esta inclui a ecologia político-social, a mental, a cultural, a educacional, a ética e a

espiritual”¹²⁰. Deste modo, na encíclica *Laudato Si'*, o Papa Francisco chamou a atenção para a necessidade de mudança de pensamento e de comportamento em relação à obra criada, em vista da promoção do bem comum para a humanidade inteira:

É importante o homem se empenhar nesta missão de promover o bem para ele mesmo, mas também para o outro, começando pelos bens mais básicos da vida humana, como a alimentação, a habitação, a saúde, entre outros. Ou bens ainda maiores tais como a paz ou a ecologia, para edificar uma sociedade mais justa e fraterna, mais responsável e solidária. A maioria destes comportamentos têm a sua origem no coração de cada pessoa, porque está fechado no seu egoísmo, sem olhar ao que o rodeia¹²¹.

Desta maneira, notamos que para o Papa Francisco é preciso que o ser humano se conscientize da importância da conversão para o outro, uma vez que todos somos irmãos, bem como uma conversão ecológica, visto que a saúde da natureza implica diretamente na saúde e bem estar de cada pessoa que habita o planeta Terra. Deste modo, homens e mulheres são chamados a estabelecerem uma relação harmoniosa e de cuidado com o meio ambiente e a se compreenderem como guardiões da natureza e não como “proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la”¹²² e destruí-la em nome do ter. Assim, percebemos que na *Laudato Si'* o Papa Francisco insistiu em uma urgente “conversão ecológica profunda, com uma paixão pelo cuidado do mundo, com uma cultura do cuidado que pervade toda a sociedade, com uma corresponsabilidade coletiva e com uma feliz sobriedade”¹²³.

No entanto, a conversão ecológica, de acordo com o Papa Francisco, exige que cada pessoa se conscientize de que é impossível pensar a vida humana e a dos outros seres vivos sem essa conexão direta com a Terra, uma vez que “o nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos”¹²⁴. Daí a importância de se falar em Ecologia Integral, de modo que pensar a vida do ser humano implica também em pensar a vida do meio ambiente e dos outros seres que povoam a Terra, uma vez que tudo está interligado. Assim, o Papa Francisco, na *Laudato Si'*, nos indicou possíveis

¹²⁰ BOFF, L., A encíclica do Papa Francisco não é “verde”, é integral, p. 19.

¹²¹ PEREIRA, S. J. B., Ecologia Integral como promoção do Bem Comum: o cuidado com a casa comum – uma proposta pedagógica à luz da UL 4: Paz universal, p. 49.

¹²² LS 2.

¹²³ BOFF, L., A encíclica do Papa Francisco não é “verde”, é integral, p. 20.

¹²⁴ LS 2.

caminhos de superação de costumes que têm favorecido a cultura de morte e do descarte.

Um primeiro e importante caminho urgente que o Papa Francisco elencou na encíclica *Laudato Si'* é a importância de todos os seres humanos se conscientizarem que é tarefa de todos cuidar da obra criada, razão pela qual o Papa Francisco propôs um diálogo aberto não somente com os fiéis católicos, mas com todos os seres que povoam o planeta:

Mais de cinquenta anos atrás, quando o mundo estava oscilando sobre o fio de uma crise nuclear, o Santo Papa João XXIII escreveu uma encíclica na qual não se limitava a rejeitar a guerra, mas quis transmitir uma proposta de paz. Dirigiu a sua mensagem *Pacem in Terris* a todo o mundo católico, mas acrescentava: e a todas as pessoas de boa vontade. Agora, à vista da deterioração global do ambiente, quero dirigir-me a cada pessoa que habita neste planeta. Na minha exortação *Evangelii Gaudium*, escrevi aos membros da Igreja, a fim de os mobilizar para um processo de reforma missionária ainda pendente. Nesta encíclica, pretendo especialmente entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum¹²⁵.

No diálogo aberto e corajoso com todos os seres humanos que povoam a terra, o Papa Francisco recordou a importância da interpretação correta do Evangelho da Criação ao ensinar que a existência humana “se baseia em três relações fundamentais e intimamente ligadas: as relações com Deus, com o próximo e com a terra”¹²⁶ e que é a harmonia destas relações que podem estabelecer a abundância da vida para todos os seres que habitam a terra. Neste sentido, a humanidade é convidada a romper com o antropocentrismo despótico ou desordenado e reler os textos bíblicos da criação no seu contexto, com uma justa hermenêutica, e lembrar que nos convidam a “cultivar e guardar” o jardim do mundo”¹²⁷. Segundo o Papa Francisco, “cada comunidade pode tomar da bondade da terra aquilo que necessita para a sua sobrevivência, mas tem também o dever de a proteger e garantir a continuidade da sua fertilidade para as gerações futuras”¹²⁸, uma vez que “Deus criou o mundo para todos”¹²⁹.

Outro caminho importante para o qual o Papa Francisco chamou a atenção na *Laudato Si'*, diz respeito ao uso dominante e até irresponsável da ciência e da técnica, chamado pelo Papa de paradigma tecnocrático. De acordo com o Papa

¹²⁵ LS 3.

¹²⁶ LS 66.

¹²⁷ LS 67.

¹²⁸ LS 67.

¹²⁹ LS 93.

Francisco, sem dúvida alguma a ciência e a técnica são indispensáveis para o desenvolvimento e o progresso, porém elas precisam ser bem utilizadas tendo em vista a qualidade de vida do ser humano:

bem orientada, pode produzir coisas realmente valiosas para melhorar a qualidade de vida do ser humano, desde os objetos de uso doméstico até os grandes meios de transporte, pontes edifícios, espaços públicos. É também capaz de produzir coisas belas e fazer o ser humano, imerso no mundo material, dar o “salto” para o âmbito da beleza¹³⁰.

No entanto, diz o Papa que é preciso pensar um outro paradigma cultural que se sirva “da técnica como mero instrumento”¹³¹ a favor da humanidade e não apenas “em função do lucro, sem prestar atenção a eventuais consequências negativas para o ser humano”¹³². Desta maneira, de acordo com o Papa Francisco, deve-se ter “um olhar diferente, um pensamento, uma política, um programa educativo, um estilo de vida e uma espiritualidade que oponham resistência ao avanço do paradigma tecnocrático”¹³³ e que oriente a técnica para o “serviço de outro tipo de progresso, mais saudável, mais humano, mais social, mais integral”¹³⁴. Em suma, é necessário “recolher os avanços positivos e sustentáveis”¹³⁵ que a ciência e a técnica já ofereceram ao mundo inteiro, mas “ao mesmo tempo recuperar os valores e os grandes objetivos arrasados por um desenfreamento megalômano”¹³⁶.

O Papa Francisco ainda propôs outros caminhos importantes para que de fato a Casa Comum seja cuidada e curada e consequentemente todos os seres vivos vivam com dignidade na Terra. De acordo com o Papa Francisco, é preciso pensar em uma ecologia integral que leve em consideração os dilemas sociais enfrentados pelos seres humanos e também os dilemas ambientais que fere a dignidade desta geração e ameaça a dignidade das gerações futuras, ao passo que ele indica algumas linhas de orientação e de ação e propõe um caminho voltado para a educação e espiritualidades ecológicas. Neste sentido, o Papa Francisco na *Laudato Si'* afirmou que o mundo enfrenta uma crise socioambiental e que a solução para os problemas que a Casa Comum tem enfrentado requer “uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da

¹³⁰ LS 103.

¹³¹ LS 108.

¹³² LS 109.

¹³³ LS 111.

¹³⁴ LS 112.

¹³⁵ LS 114.

¹³⁶ LS 114.

natureza”¹³⁷. Fazendo referência a essa temática, Sandra J. B Pereira afirma que os mais pobres são os que mais sofrem com a crise socioambiental:

Como é fácil perceber, os mais prejudicados perante as crises são os mais frágeis e mais desprotegidos, ou seja, os pobres. Os excluídos deverão ser incluídos nas várias dimensões desta sociedade global, que é a nossa casa, a Casa Comum da Humanidade, que é o nosso Planeta Terra¹³⁸.

Dado que tudo está interligado e que falar de meio ambiente implica em pensar na “relação que existe entre a natureza e a sociedade que a habita”¹³⁹. O Papa Francisco sugeriu na *Laudato Si'* que é preciso “buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais”¹⁴⁰. Nesse sentido, o Papa Francisco afirmou que não se pode separar a crise ambiental da crise social e que as diretrizes para a solução dos problemas que assolam o planeta Terra e os serem que a povoam “requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza”¹⁴¹.

Além do mais, o Papa Francisco propôs que é preciso pensar numa ecologia cultural, de modo que se integre “a história, a cultura e a arquitetura de um lugar, salvaguardando a sua identidade original”¹⁴², uma vez que “a ecologia envolve também o cuidado das riquezas culturais da humanidade, no seu sentido mais amplo”¹⁴³. O Papa ainda indica que é necessário pensar na ecologia da vida cotidiana, que implica em “analisar o espaço onde as pessoas transcorrem a sua existência”¹⁴⁴, encontrando soluções que permitam às pessoas viverem em lugares dignos, bem como no princípio do bem comum que “pressupõe o respeito pela pessoa humana enquanto tal, com direitos fundamentais e inalienáveis orientados para o seu desenvolvimento integral”¹⁴⁵; e afirma, sobretudo, a importância de se pensar na justiça interacional, uma vez que é tarefa nossa cuidar da Casa Comum, em vista de uma planeta saudável e habitável para aqueles que virão depois de nós.

¹³⁷ LS 139.

¹³⁸ PEREIRA, S. J. B., Ecologia Integral como promoção do Bem Comum: o cuidado com a casa comum – uma proposta pedagógica à luz da UL 4: Paz universal, p. 54.

¹³⁹ LS 139.

¹⁴⁰ LS 139.

¹⁴¹ LS 139.

¹⁴² LS 143.

¹⁴³ LS 143.

¹⁴⁴ LS 147.

¹⁴⁵ LS 157.

Na *Laudato Si'*, o Papa Francisco ensinou que, para superarmos a crise socioambiental na qual estamos imersos, é preciso pensarmos internacionalmente e nacionalmente em políticas públicas que contribuam para solucionar os problemas ambientais e sociais. Internacionalmente, é preciso pensar em um projeto comum que consiga pensar uma “agricultura sustentável e diversificada, desenvolver formas de energia renováveis e pouco poluidoras, fomentar uma maior eficiência energética, promover uma gestão mais adequada dos recursos florestais e marinhos, garantir a todos o acesso à água potável”¹⁴⁶. Nacionalmente, “são funções de cada Estado planificar, coordenar, vigiar e sancionar dentro do respectivo território”¹⁴⁷ leis adequadas para que o ser humano use de maneira racional e responsável os recursos naturais em vista do cuidado com a Casa Comum e garantir a sobrevivência de todos os seres que habitam a Terra. Neste sentido, o Papa Francisco afirmou que política institucional “não existe apenas para evitar malversações, mas para incentivar as boas práticas, estimular a criatividade que busca novos caminhos, facilitar as iniciativas pessoais e coletivas”¹⁴⁸. Refletindo sobre essa questão, Sandra J. B. Pereira afirma que o Estado tem papel fundamental na promoção integral do ser humano:

O Estado tem que promover o desenvolvimento integral de todos, onde o direito da dignidade humana é inviolável, e deverá ser dada mais atenção aos discriminados e aos pobres. A inclusão social dos menos favorecidos na sociedade, assim como o cumprimento dos direitos humanos, deve ser uma meta para todos. A dignidade da pessoa humana e o bem comum devem sobrepor-se ao egoísmo dos que não abdicam dos seus privilégios”¹⁴⁹.

Um último e tão importante caminho que o Papa Francisco indicou na encíclica *Laudato Si'*, diz respeito a pensar em educação e espiritualidades ecológicas que coloquem em evidência a necessidade do cuidado com a Casa Comum e com o outro. De acordo com o Papa Francisco, na sociedade atual é preciso desenvolver “novas convicções, atitudes e estilos de vida”¹⁵⁰ que ajudem a humanidade a passar do consumismo obsessivo, fruto do condicionalismo psicológico e social, para atitudes de solidariedade, de cuidado e de encontro com o outro e com o meio ambiente. Neste sentido, o Papa Francisco afirmou que

¹⁴⁶ LS 164.

¹⁴⁷ LS 177.

¹⁴⁸ LS 177.

¹⁴⁹ PEREIRA, S. J. B., Ecologia Integral como promoção do Bem Comum: o cuidado com a casa comum – uma proposta pedagógica à luz da UL 4: Paz universal, p. 50.

¹⁵⁰ LS 202.

“sempre é possível desenvolver uma nova capacidade de sair de si mesmo rumo ao outro”¹⁵¹. Para tanto, o Papa Francisco insistiu na conversão ecológica pessoal, de modo que cada pessoa assuma cotidianamente a tarefa de cuidar da Casa Comum e de todos os seres que povoam o planeta, ainda com pequenas atitudes, bem como a educação ambiental:

É muito nobre assumir o dever de cuidar da criação com pequenas ações diárias, e é maravilhoso que a educação seja capaz de motivar para elas até dar forma a um estilo de vida. A educação na responsabilidade ambiental pode incentivar vários comportamentos que têm incidência direta e importante no cuidado do meio ambiente, tais como evitar o uso plástico e papel, reduzir o consumo de água, diferenciar o lixo, cozinhar apenas aquilo que razoavelmente se poderá comer, tratar com desvelo os outros seres vivos, servir-se dos transportes públicos ou partilhar o mesmo veículo com várias pessoas, plantar árvores, apagar as luzes desnecessárias... Tudo isto faz parte da criatividade generosa e dignificante, que põe a descoberto o melhor do ser humano. Voltar – com base em motivações profundas – a utilizar algo em vez de desperdiçá-lo rapidamente pode ser um ato de amor que exprime a nossa dignidade¹⁵².

Outro documento importante e que faz eco ou dá continuidade dos sinais de esperança indicados Pelo Papa Francisco na busca da beleza e harmonia da criação é a Exortação Apostólica *Querida Amazônia*. Publicada pelo Papa Francisco em 2 de fevereiro de 2020, a Exortação Apostólica *Querida Amazônia* constitui uma síntese pastoral e profética dos trabalhos do Sínodo Especial para a Região Pan-Amazônica, realizados em outubro de 2019, e constitui-se no documento mais significativo do magistério da Igreja recente no tocante às questões ambientais, sociais e eclesiais relacionadas à região amazônica. Nela o Papa Francisco propõe uma reflexão que ultrapassa os limites geográficos da Amazônia e interpela a humanidade quanto ao modelo civilizacional que deseja construir. O texto apresenta-se como uma carta de amor à Amazônia e a seus povos e é estruturada simbolicamente em torno de quatro grandes sonhos – social, cultural, ecológico e eclesial – que orientam a missão da Igreja diante dos desafios e potencialidades da região. Tais sonhos estão estritamente interligados e, quando assumidos na sua integralidade, podem contribuir para uma sociedade mais justa e equilibrada.

No primeiro sonho, chamado sonho social, o Papa Francisco ensinou que é preciso romper com a falsa mística amazônica de que a Amazônia “é um enorme vazio que deve ser preenchido, como uma riqueza em estado bruto que deve ser

¹⁵¹ LS 208.

¹⁵² LS 211.

aprimorada, como uma vastidão selvagem que precisa ser domada”¹⁵³, bem como romper com o falso *slogan* de não entregar a Amazônia para países estrangeiros, haja vista que não somente os países estrangeiros, mas também os poderes locais, “com a desculpa do progresso, fizeram parte de alianças com o objetivo de devastar, de maneira impune e indiscriminada, a floresta com as formas de vida que abriga”¹⁵⁴. Neste sentido, o Papa Francisco propôs o sonho social, de modo que exista uma “Amazônia que lute pelos direitos dos mais pobres, dos povos nativos, dos últimos, de modo que a sua voz seja escutada e que sua dignidade seja promovida”¹⁵⁵, rompendo com todas as formas de colonização que despreza a dignidade dos mais pobres e que explora de maneira predatória o meio ambiente em vista da concentração do lucro. Neste sentido, o Papa Francisco afirmou que é necessário superar todas as atitudes colonizadoras e valorizar práticas sustentáveis em vista do desenvolvimento, sobretudo as práticas já realizadas pelas comunidades tradicionais:

é sempre possível superar as diferentes mentalidades de colonização para construir redes de solidariedade e desenvolvimento [...] podem-se encontrar alternativas de pecuária e agricultura sustentáveis, de energias que não poluem, de fontes dignas de trabalho que não impliquem na destruição do meio ambiente e das culturas. Ao mesmo tempo, é preciso garantir, para os indígenas e para os mais pobres, uma educação adequada que desenvolva as suas capacidades e empoderamento¹⁵⁶.

Outro sonho importante que o Papa Francisco indicou na *Querida Amazônia* e que nasce justamente da aplicação concreta deste primeiro sonho, o social, é chamado pelo Papa Francisco de sonho cultural. De acordo com o Papa é preciso “promover a Amazônia”¹⁵⁷, contribuindo para que “ela revele o melhor de si [...] cultivar sem desenraizar, fazer crescer sem enfraquecer a identidade, promover sem invadir”¹⁵⁸. Diante do avanço da colonização cultural que tende a homogeneizar as culturas colocando em risco a variedade cultural, o Papa Francisco alertou sobre a importância de reconhecer, valorizar, proteger e dialogar com as diversas identidades culturais presentes na região amazônica, que tende muito a ensinar sobre o cuidado com a natureza, bem como o cuidado com o outro. Para o Papa Francisco, “a identidade e o diálogo não são inimigos. A própria identidade cultural

¹⁵³ QA 12.

¹⁵⁴ QA 13.

¹⁵⁵ QA 7.

¹⁵⁶ QA 17.

¹⁵⁷ QA28.

¹⁵⁸ QA 28.

aprofunda-se e enriquece-se no diálogo com os que são diferentes, e o modo autêntico de a conservar não é um isolamento que empobrece”¹⁵⁹.

Neste sentido, proteger os povos amazônidas é uma tarefa fundamental que deve ser realizada nos dias atuais, haja visto que a dimensão cultural de cada povo amazônida está estritamente ligada ao cuidado, à proteção com a Terra, com o meio ambiente, por isso, percebemos cada vez mais a necessidade de cuidar e dialogar com os diversos povos que vivem na região amazônica, uma vez que a identidade cultural desses povos se caracterizam essencialmente como estilos de vida que vão na contramão daqueles que, em nome do ter, pouco valorizam a cultura do encontro e do cuidado com o outro e com a natureza, nossa Casa Comum. Os autores do texto base para a Campanha da Fraternidade 2025 afirmam que povos amazônidas possuem conhecimentos milenares e vivem de maneira harmônica com a natureza:

São detentores de conhecimentos tradicionais, habilidades e organizações que podem nos ajudar a enfrentar a crise climática. Tais comunidades têm uma forte ligação com a natureza e dependem diretamente dos recursos naturais para sobreviver; possuem um entendimento profundo dos sinais precoces das mudanças climáticas e das estratégias de adaptação necessárias; desenvolvem redes de solidariedade que são fundamentais para compartilhar conhecimentos e recursos, fortalecendo sua capacidade de lidar com os impactos das mudanças climáticas; enfrentam desafios como acesso limitado a recursos financeiros e infraestrutura adequada; e se organizam desde a comunidade até o nível internacional para combater a crise. Reconhecer e valorizar seus conhecimentos e experiências fortalece sua capacidade de enfrentar a crise climática e promove uma abordagem mais justa e inclusiva diante dos desafios socioambientais¹⁶⁰.

Em vista da busca do bem viver e do bem conviver, é necessário ainda uma conversão profunda do ser humano na relação que ele estabelece com a natureza, com a Casa Comum. Nesta perspectiva o Papa Francisco apresentou na *Querida Amazônia* o sonho ecológico, que expressa o desejo de uma Amazônia preservada e em equilíbrio com a criação. Em continuidade com a encíclica *Laudato Si'*, o Papa Francisco denunciou a devastação ambiental provocada por interesses econômicos predatórios e clama por uma verdadeira ecologia integral, que una o cuidado da natureza à justiça social. O Papa Francisco nos ensina que a vida humana depende da vida da natureza, razão pela qual se deve pensar a ecologia da natureza na relação com a ecologia humana e consequentemente na relação com a ecologia social. Para ele, só existirá uma ecologia sã e sustentável se o ser humano for incentivado e

¹⁵⁹ QA 37.

¹⁶⁰ CNBB, Campanha da Fraternidade 2025, manual, n. 29.

tomar consciência de que é preciso “adotar outro estilo de vida, menos voraz, mais sereno, mais respeitador, menos ansioso, mais fraterno”¹⁶¹.

Por fim, o Papa Francisco na *Querida Amazônia* indicou o sonho eclesial. De acordo com o Papa Francisco, a superação da crise ecológica e social deve passar por uma conversão espiritual de modo que se enfatize cada vez mais a necessidade de uma espiritualidade ecológica, capaz de perceber a presença de Deus na criação e de nutrir uma relação respeitosa e orante com a natureza. Na Amazônia, encontramos “um lugar teológico, um espaço onde o próprio Deus se manifesta e chama os seus filhos”¹⁶². Além do mais, no sonho eclesial o Papa Francisco ensinou a importância de se ter uma Igreja que saiba escutar e aprender com a sabedoria dos povos indígenas, uma vez que a sabedoria ancestral dos povos amazônicos além de oferecer uma crítica ao modelo tecnocrático, também aponta caminhos alternativos mais humanos e sustentáveis:

Os povos indígenas da Amazônia expressam a autêntica qualidade de vida como um bem viver, que implica uma harmonia pessoal, familiar, comunitária e cósmica e manifesta-se no seu modo comunitário de conhecer a existência, na capacidade de encontrar a alegria e plenitude em uma vida austera e simples, bem como no cuidado responsável da natureza que preserva os recursos para as gerações futuras. Os povos aborígenes podem ajudar-nos a descobrir o que é uma sobriedade feliz [...] sabem ser felizes com pouco, gozam dos pequenos dons de Deus sem acumular tantas coisas, não destroem sem necessidade, preservam os ecossistemas e reconhecem que a terra, ao mesmo tempo que se oferece para sustentar a sua vida, como uma fonte generosa, tem um sentido materno que suscita respeitosa ternura”¹⁶³.

Em suma, podemos dizer que o sonho ecológico nos faz recordar as palavras do Papa Francisco na encíclica *Laudato Si'* que, ao se referir sobre os povos originários, afirma que a sabedoria desse povo “inspira o cuidado e o respeito pela criação, com clara consciência dos seus limites, proibindo o seu abuso”¹⁶⁴, ou ainda no testemunho de Dom Edson Damian que, fazendo referência ao estilo dos povos originários, afirma que eles, os indígenas, “conhecem o segredo da terra e a tratam como mãe, como Casa Comum”¹⁶⁵.

De acordo com Luis Miguel Modino, o sonho eclesial, que ocupa a maior parte da exortação apostólica *Querida Amazônia*, “nasce do chamado para caminhar

¹⁶¹ QA 58.

¹⁶² QA 57.

¹⁶³ QA 71.

¹⁶⁴ IMC, J. C., Artigo: os povos indígenas são os melhores protetores da Amazônia.

¹⁶⁵ DAMIAN, E., Sonhos do Papa Francisco na Querida Amazônia fortalecem os sonhos dos povos indígenas.

com os povos da Amazônia com o objetivo de evangelizar a partir do anúncio do querigma”¹⁶⁶. Segundo esse autor, o sonho eclesial leva em consideração a inculturação como processo de escuta da sabedoria ancestral, de aprendizagem do estilo de vida dos povos amazônicos e que “nos leva a reconhecer a presença de Deus no rio, nas árvores, nos peixes, no vento, algo tão típico dos povos originários, insistindo em sua dimensão social e em uma firme defesa dos direitos humanos”¹⁶⁷.

Em síntese, podemos afirmar que no sonho eclesial, o Papa Francisco projetou uma Igreja com rosto amazônico, encarnada na realidade dos povos locais, participativa, missionária e sinodal, e propõe uma renovação do anúncio evangélico que parta da escuta e do serviço, sem clericalismos nem estruturas de poder coloniais. Neste sentido, o Papa Francisco propôs uma inculturação social e espiritual que ajude os pobres a encontrar na Igreja “uma espiritualidade que dê resposta aos anseios da sua dimensão transcendente”¹⁶⁸ e que faça “nascer testemunhos de santidade com rosto amazônico, que não sejam cópias de modelos de outros lugares” mas sim, “santidade feita de encontro e dedicação, de contemplação e serviço, de solidão acolhedora e vida comum, de jubilosa sobriedade pela justiça”¹⁶⁹.

3.2.

Outras experiências no cuidado com o meio ambiente: conversando com as Comunidades Eclesiais e ambientalistas

A reflexão sobre a importância do cuidado com o meio ambiente, com a nossa Casa Comum em vista da sobrevivência de todos os seres que povoam o planeta Terra, tem sido pauta principal na reflexão das comunidades eclesiais de base e nos ambientalistas. Tanto as CEBs, quanto os ambientalistas têm chamado a atenção para as consequências negativas vividas pelo ser humano por conta de um estilo de vida que despreza o uso responsável dos bens naturais e que acelera a destruição do planeta e consequentemente de todos os seres que o povoam. Neste sentido, as comunidades eclesiais de base e os ambientalistas apontam novas formas de relações como possibilidades de um planeta sadio e equilibrado e chama a atenção do ser humano para que desperte e compreenda que tudo está interligado e que a

¹⁶⁶ Modino, L. M., Querida Amazônia: o sonho de Francisco por um mundo melhor, p. 3.

¹⁶⁷ Modino, L. M., Querida Amazônia: o sonho de Francisco por um mundo melhor, p. 3.

¹⁶⁸ QA 76.

¹⁶⁹ QA 77.

“saúde humana depende da saúde da Terra e dos ecossistemas”¹⁷⁰, uma vez que “todas as instâncias se entrelaçam para o bem ou para o mal”¹⁷¹.

As comunidades eclesiais de base desde o seu início no Brasil, em meados dos anos de 1960, assumiram com muita responsabilidade o compromisso de ajudar e despertar a consciência crítica das pessoas em torno dos problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais vividos no Brasil, tendo em conta a ditadura militar, que rompeu com o processo democrático e produziu uma série de violência às pessoas, sobretudo as mais vulneráveis: as comunidades quilombolas, as comunidades indígenas, as comunidades ribeirinhas, os trabalhadores (as) que tiveram seus direitos cerceados. “Como Igreja, as CEBs têm se comprometido ao longo de sua existência, com a conquista de vida digna para todos e todas”¹⁷², bem como afirmado que tal dignidade se alcança quando se concretizam novas maneiras de viver e conviver, levando em consideração a proteção e o cuidado com a Casa Comum.

Podemos afirmar desta maneira que as CEBs no Brasil surgiram com a tarefa de contribuir no resgate do processo democrático, bem como na proposição de soluções concretas em torno dos problemas sociais, econômicos, culturais, religiosos e ambientais vivenciados pelas comunidades dos anos 60, mas também como um novo jeito de ser Igreja, pois através da dinâmica fé e vida, as CEBs nasceram na perspectiva de continuar no tempo e na história indicando caminhos concretos de esperança e dignidade para homens e mulheres de todos os tempos de credos, culturas e povos.

Nestes últimos tempos, as CEBs, têm se tornado um lugar de reflexão e de indicação concretas de soluções que contribuem para a prática do bem viver de todos os povos, sobretudo dos povos originários presentes no território brasileiro. Importante destacar que no último inteleclesial¹⁷³ realizado na cidade de Rondonópolis-Mato Grosso, inspirado na profecia de Jeremias, “vou criar um novo céu e uma nova terra”, os delegados ali presentes, leigos e leigas, bispos, padres, religiosas e religiosas, refletiram sobre caminhos possíveis para superar a violência

¹⁷⁰ BOFF, L., A encíclica do Papa Francisco não é “verde”, é integral, p. 22.

¹⁷¹ BOFF, L., A encíclica do Papa Francisco não é “verde”, é integral, p. 22.

¹⁷² RODRIGUES, S. S. R. et al., CEBs: Igreja em Saída na busca de vida plena para todos e todas, p. 25.

¹⁷³ Chamamos de “inteleclesial” o encontro de lideranças das comunidades eclesiais de base do Brasil (CEBs).

e as desigualdades sofridas pelos povos, sobretudo as minorias neste tempo atual, marcado pela economia de mercado e pela sociedade do descarte. Neste sentido, Dom Mauricio da Silva Jardim, bispo da Diocese de Rondonópolis-Guiratinga, na mensagem proferida por ocasião da abertura e de acolhida aos membros participantes do 15º Intereclesial das CEBs recordou uma das tarefas das CEBs de ser na alegria do Evangelho, uma “Igreja missionária, sinodal e samaritana, em saída permanente às periferias existenciais e geográficas, despojada de poder e desejosa de uma salutar descentralização”¹⁷⁴.

Deste modo, as CEBs alicerçadas na convocação do Papa Francisco para uma Igreja em saída, que, não ficando presa, fechada nas suas estruturas, assumem o compromisso de ir ao encontro de todas as pessoas, nas diversas periferias, sociais, existenciais e geográficas, anunciando e promovendo o evangelho da vida plena, sobretudo para os mais indefesos e buscando um equilíbrio e cuidado com a Casa Comum¹⁷⁵. Além do mais, as comunidades eclesiais de base, seguindo as pegadas de Jesus de Nazaré, vivem a fé encarnada na realidade e a evangelização libertadora:

As CEBs, por sua caminhada histórica, se engajam no seguimento de Jesus de Nazaré e acreditando na presença do Ressuscitado, fazem a ligação da fé com a vida sempre alimentadas pela força do Espírito Santo. Em Medellín, na recepção criativa do Concílio Vaticano II, esta força evangelizadora e missionária das CEBs foi bem definida: a Comunidade Eclesial de Base (CEB) “é o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve em seu próprio nível responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também do culto que é sua expressão. Ela é, pois, célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização” (MD15,10). As CEBs são um novo modo de ser Igreja e sua missão é fundamentalmente evangelizar¹⁷⁶.

Notamos que as CEBs têm como elemento basilar a proximidade e o cuidado responsável pelas pessoas, pelos grupos sociais, pela natureza, pela Casa Comum e, através de um jeito novo de ser Igreja, rompem com as antigas estruturas de uma igreja espelho, fechada em si mesmo e dialogante somente com os seus pares, e vai ao encontro de todas as gentes, encarnando-se, valorizando e respeitando as múltiplas formas de se viver a fé. As CEBs acolheram este ideal como crítica profética ao sistema excludente e como anúncio de um novo modo de ser Igreja e

¹⁷⁴ SCHUINA, M. J. L., 15º Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base: relatório final, p. 12.

¹⁷⁵ RODRIGUES, S. S. R. et al., CEBs: Igreja em Saída na busca de vida plena para todos e todas, p. 11.

¹⁷⁶ RODRIGUES, S. S. R. et al., CEBs: Igreja em Saída na busca de vida plena para todos e todas, p. 20-21.

sociedade. Inspiradas pela opção preferencial pelos pobres, elas traduzem o bem viver em práticas de solidariedade, partilha, autogestão e cuidado com a Casa Comum, promovendo uma espiritualidade encarnada e libertadora.

Enfim, podemos afirmar que as CEBs oferecem à sociedade uma pedagogia do bem conviver que é profundamente cristã e profundamente humana. Elas educam para a cidadania ativa, para o cuidado com os mais vulneráveis e para a participação popular nas decisões que afetam a vida do povo. Neste sentido, retomam a mística do Reino de Deus, onde todos são chamados à vida plena: “Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância”¹⁷⁷.

Além disso, as CEBs denunciam a cultura do descartável e a violência estrutural, propondo um modelo de convivência baseado no Evangelho e na justiça social. Como nos lembra o Documento de Aparecida, as Comunidades Eclesiais de Base têm sido uma das grandes forças evangelizadoras da Igreja na América Latina, pois têm “ajudado a formar cristãos comprometidos com sua fé, discípulos missionários do Senhor, como testemunhas de uma entrega generosa, até mesmo com o derramar do sangue de muitos dos seus membros”¹⁷⁸ e sua contribuição é vital para a construção de um novo modelo social, inspirado pelo “evangelho da criação, que é um evangelho ecossocial”¹⁷⁹.

Francisco de Aquino Júnior refletindo sobre o evangelho da criação, afirma que tal evangelho leva em consideração todos os seres que povoam o planeta Terra e implica um compromisso conjunto na valorização e cuidado com a criação, pois:

diz respeito a toda a criação e, nela, de modo particular, à criatura humana. A grande boa notícia que nós cristãos, temos para compartilhar com o mundo é que, para nós, todos os seres são criaturas de Deus, expressão de seu amor, manifestação de sua glória e, portanto, muito mais que meros recursos, meios ou instrumentos; e que a criatura humana tem uma especial dignidade que implica uma tremenda responsabilidade com o conjunto da criação¹⁸⁰.

Deste modo, podemos concluir que as CEBs, força vital da Igreja, têm contribuído com experiências significativas para o cuidado com o outro e com a Casa comum, seja porque buscam nas pequenas comunidades viver o evangelho da criação, seja porque apontam caminhos que nos ajudam a compreender que

¹⁷⁷ Jo 10,10.

¹⁷⁸ DAp 178.

¹⁷⁹ JUNIOR, F. A., Fé cristã e superação da crise ecológica: abordagem teológica, p. 31.

¹⁸⁰ JUNIOR, F. A., Fé cristã e superação da crise ecológica: abordagem teológica, p. 31-32.

“ofender a criação e particularmente a criatura humana é ofender a Deus”¹⁸¹ e que “Cuidar da criação, sobretudo da vida humana, é colaborar com a boa obra criadora de Deus, assumindo a tarefa que ele nos confiou”¹⁸².

Nesta esteira de experiências significativas que podem contribuir para um planeta sadio, destacamos também os caminhos de esperanças indicados pela Rio 92 (ou Eco 92) e, sobretudo as experiências propostas pelas conferências das partes, nas suas vinte e nove edições. Em relação a Eco 92 sabemos que sua mensagem foi comunicada por vários jornalistas, bem como evidenciou a importância de criar políticas públicas em vista da proteção do meio ambiente:

foi transmitida por quase 10 mil jornalistas presentes e ouvida por milhões ao redor do mundo. A mensagem refletia a complexidade dos problemas enfrentados. Os governos reconheceram a necessidade de redirecionar programas e políticas nacionais e internacionais, levando em consideração o “grande plano de sobrevivência”, para assegurar que todas as decisões econômicas levassem em conta os impactos ambientais de suas ações, estabelecendo pela primeira vez no contexto da lei internacional, a aceitação de que “o poluidor paga o principal”¹⁸³.

Deste modo, podemos dizer que na Rio-92, uma das conferências importantes que refletiu sobre as questões climáticas, se reforçou “a ênfase em políticas socioambientais, englobando o desenvolvimento sustentável que contemple tanto as dimensões ecológicas quanto sociais”¹⁸⁴, bem como foram produzidos “expressivos documentos, considerados os mais importantes acordos ambientais globais da história da humanidade”¹⁸⁵. Dentre estes documentos “estão a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a declaração de princípios para Florestas, a Convenção sobre a Biodiversidade Biológica, a Convenção do Clima e a Agenda 21”¹⁸⁶. Estes documentos estabeleceram diretrizes fundamentais para promover o desenvolvimento sustentável em escala planetária, integrando aspectos ecológicos, sociais, econômicos e culturais.

¹⁸¹ JUNIOR, F. A., Fé cristã e superação da crise ecológica: abordagem teológica, p. 32.

¹⁸² JUNIOR, F. A., Fé cristã e superação da crise ecológica: abordagem teológica, p. 32.

¹⁸³ ROAF, S. et al., A adaptação de edificações e cidades às mudanças climáticas, p. 32.

¹⁸⁴ BARBOSA, J. M.; PREVE, D. R., O direito dos povos indígenas à terra e justiça socioambiental, p. 119.

¹⁸⁵ PESSINI, L.; SGANZERLA, A., Evolução histórica e política das principais conferências mundiais da onu sobre o clima e meio ambiente, p. 4.

¹⁸⁶ PESSINI, L.; SGANZERLA, A., Evolução histórica e política das principais conferências mundiais da onu sobre o clima e meio ambiente, p. 4.

A Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, assinada no ano de 1992 e composta por vinte e sete princípios, é “uma declaração solene e sucinta, mas dotada de forte peso moral e político, que resumiria o consenso a que houvessem chegado os Estados sobre a interrelação meio ambiente – desenvolvimento”¹⁸⁷. Nela encontramos de maneira sintetizada os consensos fundamentais acerca do desenvolvimento sustentável, bem como a reflexão sobre “a responsabilidade dos seres humanos pelo desenvolvimento responsável, a necessidade de colaboração entre os países para a erradicação da pobreza e a defesa ambiental”¹⁸⁸. De acordo com Roaf, dos vinte e sete princípios de desenvolvimento sustentável global propostos na declaração do Rio de Janeiro sobre o meio ambiente, quatro merecem atenção, a saber:

Padrões de produção: particularmente a produção de componentes tóxicos, como chumbo na gasolina e lixo tóxico, muitos dos quais são grandes contribuintes das emissões de gases-estufa; fontes alternativas de energia: para substituir o uso de combustíveis fósseis que estão diretamente relacionados com as mudanças climáticas globais; uma nova dependência nos sistemas de transporte público: eles devem ser enfatizados para reduzir as emissões dos veículos, engarrafamentos e problemas à saúde causados pela poluição do ar e o smog. As emissões dos transportes são os maiores contribuintes de gases-estufa; a crescente escassez de água: uma questão chave que está relacionada como clima mais quente, assim como com o aumento da população e da poluição¹⁸⁹.

Outro documento da Rio 92 que merece nossa atenção é a Declaração de Princípios para Florestas. De acordo com Priscilla Nogueira, “essa foi a primeira tentativa de consenso mundial sobre as florestas”¹⁹⁰. A Declaração de Princípios para Florestas, se caracteriza como “um conjunto de diretrizes para a conservação e gestão sustentável de todos os tipos de florestas no planeta”¹⁹¹. Esse documento reconhece a importância da “necessidade de “esverdeamento” da Terra, através do (re)florestamento e da conservação florestal”¹⁹² em vista da estabilidade climática e da conservação da biodiversidade. Na Declaração de Princípios sobre as Florestas

¹⁸⁷ PASSOS, P. N. C., A implementação dos acordos internacionais assinados na Conferência “Rio-92” no ordenamento jurídico brasileiro, p. 15.

¹⁸⁸ PINHA, R. L. S., Paradiplomacia ambiental: o papel das cidades na governança global do clima em 30 anos de Rio-92, p. 90.

¹⁸⁹ ROAF, S. et al., A adaptação de edificações e cidades às mudanças climáticas, p. 32-33.

¹⁹⁰ PASSOS, P. N. C., A implementação dos acordos internacionais assinados na Conferência “Rio-92” no ordenamento jurídico brasileiro, p. 69.

¹⁹¹ PINHA, R. L. S., Paradiplomacia ambiental: o papel das cidades na governança global do clima em 30 anos de Rio-92, p. 90.

¹⁹² PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon., A implementação dos acordos internacionais assinados na Conferência “Rio-92” no ordenamento jurídico brasileiro, p. 71.

se enfatizou a importância que os Estados têm no cuidado com o meio ambiente e se estabeleceu direitos fundamentais para todos povos:

A declaração expressa o reconhecimento pelos Estados da função vital das florestas e da necessidade de esverdeamento da Terra, através do (re)florestamento e da conservação florestal. Ademais, consagrou-se o respeito do direito das populações indígenas e de outras comunidades que habitam as florestas”. bem como a erradicação da pobreza, a promoção da segurança alimentar e a necessidade de proporcionar os recursos financeiros e específicos aos países em desenvolvimento com importantes zonas florestais. Foi ressaltada, igualmente, a necessidade de avaliar os valores econômicos e não econômicos dos bens e serviços florestais, assim como dos custos e benefícios destes para o meio ambiente; o acesso a tecnologias e a transferência de tecnologias, o fortalecimento dos estudos científicos, inventários e avaliações. Por fim, no que diz respeito ao comércio dos produtos florestais, declarou que não deveriam ser tomadas medidas unilaterais incompatíveis com as obrigações ou acordos internacionais, destinadas a restringir ou proibir o comércio internacional de madeira ou outros produtos florestais e que tal comércio deveria ter como fundamento normas e procedimentos não discriminatórios¹⁹³.

Nesta esteira de proteção do meio ambiente em vista da sobrevivência do ser humano e de todos os seres que habitam a Terra, nasceu também, na Conferência Rio 92 o documento chamado “A Convenção sobre Diversidade Biológica” com o intuito de estabelecer “procedimentos adequados para a transferência e manipulação de organismos modificados pela biotecnologia, atendendo particularmente aos efeitos negativos sobre a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica”¹⁹⁴. Essa convenção “reconhece o direito soberano dos países sobre os recursos genéticos e a justa e equitativa partilha dos benefícios gerados pelo uso da biodiversidade”¹⁹⁵, bem como, “expressa a necessidade de cada Estado regulamentar, administrar e controlar o uso e a liberação de organismos geneticamente modificados, tanto em relação ao meio ambiente quanto em relação à saúde humana”¹⁹⁶. A convenção sobre a Diversidade Biológica “tornou-se o instrumento jurídico que rege a conservação da biodiversidade, a sua gestão sustentável e a repartição equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos seus recursos genéticos”¹⁹⁷.

A Rio 92 também fez uma reflexão sobre a mudança climática, que impacta diretamente no meio ambiente e coloca em risco a vida dos seres que povoam a

¹⁹³ PASSOS, P. N. C., A implementação dos acordos internacionais assinados na Conferência “Rio-92” no ordenamento jurídico brasileiro, p. 71.

¹⁹⁴ LENZ, M., Meio ambiente e desenvolvimento sustentável, p. 18.

¹⁹⁵ LENZ, M., Meio ambiente e desenvolvimento sustentável, p. 19-20.

¹⁹⁶ LENZ, M., Meio ambiente e desenvolvimento sustentável, p. 20.

¹⁹⁷ PINHA, R. L. S., Paradiplomacia ambiental: o papel das cidades na governança global do clima em 30 anos de Rio-92, p. 91-92.

terra, sobretudo as pessoas mais pobres. Neste sentido, nasceu o documento “A Convenção do Clima”, com o propósito “de servir como ponto de partida para as ações voltadas para a redução das emissões”¹⁹⁸ de gás carbônico na atmosfera. Segundo Márcia Fortuna Biato, “seu arcabouço flexível permitiria aos países tornar as exigências mais ou menos rigorosas, dependendo de novas descobertas científicas e dos riscos que a comunidade internacional estivesse disposta a aceitar”¹⁹⁹. Um de seus marcos é o reconhecimento da responsabilidade histórica dos países industrializados na emissão de gases e a necessidade de que liderem os esforços de mitigação²⁰⁰. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) foi um marco destacado:

entrou em vigor em 1994 e tem hoje adesão quase universal, com 198 signatários, foi um marco normativo internacional que inaugurou a governança global do clima e, por isso mesmo, representou um momento seminal na batalha contra as mudanças climáticas, considerada hoje a principal ameaça contra a humanidade e prioridade dos governos. Com o objetivo de conter o fluxo de emissões de gases de efeito estufa antes que pudessem alterar drasticamente os sistemas climáticos da Terra, a UNFCCC estabeleceu a estrutura para os acordos e regulamentações que se seguiram, tendo como braço institucional seu secretariado e usando como fundamentação científica os relatórios do IPCC²⁰¹.

Outro documento importante que resultou da Rio 92 foi a Agenda 21 que se caracteriza essencialmente “como um plano de ação para ser adotado nos níveis internacional, nacional e local, envolvendo diversos atores sociais [...] que podem cooperar para a solução dos problemas ambientais”²⁰². A agenda 21, apesar de “ter sido enfraquecida por concessões e negociações”²⁰³, se destacou como “o programa de ação mais abrangente e talvez mais efetivo já sancionado pela comunidade internacional”²⁰⁴ em torno do desenvolvimento sustentável, pois

permitiu que um universo maior de questões pudesse ser colocado no centro da discussão sobre Desenvolvimento Sustentável, ampliando e absorvendo um número maior de simpatizantes, de segmentos sociais e instituições que encontrassem nesse documento uma oportunidade de diálogo²⁰⁵.

¹⁹⁸ BIATO, M. F., Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima, p. 240.

¹⁹⁹ BIATO, M. F., Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima, p. 240.

²⁰⁰ BIATO, M. F., Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima, p. 241.

²⁰¹ PINHA, R. L. S., Paradiplomacia ambiental: o papel das cidades na governança global do clima em 30 anos de Rio-92, p. 90-91.

²⁰² PEREIRA, A. C. et al., Sustentabilidade na prática: fundamentos, experiências e habilidades, p. 80.

²⁰³ ROAF, S. et al., A adaptação de edificações e cidades às mudanças climáticas, p. 33.

²⁰⁴ ROAF, S. et al., A adaptação de edificações e cidades às mudanças climáticas, p. 33.

²⁰⁵ RANAURO, M. L., Uma agenda para o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras: experiências de agendas 21 locais fomentadas pelo Ministério do Meio Ambiente no período 2003 a 2008, p. 37.

Podemos afirmar que a Agenda 21, se caracteriza essencialmente como um “instrumento de planejamento estratégico para subsidiar ações em quatro dimensões: social e econômica, conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento, fortalecimento do papel dos grupos sociais e meios de execução”²⁰⁶ e que se destaca como sendo o “mais importante resultado da Rio-92”²⁰⁷, pois “se organizou como um manual de planejamento para a implementação do Desenvolvimento Sustentável, com indicações claras sobre o que se pretendia para o desenvolvimento em relação a diversos temas”²⁰⁸. Importante ressaltar na nossa reflexão que, embora a Rio-92 tenha acordado uma agenda global, em vista da garantia da autonomia dos países, ficou também estabelecida a possibilidade de agendas locais, por meio das quais cada país pudesse ter a liberdade de elaborar políticas públicas em vista do desenvolvimento sustentável e de proteção do meio ambiente. Um exemplo que podemos citar de agenda 21 local pode ser a brasileira, que definiu, como linhas prioritárias, “a implantação de programas de inclusão social; a sustentabilidade urbana e rural; a preservação dos recursos naturais e minerais e a ética política para o planejamento rumo ao desenvolvimento sustentável”.

De acordo com Sue Roaf a agenda 21 obteve sucesso graças ao envolvimento de muitas pessoas, desde o monitoramento a indicações de atitudes concretas que ajudem a mitigar os impactos negativos sob o meio ambiente:

Muito do sucesso da Agenda 21 se deve ao treinamento sobre questões ambientais, desde o início, do exército de trabalhadores alistados na luta contra a degradação ambiental e as mudanças climáticas, de funcionários municipais comuns a chefes de Estado. Essas forças foram municiadas, através do processo da Agenda 21, com unidades e sistemas de medição, ferramentas e métodos, indicadores e marcos de referência que possibilitaram até às pessoas mais comuns participar no maior projeto de monitoramento já visto: a medição da velocidade e a extensão da degradação do planeta do qual dependemos para nossa própria sobrevivência. Através dessas medições tem sido possível entender os riscos que realmente enfrentamos e desenvolver estratégias que os mitiguem e os revertam²⁰⁹.

²⁰⁶ PEREIRA, A. C. et al., Sustentabilidade na prática: fundamentos, experiências e habilidades, p. 80.

²⁰⁷ RANAURO, M. L., Uma agenda para o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras: experiências de agendas 21 locais fomentadas pelo Ministério do Meio Ambiente no período 2003 a 2008, p. 38.

²⁰⁸ RANAURO, M. L., Uma agenda para o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras: experiências de agendas 21 locais fomentadas pelo Ministério do Meio Ambiente no período 2003 a 2008, p. 38.

²⁰⁹ ROAF, S. et al., A adaptação de edificações e cidades às mudanças climáticas, p. 33.

A Eco 92, buscou reafirmar os princípios estabelecidos na grande primeira conferência sobre o meio ambiente realizada em Estocolmo no ano de 1972 e estabeleceu estratégias e planos de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável. Desta forma, podemos afirmar que a Rio 92 serviu de inspiração para o nascimento das COPs em vista da governança climática global, com o intuito de promoverem acordos e compromissos voltados para a sustentabilidade. Neste sentido, as COPs “tornaram-se o fórum central para a governança climática internacional, consolidando-se como os principais eventos onde decisões cruciais são tomadas a respeito da mitigação, adaptação, financiamento e desenvolvimento sustentável”²¹⁰, bem como lugar de monitoramento e revisão de compromissos climáticos assumidos por todos os países membros ou ainda “para avaliar o progresso global e definir novas metas com base nas evidências científicas mais recentes e nas realidades econômicas e sociais de cada país”²¹¹.

Merece destaque, também, na nossa reflexão o Protocolo de Quioto, documento que foi ratificado por mais de 150 nações participantes da COP 3 realizada em Quioto no Japão em 1997. Esse documento serviu de parâmetro para reflexão das COPs posteriores, tendo como objetivo “amenizar as dificuldades a serem enfrentadas pelos países na hora de reduzir as emissões”²¹² de gás carbônico e de “preservar o meio ambiente, sem prejudicar, de forma excessiva ou desnecessária, o desenvolvimento econômico e social”²¹³. Segundo Sue Roaf o Protocolo de Quioto estabeleceu compromissos em vista da redução de gás carbônico na atmosfera, sobretudo pelos países industrializados:

Esse tratado sem precedentes comprometeu as nações industrializadas a obrigar juridicamente reduções nas emissões de seis gases com efeito estufa: dióxido de carbono; metano; óxido nitroso; hidrofluorcarbonos (HFCs); perfluorcarbonos (PFCs); hexafluoreto de enxofre (SF₆). As reduções pedidas variavam de país para país, mas as emissões ficaram em média, aproximadamente 5% abaixo dos níveis de 1990 para o período 2008–12. Os Estados Unidos concordaram em reduzir 7%, o Japão, 6%, e os membros da Comunidade Europeia, 8%. A chave para a concordância dos Estados Unidos para tal objetivo relativamente ambicioso foi o estabelecimento de um sistema de comércio de emissões entre países industrializados, pelo qual os países com limites obrigatórios comprariam e venderiam, entre si, o direito de liberar gases com efeito estufa²¹⁴.

²¹⁰ PEREIRA, R. M., Governança climática: COPs UNFCC, p. 3.

²¹¹ PEREIRA, R. M., Governança climática: COPs UNFCC, p. 25.

²¹² BIATO, M. F., Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima, p. 242.

²¹³ BIATO, M. F., Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima, p. 242.

²¹⁴ ROAF, S. et al., A adaptação de edificações e cidades às mudanças climáticas, p. 30-31.

Outro acordo importante e que merece destaque na nossa reflexão é o acordo de Paris, que nasceu por ocasião da COP 21 realizada na França. Este acordo “estabeleceu o objetivo de limitar o aquecimento global a bem abaixo de 2° C preferencialmente a 1,5°C, acima dos níveis pré-industriais”²¹⁵ e foi o primeiro acordo “a compromissar todos os países desenvolvidos e industrializados, bem como os países em via de desenvolvimento e pobres, em relação à redução de emissões de gases de efeito estufa”²¹⁶. De acordo com Ricardo Menengussi Pereira, o acordo de Paris “introduziu o conceito de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), permitindo que cada país estabelecesse suas próprias metas de redução de emissões”²¹⁷ e foi implementado nas COPs subsequentes, através da regra de Katowice, “que detalha as regras de implementação do acordo”²¹⁸ (COP 24); e do Pacto Climático de Glasgow, “que incluiu compromissos para reduzir as emissões de metano em 30% até 2030 e eliminar o desmatamento até 2030”²¹⁹, bem como “marcou a conclusão das negociações sobre o artigo 6 do Acordo de Paris, estabelecendo regras para os mercados de carbono internacionais”²²⁰ (COP 26).

As COPs posteriores à COP 26 continuaram implementando o Acordo de Paris. Neste sentido, foi criado o “fundo para perdas e danos causados por eventos climáticos extremos”²²¹ em vista de “apoiar as nações mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas”²²² (COP 27); a “avaliação global do progresso na implementação do Acordo de Paris”²²³ e “um acordo para triplicar a capacidade global de energia renovável até 2030 e acelerar os esforços para reduzir o uso de combustíveis fósseis”²²⁴ (COP 28). Na COP 29 aconteceu a atualização do financiamento que os países ricos devem assumir em vista da proteção do meio ambiente (NCQG – Nova Meta Quantificada Coletiva):

que versa sobre o compromisso de países ricos para financiar a ação climática em países em desenvolvimento, uma vez que a meta anterior de US\$ 100 bilhões por ano até 2020 – acordada em 2009 na COP15 em Copenhague – foi atingida em 2022 conforme apontado pela OCDE e permanecia defasada. A nova meta pactuada de

²¹⁵ PEREIRA, R. M., Governança climática: COPs UNFCC, p. 13.

²¹⁶ PESSINI, L.; SGANZERLA, A., Evolução histórica e política das principais conferências mundiais da onu sobre o clima e meio ambiente, p. 4.

²¹⁷ PEREIRA, R. M., Governança climática: COPs UNFCC, p. 13.

²¹⁸ PEREIRA, R. M., Governança climática: COPs UNFCC, p. 14.

²¹⁹ PEREIRA, R. M., Governança climática: COPs UNFCC, p. 14.

²²⁰ PEREIRA, R. M., Governança climática: COPs UNFCC, p. 14.

²²¹ PEREIRA, R. M., Governança climática: COPs UNFCC, p. 14.

²²² PEREIRA, R. M., Governança climática: COPs UNFCC, p. 14.

²²³ PEREIRA, R. M., Governança climática: COPs UNFCC, p. 14.

²²⁴ PEREIRA, R. M., Governança climática: COPs UNFCC, p. 14.

US\$ 300 bilhões ao ano até 2035, que abrange recursos públicos, privados, bilaterais, multilaterais e alternativos, foi considerada, porém, insuficiente²²⁵.

A COP30, que aconteceu no Brasil em novembro de 2025, embora não tenha feito menção no documento final sobre a diminuição do uso de combustíveis fósseis, “aprovou um pacote de decisões que cumpriu três objetivos principais: (I) fortalecer o multilateralismo; (II) conectar o multilateralismo climático às pessoas e (III) acelerar a implementação do Acordo de Paris”²²⁶. Segundo informações extraídas da página oficial da Conferência das Partes realizadas em Belém-PA, 2025, “a COP30 equilibrou forças entre norte e sul, países desenvolvidos e em desenvolvimento, energia e natureza, tecnologia e pessoas, compromissos e implementação, mitigação e adaptação”²²⁷.

De acordo com Ricardo Menengussi Pereira vários sinais positivos podem ser assinalados ao longo destas mais de três décadas de realização das COPs, a saber: o aumento de 117 para 190 países membros da conferência das partes, a diminuição de efeito de gases de efeito estufa, sobretudo por alguns países da Europa, o financiamento climático para países em desenvolvimento, a transição energética através de metas e incentivos para a adoção de energias limpas, a criação do Fundo Verde para o Clima e do fundo para perdas e danos de comunidades vulneráveis afetadas pelas mudanças climáticas²²⁸. Desta maneira, podemos afirmar que, em todas as suas edições, as COPs procuraram indicar caminhos possíveis que, se adotados por todos os países, podem contribuir através de uma transição justa e eficaz para uma economia de baixo carbono e para um progresso que realmente seja sustentável.

Em todo caso, apesar de todos os acordos já firmados ao longo das realizações da vinte e nove COPs, um desafio parece alarmante, o da conciliação entre o crescimento econômico e a preservação ambiental. Tal equilíbrio é visto como determinante para a manutenção da estabilidade climática planetária nas próximas décadas. Prova deste desafio pode ser notada na atitude de alguns países ricos que sob a justificativa do próprio crescimento econômico colocam empecilhos para

²²⁵ GUITARRARI, L.; CARDOSO, J. V. M., Resultados e desafios da COP 29 para a agenda climática global, p. 9.

²²⁶ COP30 BRASIL., COP30: negociações apresentam resultados emblemáticos em meio a tensões geopolíticas sem precedentes.

²²⁷ COP30 BRASIL., COP30: negociações apresentam resultados emblemáticos em meio a tensões geopolíticas sem precedentes.

²²⁸ PEREIRA, R. M., Governança climática: COPs UNFCCC, p. 10-18.

pensar atitudes de proteção do meio ambiente, quando não para executar os acordos já firmados na Conferência das Partes. De acordo com Ricardo Menengussi Pereira, por ocasião da realização da COP 7, realizada em Marrocos ano de 2001 e de onde surgiu os Acordos de Marrakesh, “que detalharam as regras de implementação do Protocolo de Quioto, incluindo mecanismos de flexibilidade e regras de contabilização de emissões”²²⁹, aconteceu um momento de tensão,

quando os Estados Unidos, responsáveis por aproximadamente 36% das emissões globais naquela época, anunciaram sua retirada do Protocolo de Quioto, alegando preocupações econômicas e a falta de compromissos vinculativos para países em desenvolvimento. Este evento ressaltou as tensões entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento nas negociações climáticas²³⁰.

Sue Roaf, refletindo sobre essa temática afirma que “as questões do aquecimento global têm sido, geralmente, apresentadas ao povo norte-americano como não sendo um problema”²³¹. Segundo Sue Roaf um exemplo que pode ser exposto foi a rejeição do Senado norte-americano a um plano de ação que visava frear a emissão de dióxido de carbono das indústrias:

em outubro de 2003, o Senado norte-americano rejeitou por 55 votos a 43 um plano de frear as emissões de dióxido de carbono das indústrias. O Projeto de Lei, apoiado por John McCain (do Partido Republicano) e Joe Liberman (do Partido Democrata), exigia a redução até o ano 2010 das emissões de dióxido de carbono e outros gases estufa das indústrias, mas não dos veículos, aos níveis de 2000 [...] O crescente abismo entre as políticas ambientais da Europa e dos Estados Unidos foi ressaltado quando, Margot Wallstrom, a Comissária do Meio Ambiente da UE, em uma visita a Londres em outubro de 2003, sem provocação, criticou duramente os norte-americanos por pressionar a Rússia a não assinar o Protocolo de Quioto, a Administração da Marina norte-americana por enviar navios poluídos para serem destruídos no Reino Unido e as companhias norte-americanas envolvidas na questão dos transgênicos por tentar enganar os consumidores europeus²³².

Além do mais, as discussões promovidas nas COPs destacaram a urgência de ações concretas para mitigar os impactos ambientais gerados pela ação humana, evidenciando a necessidade de reduzir a emissão de gases de efeito estufa e acelerar a transição para uma economia de baixo carbono. Martinho Lenz, no capítulo intitulado “Meio ambiente e desenvolvimento sustentável”, refletindo sobre o papel do ser humano como agente de superação da crise socioambiental, aponta algumas

²²⁹ PEREIRA, R. M., Governança climática: COPs UNFCC, p. 12.

²³⁰ PEREIRA, R. M., Governança climática: COPs UNFCC, p. 12.

²³¹ ROAF, S. et al., A adaptação de edificações e cidades às mudanças climáticas, p. 43.

²³² ROAF, S. et al., A adaptação de edificações e cidades às mudanças climáticas, p. 43.

linhas de ações “em que muitos grupos e comunidades já estão engajados ou ainda se poderão engajar”, tais quais:

Cultivar uma espiritualidade voltada a salvaguardar o meio ambiente e fomentar a solidariedade no uso dos bens da terra e das novas tecnologias; promover a educação ambiental, com o objetivo de suscitar e fortalecer uma profunda mudança de mentalidade e hábitos de vida, com ação nas escolas, universidades, empresas, nos meios de comunicação; fortalecer a mobilização para obter a adesão do Brasil a acordos internacionais e sua implementação eficaz [...]; organizar a monitoragem e cobrança sistemática dos órgãos públicos de planejamento e ação ambiental. Como exemplos podemos citar a análise e implementação da Lei de Gestão das Florestas Públicas, sancionada no Brasil em março de 2006 e ações propostas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), como a Política Nacional de Educação Ambiental; fomentar a colaboração ecumênica, em níveis local, nacional e mundial. Debater e difundir a Declaração ecumênica sobre a água como o direito humano e bem público; tomar contato com o Fórum Brasileiro de ONGs Ambientais e engajar-se em ações concretas em defesa do meio ambiente; favorecer a busca e implementação de alternativas energéticas para os combustíveis não-renováveis e poluidores, bem como a reciclagem de materiais reutilizáveis. Por exemplo, a produção de biodiesel a partir de várias matérias primas, inclusive do tratamento e recuperação do óleo de cozinha residual em óleo combustível (com tecnologia desenvolvida pela Unicamp); aproveitamento da energia eólica (ventos) e das marés para a geração de energia elétrica; apoiar ações e iniciativas dos movimentos ecológicos e dos movimentos ambientalistas em suas lutas concretas pela conservação da biodiversidade e pela proteção ambiental²³³.

Desta maneira concluímos que cada vez mais é preciso que a humanidade se comprometa com a saúde do planeta Terra, levando em consideração o amor social que implica “pequenos gestos de cuidado mútuo”²³⁴, bem como “grandes estratégias que detenham eficazmente a degradação ambiental e incentivem uma cultura do cuidado que permeie toda a sociedade”²³⁵. Neste sentido, o ser humano, principal agente de destruição ou de cuidado com o meio ambiente, precisa-se conscientizar que o meio ambiente é um “bem coletivo e sua conservação, um dever comum e universal. O caráter global da presente crise exige, ademais, a adoção de soluções globais, na medida em que todos dependemos uns dos outros na ordem universal estabelecida pelo Criador”²³⁶.

²³³ LENZ, M., Meio ambiente e desenvolvimento sustentável, p. 39-40.

²³⁴ LS 231.

²³⁵ LS 231.

²³⁶ LENZ, M., Meio ambiente e desenvolvimento sustentável, p. 32.

3.3.

Caminhos de esperança: diálogo com os povos originários e a etnia Boé-Bororo

A crise socioambiental que assola o planeta impõe à humanidade o desafio urgente de repensar suas práticas de uso dos recursos naturais, bem como de repensar o modo de viver e conviver com todos os seres que povoam o planeta Terra. A racionalidade técnico-econômica dominante fundada na exploração e no acúmulo, na cultura do descartável, esbarra em seus próprios limites quando confrontada com os sinais cada vez mais evidentes de esgotamento ecológico, de mudanças climáticas e aumento significativo da pobreza. Neste cenário, os povos originários, guardiões milenares de uma relação sustentável com a natureza e de um estilo de vida fundado na solidariedade, oferecem caminhos de esperança, pois “expressam esta vivência através do bem viver, que implica uma harmonia pessoal, familiar, comunitária e cósmica que se expressa pelo cuidado com a Nossa Casa Comum, preservando os recursos para as gerações futuras”²³⁷.

Ao refletirem sobre essa temática, Maria Teresa Cardoso e Carlos Estellita-Lins consideram que os povos tradicionais, por serem guardiões da natureza, podem ensinar uma relação de cuidado com o meio ambiente:

As sociedades tradicionais são guardiãs importantes do meio ambiente e dotadas de práticas ecológicas e formas de cuidado que têm sido estudadas em função de seu reconhecido sucesso. Elas podem ensinar à cultura ocidental modos de proteger o ambiente e de buscar integrar-se com a natureza ou a criação. Cabe aprender a viver de modo diferente – para sobreviver, para melhor viver, para que futuras gerações ainda possam de novo viver²³⁸.

Os povos originários estabelecem uma relação tão profunda com a natureza e entre eles mesmos, que superam as relações que se fundamentam no paradigma tecnocrático. Neste sentido, Antônio Lopes Ribeiro afirma que é possível aprendermos práticas para uma espiritualidade ecológica com os povos originários:

Podemos extrair das práticas e do imaginário desses povos, de suas elaborações teológicas, crenças e espiritualidade, elementos importantes para uma espiritualidade ecológica integral, sorvendo de suas fontes o que tem de mais importante para a preservação da natureza e garantia de sustentabilidade da vida no planeta²³⁹.

²³⁷ RODRIGUES, S. S. R. et al., CEBs: Igreja em Saída na busca de vida plena para todos e todas, p. 4.

²³⁸ FREITAS, M. T. C.; LINS, C. E., O que há de casa comum? Políticas do luto e Diálogo inter-religioso, p. 819-820.

²³⁹ RIBEIRO, A. L., Espiritualidade ecológica integral a partir dos povos indígenas, p. 250.

Entre os povos indígenas é perceptível enxergar a “partilha da produção social, sem privatização da natureza, que busca a vida em harmonia das pessoas com elas mesmas e entre si, com a natureza da qual são parte, com o sagrado”²⁴⁰. Os autores do texto base para o 15º Intereclesial das CEBs, afirmam que o estilo de vida vivenciado pelos povos originários tem uma visão holística e integradora do ser humano, pois é uma proposta

inspiradora de uma nova civilização focada no equilíbrio e na centralidade da vida que visa uma ética do cuidado com a Casa Comum. Pressupõe uma visão holística e integradora do ser humano, incluindo o ar, a água, os solos, as montanhas, as árvores e os animais, o sol, a lua e as estrelas em profunda comunhão com a Pachamama, com as energias do universo e com Deus na relação fé e vida²⁴¹.

Desta forma, percebemos que “esses povos têm uma profunda lição a dar à humanidade sobre espiritualidade ecológica integral; afinal, em seu imaginário, tudo está interconectado”²⁴². Além do mais, as comunidades indígenas “têm uma forte compreensão de seus ecossistemas circundantes tendo desenvolvido relações complexas com plantas, animais e terra ao longo de milhares de anos”²⁴³ e “possuem um conhecimento valioso sobre como gerenciar e proteger esses ambientes de forma sustentável, que tem sido transmitido por gerações”²⁴⁴. Desta maneira, “com os indígenas podemos aprender algumas lições importantes de como priorizar a vida, não fazendo escolhas erradas, optando sempre em função do que tem vida”²⁴⁵. Os povos originários, diferente daqueles que enxergam a natureza como um vazio para ser explorado, estabelecem uma relação de reciprocidade e respeito com a mesma:

veem a natureza como um ser vivo, com o qual mantêm uma relação recíproca, e reconhecem a importância de protegê-la para as gerações futuras. Esse entendimento os levou a desenvolver práticas que priorizam a conservação e restauração do ambiente natural. Respeitando e trabalhando com a natureza, os povos indígenas têm mostrado que é possível preservar a biodiversidade, manter os serviços ecossistêmicos e mitigar os efeitos das mudanças climáticas. No geral, suas contribuições são essenciais para o bem-estar contínuo dos ecossistemas brasileiros e para a luta global contra a degradação ambiental²⁴⁶.

²⁴⁰ RODRIGUES, S. S. R. et al., CEBs: Igreja em Saída na busca de vida plena para todos e todas, p. 69.

²⁴¹ RODRIGUES, S. S. R. et al., CEBs: Igreja em Saída na busca de vida plena para todos e todas, p. 102.

²⁴² RIBEIRO, A. L., Espiritualidade ecológica integral a partir dos povos indígenas, p. 251.

²⁴³ KETLE, Wesley., A importância dos povos indígenas para a preservação da natureza.

²⁴⁴ KETLE, Wesley., A importância dos povos indígenas para a preservação da natureza.

²⁴⁵ RIBEIRO, A. L., Espiritualidade ecológica integral a partir dos povos indígenas, p. 251.

²⁴⁶ KETLE, Wesley., A importância dos povos indígenas para a preservação da natureza.

Os povos indígenas, sobretudo os amazônicos, nos ensinam um novo conceito de vida chamado de bem viver. Tal conceito “trata-se de viver na harmonia consigo mesmo, com a natureza, com os seres humanos e com o ser supremo”²⁴⁷, haja vista que tudo está interligado. Nesse sentido, o bem viver se caracteriza pela “conexão e pela harmonia das relações entre a água, o território e a natureza, a vida comunitária e cultural, Deus e as várias forças espirituais”²⁴⁸. Podemos afirmar desta maneira que os povos indígenas estabelecem múltiplas conexões com tudo o que foi criado:

O pensamento dos povos indígenas oferece uma visão integradora da realidade, capaz de compreender as múltiplas conexões existentes entre tudo o que foi criado. Isto contrasta com a corrente dominante do pensamento ocidental que tende a fragmentar-se para compreender a realidade, mas não consegue articular novamente o conjunto de relações entre os vários campos do conhecimento. O manejo tradicional do que a natureza lhes oferece tem sido feito da forma que hoje chamamos de manejo sustentável. Também encontramos outros valores nos povos indígenas como a reciprocidade, a solidariedade, o sentido de comunidade, a igualdade, a família, sua organização social e o sentido de serviço²⁴⁹.

Todos esses aspectos nos ajudam a compreender que, para os povos originários, a “natureza é sagrada, um livro aberto, por meio do qual contemplam a Deus”²⁵⁰, bem como que “a terra não é um bem econômico, mas dom gratuito de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam interagir para manter a sua identidade e os seus valores”²⁵¹. A terra, para os povos indígenas, “é parte integrante de sua identidade cultural, espiritual e social”²⁵² e “tem um valor intrínseco que ultrapassa o aspecto material, representando um espaço sagrado que abriga seus sistemas de conhecimento, rituais, práticas sustentáveis e relações intergeracionais”. Além do mais,

em virtude de possuírem essa relação com a terra, as comunidades indígenas vivem em harmonia com a natureza, adotando práticas de manejo sustentável dos recursos naturais e preservando áreas de relevância ecológica. Assim, a posse e o controle das terras indígenas são fundamentais para garantir a preservação dos ecossistemas naturais, a diversidade biológica e a sustentabilidade ambiental²⁵³.

²⁴⁷ DFSA 9.

²⁴⁸ DFSA 9.

²⁴⁹ DFSA 44.

²⁵⁰ RIBEIRO, A. L., Espiritualidade ecológica integral a partir dos povos indígenas, p. 253.

²⁵¹ LS 146.

²⁵² BARBOSA, J. M.; PREVE, D. R., O direito dos povos indígenas à terra e justiça socioambiental, p. 113.

²⁵³ BARBOSA, J. M.; PREVE, D. R., O direito dos povos indígenas à terra e justiça socioambiental, p. 113.

Desta forma, podemos afirmar que, mais do que nunca, é preciso cuidar, proteger e garantir o direito à terra para os povos originários, pois “não é apenas uma questão de justiça social ou de reparação histórica, mas também uma necessidade para sobrevivência de toda a humanidade”²⁵⁴. Ao refletir sobre essa temática, Juliana de Matos Barbosa e Daniel Ribeiro Preve afirmam que os povos originários têm uma ligação profunda com a Terra:

Os povos indígenas têm uma ligação profunda e ancestral com suas terras tradicionais, que são fundamentais para a sua subsistência física e cultural, bem como para a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas. Portanto, a proteção do direito fundamental indígena à terra desempenha um papel crucial na efetivação da justiça socioambiental e na garantia do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado²⁵⁵.

Assim, são necessários a proteção e o cuidado dos povos originários, uma vez que eles são os principais responsáveis pelo cuidado com a natureza e inspiradores de novas relações sociais. Quando pensamos na tarefa da Igreja no mundo, vemos a necessidade de garantir o trabalho da “Igreja Católica na Amazônia e com os povos originários, na intenção de favorecer a proteção do meio ambiente e em defender a cultura, a religião e os direitos destes povos”²⁵⁶.

Desta forma, podemos afirmar que todos esses aspectos nos ajudam a encontrar caminhos de esperança se levarmos em consideração o estilo de vida dos povos originários, aprendendo com eles “sobre seu amor para com a terra e sua relação com os ecossistemas”²⁵⁷. Neste contexto, o nosso olhar se volta para o modo de vida da etnia Boé-Bororo que é objeto dessa nossa pesquisa, bem como pelo fato de esse povo fazer parte de um dos grupos indígenas mais emblemáticos do Brasil, sendo “conhecidos por sua rica cultura e uma história de luta e resistência fascinante”²⁵⁸ e por possuir uma cosmovisão profundamente enraizada na relação simbiótica entre natureza, espiritualidade e sociedade onde as práticas culturais, religiosas e sociais refletem um entendimento onde a vida e o universo estão

²⁵⁴ LOURES, H., Fraternidade e Casa Comum.

²⁵⁵ BARBOSA, J. M.; PREVE, D. R., O direito dos povos indígenas à terra e justiça socioambiental, p. 114.

²⁵⁶ KUSMA, C. A., Francisco, a sinodalidade e as implicações pastorais na Igreja do Brasil: um olhar a partir dos 10 anos de Pontificado, p. 52.

²⁵⁷ REZENDE, A. C. Z.; PATAXÓ, K., Sínodo da Amazônia, ecologia integral e relação especial dos povos indígenas com a terra, p. 84.

²⁵⁸ SANTOS, S. M; SOUZA, M. M. O., Geoculturalidade: preservação cultural e interculturalidade – um relato de experiência junto ao povo Boe Bororo, p. 2013.

interconectados. Suzana Moura e Murilo Mendonça afirmam que o povo Bóe-Bororo se organiza em clãs e é uma sociedade matrilinear:

A etnia Bororo é tradicionalmente organizada em aldeias demarcadas em clãs que são as famílias ancestrais, vivem em uma sociedade matrilinear, ou seja, a descendência e a herança são geralmente traçadas através da linha materna. Isso significa que a linhagem é determinada pela ancestralidade da mãe, ressaltando a importância da figura materna, que é norteadora pela sensibilidade e o respeito feminino. A figura da mulher dentro da aldeia desempenha um papel de intensa valorização, pois são elas que detêm a riqueza geradora dos espíritos Bororo, são reconhecidas como sagradas frente à cultura²⁵⁹.

A aldeia Bororo é organizada circularmente, sendo este formato carregado de simbolismo, representando a conexão entre o espaço social e o espaço espiritual. Essa circularidade está presente na disposição das casas ao redor da casa cerimonial (Baíto) e do espaço central, onde ocorrem os ritos mais importantes. É importante dizer, que essa estrutura circular das aldeias fundamenta a cosmologia do povo Bororo, sua visão do mundo material e sobrenatural, suas relações humanas. De acordo com Mestre Enauréu, “a aldeia circular bororo significa mais igualdade e complementariedade entre seus habitantes”²⁶⁰, razão pela qual “os Bororo nunca quiseram ter um grande e único chefe”²⁶¹.

A estrutura circular da aldeia, com a casa central no meio e o pátio dos rituais a poente da casa central chamado de Boróro. É uma estrutura social, religiosa, cosmológica, que define o local e a função de cada um na terra e no céu. A aldeia é dividida em duas metades em nível de igualdade e reciprocidade, de direitos e deveres. Cada metade tem quatro grupos ou clãs e os membros de cada grupo têm seus próprios nomes, cantos, heróis míticos, adornos, animais, aves, peixes, plantas e Espíritos, mesmo sendo patrimônio coletivo. As mulheres são donas da casa e os filhos pertencem ao grupo delas, é uma cultura matrilinear e os homens são donos da casa central²⁶².

De acordo com Mário Bordignon Enauréu, para o povo Bóe-Bororo, “a natureza, as pessoas e a espiritualidade formam uma grande unidade. Em todo ritual há sempre um elemento da natureza sobre os corpos das pessoas que celebram os Espíritos”²⁶³ e o estilo de vida se fundamenta nos princípios do “viver comunitário, na reciprocidade, na complementariedade, no respeitar as diversidades, no respeitar

²⁵⁹ SANTOS, S. M.; SOUZA, M. M. O., Geoculturalidade: preservação cultural e interculturalidade – um relato de experiência junto ao povo Boe Bororo, p. 214.

²⁶⁰ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 15.

²⁶¹ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 15.

²⁶² ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 164.

²⁶³ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 165.

a natureza”²⁶⁴, contrapondo o estilo de vida vigente da sociedade atual, haja vista que, para este povo em questão, a “vida comunitária é ponto de equilíbrio para o desenvolvimento e a sustentação da própria cultura, e as atividades diárias incluem a caça, a pesca, a confecção de artesanatos, o desenvolvimento da língua e o repasse para as novas gerações”²⁶⁵.

A natureza ocupa lugar central na vida e na visão de mundo dos Bóe-Bororo, seja porque dela os indígenas retiram os bens para a sua subsistência, seja pelo fato de ela garantir a sobrevivência cultural desse povo. Animais, rios, árvores e montanhas possuem espírito e valor intrínseco. O respeito pelos ciclos naturais e a utilização sustentável dos recursos são princípios fundamentais para a continuidade da vida. Esse entendimento ecológico é vivido na prática diária do povo Bóe-Bororo, nas técnicas agrícolas, na caça e na coleta, sempre orientadas pelo equilíbrio e pela reciprocidade com a natureza. Neste sentido, a natureza é contemplada pelo povo Bóe-Bororo como um espaço sagrado que “oferece benefícios ambientais, climáticos e diversidade biológica para todos”²⁶⁶. Suzana Santos e Murilo Mendonça comentam a relação que os Bororos estabelecem com a natureza:

Os Bororos acreditam em uma relação com a natureza, onde a terra, plantas e animais são refletidas e associadas com entidades vivas e espirituais. Essa relação de respeito à natureza é fundamental para a sobrevivência harmônica da visão dos Bororo. A conectividade com a natureza ao redor remete a uma fusão entre indígenas e natureza, e suas práticas e crenças muitas vezes refletem um respeito pela natureza e uma compreensão íntima de seus ciclos. A natureza tem papel primordial na relação com a cosmovisão, os animais, as plantas, influenciam muitas das atividades desenvolvidas dentro da aldeia. A cosmovisão é, na verdade, uma história, um conto que se relaciona com animais e seres inanimados. Para os não Bororo, é uma história folclórica. A visão holística está intrínseca com a cosmovisão, um elance repassado por gerações, através de histórias contadas pelos mais velhos. Luta incessante para o repasse dessa cultura milenar, de uma sensibilidade ancestral que remete para a resiliência e trajetória de lutas e tradições²⁶⁷.

A espiritualidade Bororo é um dos elementos mais significativos de sua cosmovisão. Para o povo Bóe-Bororo, não há separação entre o mundo visível e o invisível e a religião é assinalada por “uma unidade íntegra e conexa que dá sentido

²⁶⁴ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 169.

²⁶⁵ SANTOS, S. M.; SOUZA, M. M. O., Geoculturalidade: preservação cultural e interculturalidade – um relato de experiência junto ao povo Boe Bororo, p. 2014-215.

²⁶⁶ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 170.

²⁶⁷ SANTOS, S. M.; SOUZA, M. M. O., Geoculturalidade: preservação cultural e interculturalidade – um relato de experiência junto ao povo Boe Bororo, p. 2019.

à vida, aos seres e às coisas”²⁶⁸. Os espíritos dos antepassados e os seres da natureza participam ativamente da vida cotidiana. “Os rituais fúnebres como em muitas culturas indígenas, são marcadas por práticas e crenças específicas que refletem a cosmovisão e a espiritualidade”²⁶⁹ do povo Bóe-Bororo e são de extrema importância, pois marcam a transição dos mortos para o mundo espiritual, consolidando os laços entre os vivos e os ancestrais. A morte, para eles, não é o fim, mas uma transformação e reintegração ao cosmos. “Após a morte de um membro do povo Bororo, toda a aldeia entra no luto, e as atividades são suspensas em respeito à perda”.²⁷⁰

O povo Bororo possui um rico sistema simbólico expresso em sua linguagem, arte e rituais. A língua Bororo, parte fundamental da preservação cultural, carrega termos e expressões que não encontram equivalente em outras línguas, pois refletem conceitos específicos de sua cosmovisão. Os adornos, as pinturas corporais e os cânticos cerimoniais também comunicam pertencimento, status social e conexão espiritual. A circularidade, frequentemente presente em seus símbolos, representa a eternidade, o ciclo da vida e a inter-relação entre os seres.

A cosmovisão é profundamente enraizada em suas tradições culturais, espirituais e sociais. Ela molda a maneira como os Bororo percebem e interagem com o mundo ao seu redor. Alguns elementos para a cosmovisão são: a relação com a natureza e todos os elementos naturais, bióticos e abióticos, espiritualidade, rituais e suas tradições orais. O retrato da cosmovisão é permeado especificamente pela natureza e a espiritualidade, onde a junção é parte de todo um mundo transcendental. A cosmovisão Bororo fundamenta a cultura e a identidade; aporta como um guia para as relações sociais, a moralidade e a conservação de seu ambiente, evidenciando a importância da compreensão cultural para uma análise crítica das dinâmicas sociais e das práticas identitárias em contextos indígenas²⁷¹.

Desta maneira, podemos concluir que a cosmovisão dos Bóe-Bororo nos oferece uma perspectiva profundamente ecológica, espiritual e comunitária, onde o ser humano é visto como parte de um todo interligado. Seu modo de viver e compreender o mundo desafia as concepções individualistas e utilitaristas da sociedade contemporânea, convidando-nos a revisitar nossos próprios paradigmas

²⁶⁸ ISAAC, P. A. M., Irmã Maria Cibaíbo Ossemer: uma missionária franciscana entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso, p. 86.

²⁶⁹ SANTOS, S. M.; SOUZA, M. M. O., Geoculturalidade: preservação cultural e interculturalidade – um relato de experiência junto ao povo Boe Bororo, p. 2020.

²⁷⁰ SANTOS, S. M.; SOUZA, M. M. O., Geoculturalidade: preservação cultural e interculturalidade – um relato de experiência junto ao povo Boe Bororo, p. 2020.

²⁷¹ SANTOS, S. M.; SOUZA, M. M. O., Geoculturalidade: preservação cultural e interculturalidade – um relato de experiência junto ao povo Boe Bororo, p. 2018.

sobre natureza, vida e espiritualidade. Certamente contribui para o cuidado com a Casa Comum e para a construção de uma sociedade mais solidária e consciente.

Deste modo, levando em consideração as experiências que apresentamos ao longo deste capítulo, percebemos possibilidades de cuidado com a Casa Comum diferentes do caminho que se tem propagado na sociedade atual, onde a Terra se tornou objeto de exploração; e o ser humano, sobretudo os pobres, sujeitos descartáveis. Podemos encontrar nos saberes dos povos originários, nas reflexões propostas pelos ambientalistas e nações que estão preocupadas com a saúde do planeta Terra, bem como nas indicações propostas pela Igreja Católica, sobretudo nos documentos do Papa Francisco, caminhos para um novo estilo de vida, na perspectiva da ética do cuidado, o amor afetivo e a esperança responsável como fundamentos de uma nova civilização, bem como o bem viver inspirado nos povos indígenas, uma vez que oferecem alternativas concretas para relações mais justas, solidárias e ecologicamente sustentáveis.

Concluimos, desta maneira, que o cuidado com a Casa Comum é missão inadiável de todos. E a sobrevivência da Terra depende da conversão ecológica que reconhece o ser humano como guardião da criação, promotor de uma convivência fraterna e agente principal para a sobrevivência da Terra.

4

Cuidar da criação: diálogo com a etnia Bóe-Bororo

O cuidado com a criação é uma tarefa indispensável de todas as pessoas que habitam no planeta Terra, em vista da sobrevivência da humanidade de agora e das gerações que hão de vir. Como nos recordou o Papa Francisco, todos nós somos chamados a assumir pequenos gestos que contribuam para a saúde do meio ambiente, bem como lutarmos por políticas públicas que de fato contribuam para o desenvolvimento sustentável, para que a vida humana seja pensada em harmonia e conexão com todas as outras formas de vida presentes no nosso planeta. Para isso, podemos aprender com experiências significativas de alguns grupos sociais, de modo particular com os nossos irmãos indígenas que nutrem uma relação de reciprocidade, solidariedade entre eles e com a Terra, nossa Casa Comum.

Em vista de aprendermos novas formas de nos relacionarmos com a natureza e entre nós, propomos no nosso trabalho conhecermos um pouco mais da história do povo da etnia Bóe-Bororo, que vive no sul do estado do Mato Grosso, de modo particular com aqueles que estão nas aldeias de Tadarimana, Piebaga, Arareau e Teresa Cristina, mais próximas da Diocese de Rondonópolis Guiratinga da qual faço parte. Desta maneira procuraremos no nosso trabalho escrever sobre: a origem do povo da etnia Bóe-Bororo; a maneira de viver e de bem conviver entre eles e com a Casa Comum; e experiências e possíveis caminhos de um novo estilo de vida em vista de uma sociedade que de fato consiga estabelecer novos hábitos que garantam a saúde do meio ambiente e consequentemente de todos os seres que povoam a Terra.

4.1.

O povo Bóe-Bororo na região sul de Mato Grosso

Para melhor entender a presença dos indígenas Bóe-Bororo, que vive no Sul do Estado de Mato Grosso, especialmente nas aldeias próximas à cidade de Rondonópolis- Mato Grosso é necessário conhecer um pouco da sua história. Sobre a origem do povo Bóe-Bororo, o missionário salesiano Mário Bordignon Enawuréu destaca que embora parem algumas dúvidas sobre o nascimento dessa etnia, alguns autores têm um ponto de vista em comum:

Com certeza absoluta não sabemos. Uns autores dizem que vieram da Amazônia e outros dizem que vieram da Bolívia e dos Andes. Lévi-Strauss, autor de “Tristes Trópicos” (1955), que estudou os Bororo na aldeia Kejári nos anos de 1935 a 1938, defende esta opinião e nós também. Por que? Na Bolívia havia povos com uma cultura parecida com a dos Bororo como os Otuke, os Covareka e os Curiminaka. Os Bororo conheciam a prata, meríki kigaduréu, o metal branco ou ouro, meríki ekuréu, o metal amarelo e com eles faziam seus adornos, coisa comum entre os povos andinos há muito tempo antes da chegada dos europeus²⁷².

Uma outra versão sobre a origem do povo Bóe-Bororo, porém que exige um estudo mais aprofundado segundo Mestre Enauréu, é de que os indígenas Bororo vieram dos Andes, região dominada pelos povos incas. De acordo com Mestre Enauréu essa hipótese pode ser estudada levando em consideração algumas hipóteses importantes: a primeira hipótese é levantada a partir do conflito de guerra e de cultura travado entre os Incas e os Bóe-Bororo que acarretou na fuga em massa dos Bóe-Bororo que perderam a guerra por conta de os Incas serem uma população mais numerosa, mais forte e de uma cultura diferente dos Bóe-Bororo; e a segunda hipótese, pelo fato de o povo Bororo trazer algumas características físicas e culturais e sociais do povo andino²⁷³.

Em todo caso, Mestre Enauréu afirma que a primeira migração dos Bororo ocorreu de maneira espontânea, aproximadamente mil anos atrás, sendo composta por pequenos grupos familiares. Com o passar do tempo, outras migrações se somaram, levando à formação de aldeias organizadas em grupos clânicos. Por volta de 400 a 500 anos atrás, após a ampla expansão do império Inca, ocorreu a última grande migração. Nessa etapa, chegaram também os grandes líderes que estruturam a sociedade Bororo conforme é conhecida atualmente. Essa organização é relatada em dois mitos fundamentais: no mito *Tugarége enoróe makúda*, onde os chefes *Baitagógo* e *Akarúio Boróge* transferem seus poderes e os *Tugarége* fazem a doação de seus bens e no mito *Ía bóe eworóro jíw bakaru*, no qual *Akarúi Bokodóri* e as aldeias bororos são os protagonistas²⁷⁴. A ocupação de territórios pelo povo Bóe-Bororo aconteceu via conflitos com outros povos, seja “expulsando alguns povos como os Guaraní, ou incorporando outros na própria sociedade, ou fazendo guerra com outros, que invadiam seu território, como os Kaiapó do Sul e os Xavantes, chamados de Kaiámo, inimigo”²⁷⁵.

²⁷² ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 14.

²⁷³ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 15.

²⁷⁴ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 16.

²⁷⁵ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 19.

De acordo com Mestre Enauréu as aldeias Bororo em Mato Grosso foram se organizando dentro de um processo histórico, sobretudo pelo fato de os indígenas Bóe-Bororo possuírem grandes extensões de terras:

A primeira grande aldeia bem organizada foi a Arúa Bororo, no baixo rio São Lourenço. Depois a aldeia Arigão Bororo no Rio Vermelho perto da barra do Tadarimana. Esta era muito grande e dela se formaram outras aldeias: Aróe Jári, Jarudóri, Tabá Bororo, Aijéri, Ituboré, Kéjari, Pogúbo Ceréu e outras menores, ocupadas no tempo da seca, quando os Bororo faziam o “magúro”, as pescarias, caçadas e coletas anuais. No tempo das chuvas praticavam uma pequena agricultura. Era uma vida seminômade, isto é, com períodos parados e outros se deslocando. Os grandes rituais e outros eram feitos nas grandes aldeias²⁷⁶.

Para Cesar Albisetti e Ângelo Jayme Venturelli, o povo Bóe-Bororo tem uma versão mítica que narra a sua origem. Conhecido como o nome “A Grande Inundação”, o mito sobre a origem do povo Bóe-Bororo, tem duas variantes para explicar o nascimento dessa etnia. A primeira variante afirma que houve uma grande inundação que destruiu todos indígenas bororos, exceto Meríri Póro²⁷⁷ que se abrigou no cume do morro Toroári (morro do gavião ou de Santo Antônio do Leverger) e sobreviveu à grande inundação. De acordo com essa variante do mito, Meríri Póro se relacionou com uma corça de onde nasceu uma nova geração do povo Bororo. A segunda variante explica que Meríri Póro morreu afogado com os outros Bororo, exceto Jerígi Otojiwu, que sobreviveu a grande inundação por se abrigar no cume do morro Toroári. De acordo com essa variante do mito, Jerígi Otojiwu, num caminho persistente fez reaparecer os indígenas bororo com o seu assobio²⁷⁸.

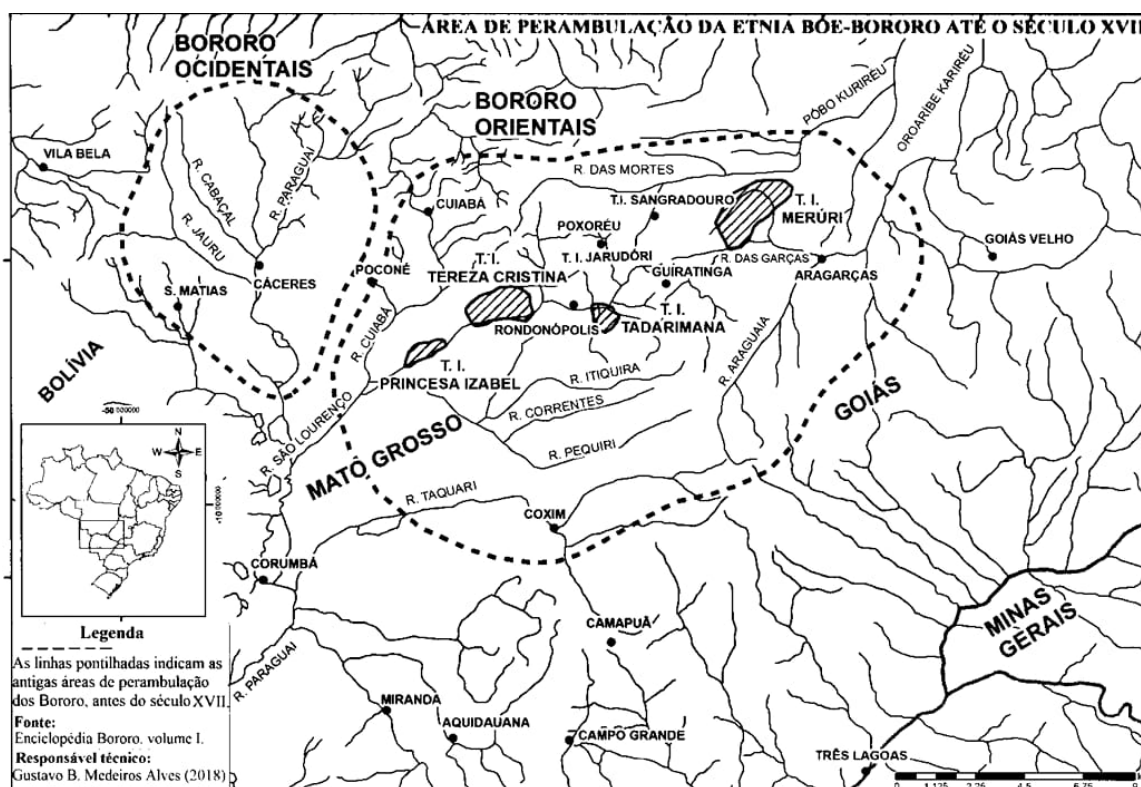
Refletindo sobre essa temática o professor Paulo Augusto Mário Isaac utiliza o mapa elaborado por Albisetti e Venturelli para mostrar as antigas localizações da etnia Bóe-Bororo na região central do Brasil. Conforme o mapa abaixo apresentado, é possível perceber que as Terras Indígenas de Teresa Cristina, Princesa Isabel (Perigara), Jarudóri e Tadarimana estão no território da Diocese de Rondonópolis-Guiratinga e Meruri está localizada na região da Diocese de Barra do Garças, e estas já existiam muito antes do que muitos municípios, inclusive do município de Rondonópolis.

²⁷⁶ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 19.

²⁷⁷ ISAAC, P. A.M., Drama da educação escolar indígena Bóe-Bororo, p. 37-38.

²⁷⁸ ALBISETTI, C.; VENTURELLI, A. J., Enciclopédia Bororo, p. 3-4.

Figura 3: Mapa da área de perambulação da etnia Bóe-Bororo até o século XVII²⁷⁹



Atualmente o povo Bóe-Bororo vive nessas cinco regiões no sul do estado de Mato Grosso: Meruri; Jarudore; Tadarimana, que é dividida em cinco aldeias (Aldeia Central, Praião, Pobore, Jurigue e Pobojarí); Tereza Cristina, organizada em três aldeias (Piebaga, Arareau e Córrego Grande) e Perigara (antiga Princesa Isabel) no Pantanal mato-grossense²⁸⁰. A aldeia de Meruri está situada próxima ao município de General Carneiro e os indígenas que vivem nessas regiões “foram colonizados pelos missionários salesianos que chegaram à região em 18 de janeiro de 1902 e fundaram a Colônia Sagrado Coração de Jesus, num local chamado Tachos”²⁸¹. A Terra Indígena (TI) Jarudore se localiza próxima ao município de Poxoréu e os indígenas “por não estarem instalados nas Colônias Militares, nem nas Missões”²⁸², foram “denominados, pela historiografia oficial, Bororo

²⁷⁹ O mapa apresentado encontra-se em: ISAAC, P. A. M., Irmã Maria Cibaíbo Ossemer: uma missionária franciscana entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso, p. 125.

²⁸⁰ SOUZA, L. A., Bakaru na comunidade indígena Bororo da aldeia central de Tadarimana, em Rondonópolis - Mato Grosso: conceitos e manifestações, p. 53-54.

²⁸¹ ISAAC, P. A.M., Drama da educação escolar indígena Bóe-Bororo, p. 45.

²⁸² ISAAC, P. A.M., Drama da educação escolar indígena Bóe-Bororo, p. 45.

Independentes ou Bororo do Mal. Rondon”²⁸³. A Terra Indígena Tereza Cristina, que está organizada em três aldeias distintas, se localiza “na confluência do Córrego Grande com o rio São Lourenço”²⁸⁴ (Aldeia Córrego Grande) e “mais ao sul, próximo da serra Brigadeiro Jerônimo”²⁸⁵ (Aldeia Piebaga e Arareau), “ambas estão no município de Santo Antônio do Leverger”²⁸⁶. A aldeia Perigara “está localizada às margens do Rio São Lourenço, no Pantanal Mato-Grossense, município de Barão de Melgaço”²⁸⁷ e os indígenas desta aldeia estabelecem “um contato permanente com fazendeiros e sertanejos da região, inclusive muitos índios trabalham em fazendas como peões”²⁸⁸. A aldeia Tadarimana, onde os indígenas também “são denominados pela historiografia oficial de Bororo Independentes ou Bororo de Marechal Rondon”²⁸⁹,

está localizada nos municípios de Rondonópolis e Pedra Preta, ao sul de Mato Grosso. Ela possui 9.785 hectares, mas segundo Cury (1973, p. 112), quando foi doada pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon aos Bororo, em fins de 1949, possuía 10.000 hectares. De acordo com Serpa (1988, p. 63), foi o próprio Rondon quem anexou à sua fazenda parte dessas terras, localizadas na confluência do rio Jurigue com o rio Vermelho²⁹⁰.

Segundo Mestre Enauréu, antes da “chegada dos colonizadores, os Bororo ocupavam cerca de 400.000 km², mais ou menos uma área correspondente à metade de Mato Grosso. Hoje eles detêm cerca de 140.000 Hectares, ou 1.400 km²”²⁹¹, distribuídas da seguinte maneira: a TI Teresa Cristina possui uma área de 32.713 hectares e uma população de 538 pessoas. A TI Tadarimana possui uma área de 9.785 e uma população de 623 pessoas. Já a TI Meruri com uma extensão de 82.301 hectares e uma população de 439 pessoas. A TI Perigara possui uma extensão de 10.470 hectares e 100 pessoas. Jarudóri uma área de 4.706 hectares e 41 pessoas. Além dos indígenas que vivem nessas terras existem aproximadamente 80 pessoas Bóe-Bororo que vivem nas cidades ou outras aldeias, totalizando aproximadamente

²⁸³ ISAAC, P. A.M., Drama da educação escolar indígena Bóe-Bororo, p. 45.

²⁸⁴ ISAAC, P. A.M., Drama da educação escolar indígena Bóe-Bororo, p. 45.

²⁸⁵ ISAAC, P. A.M., Drama da educação escolar indígena Bóe-Bororo, p. 45.

²⁸⁶ ISAAC, P. A.M., Drama da educação escolar indígena Bóe-Bororo, p. 45.

²⁸⁷ ISAAC, P. A.M., Drama da educação escolar indígena Bóe-Bororo, p. 45.

²⁸⁸ ISAAC, P. A.M., Drama da educação escolar indígena Bóe-Bororo, p. 45.

²⁸⁹ ISAAC, P. A.M., Drama da educação escolar indígena Bóe-Bororo, p. 47.

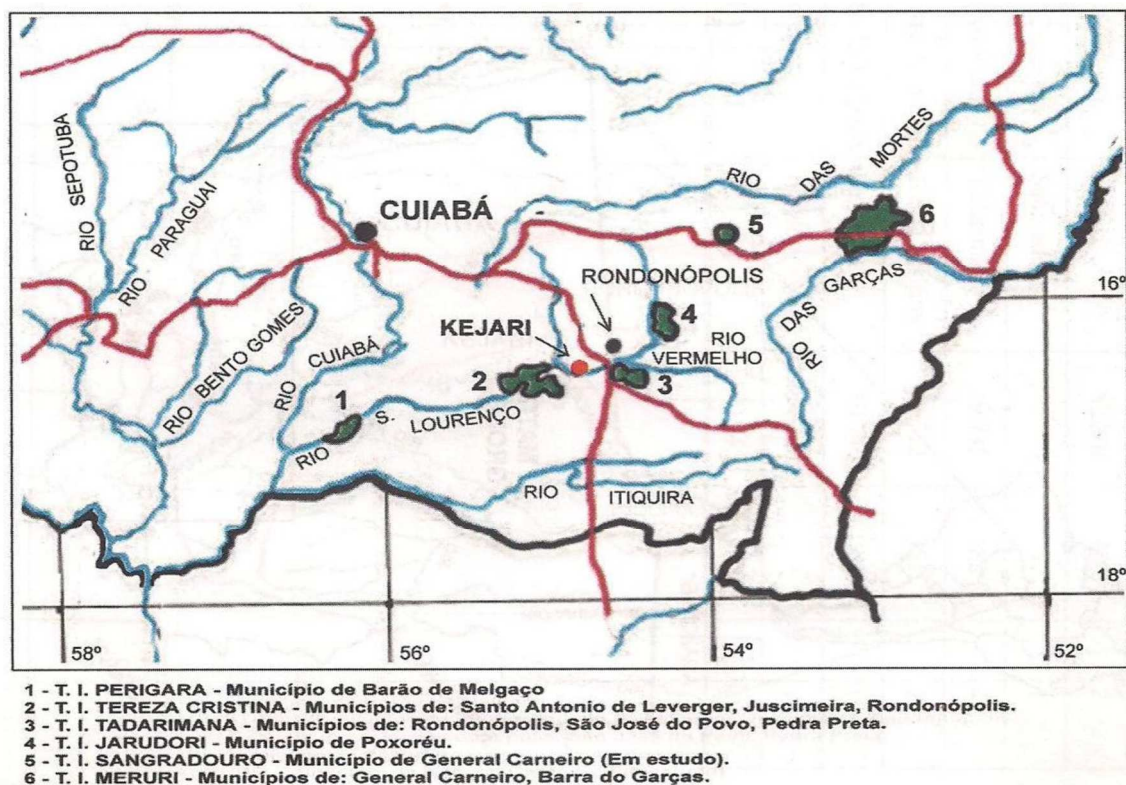
²⁹⁰ SOUZA, L. A., Bakaru na comunidade indígena Bororo da aldeia central de Tadarimana, em Rondonópolis - Mato Grosso: conceitos e manifestações, p. 54-55.

²⁹¹ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 125.

1821 indígenas Bóe-Bororo no Estado do Mato Grosso e o que representa 0,35% comparado antes da chegada dos colonizadores²⁹².

O mapa abaixo mostra a área atual na qual vive a população indígena Bóe-Bororo no Mato Grosso.

Figura 4: Mapa das Terras Indígenas Bororo (atuais) Sul²⁹³



Um dado importante que devemos considerar na nossa reflexão é que embora o povo Bóe-Bororo tenha as suas terras demarcadas, sabemos que ainda existe uma grande parte do seu território que foi retirado deles e está nas mãos de outras famílias que grilaram ou compraram de maneira irregular as terras que pertencem ao povo Bóe-Bororo, ou ainda como parte de políticas de redução do território Bororo promovidos pelos governos estadual e municipal de Mato Grosso. Prova disso, aconteceu em 1945, quando “a Reserva de São João do Jarudore, por iniciativa do governo do Estado de Mato Grosso, teve reduzida sua área para cerca de seis mil hectares, e em 1951 para 4076 hectares”²⁹⁴, ou ainda, em 1958, quando

²⁹² ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 125.

²⁹³ O mapa apresentado encontra-se em: SILVA, P. R., Memória e representação em Barra do Garças: o conflito na aldeia Meruri, p. 48.

²⁹⁴ MAPA DE CONFLITOS INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL., MT – sofrimento e perseguição do povo Bororo no Mato Grosso.

“a prefeitura Municipal de Poxoréo criou o distrito de Jarudore, com 142.800 hectares”²⁹⁵, o que “sobrepôs ao território Bororo remanescente e possibilitou a ocupação do mesmo por pessoas estranhas à etnia. Esta medida culminou com a expulsão final dos Bororo de suas terras”²⁹⁶.

Contudo, os indígenas não silenciaram e se colocaram em processo de luta em busca de retomar as terras que lhes foram tiradas. Em 2006, coordenada pela cacique Maria Aparecida Toro Ekureudo, algumas famílias indígenas retornaram para Jarudore ocupando uma área que havia sido demarcada no ano de 1951 e deram início a um longo processo de batalha para reaver as terras que outrora lhes foram tiradas por ocupações irregulares ou ainda por políticas públicas realizadas pelo governo estadual e municipal²⁹⁷. O Conselho Missionário Indigenista comenta sobre essa questão:

no dia 28 de junho de 2019 o juízo da Subseção Judiciária de Rondonópolis reconheceu o direito dos índios Bororos à posse e usufruto da Terra Indígena Jarudore, num total de 4.706 hectares, e determinou a desocupação da área pelos não índios que exploram atividade econômica na terra indígena, no prazo máximo de 90 dias²⁹⁸.

Dado interessante de ser observado no parecer do juiz que considerou favorável devolver as terras indígenas que foram ocupadas por políticas do governo estadual de Mato Grosso e pelo município de Poxoréo foi o reconhecimento de que a relação dos povos indígenas com a Terra vai totalmente na contramão da relação estabelecida com os não indígenas. O juiz em questão se valendo de trechos do entendimento do Supremo Tribunal federal recordou que os membros de uma comunidade indígena estabelece uma relação de profunda intimidade com a terra, de modo que não a vê como um simples objeto material para ser explorado, senão como algo sagrado “que resume em si toda ancestralidade e toda coetaneidade e toda posteridade de uma etnia”²⁹⁹.

²⁹⁵ MAPA DE CONFLITOS INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL., MT – sofrimento e perseguição do povo Bororo no Mato Grosso.

²⁹⁶ MAPA DE CONFLITOS INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL., MT – sofrimento e perseguição do povo Bororo no Mato Grosso.

²⁹⁷ MAPA DE CONFLITOS INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL., MT – sofrimento e perseguição do povo Bororo no Mato Grosso.

²⁹⁸ CIMI., Justiça reconhece direito de indígenas da etnia Bororo à posse sobre a TI Jarudore em Mato Grosso.

²⁹⁹ CIMI., Justiça reconhece direito de indígenas da etnia Bororo à posse sobre a TI Jarudore em Mato Grosso.

Em todo caso, vale ressaltar que o roubo de terras Bororo e as lutas para recuperá-la remonta a um tempo anterior a 1945. De acordo com Mestre Enauréu, no ano de 1886 surgiram duas colônias que deveriam ser lugar de morada para o povo Bororo. No entanto, diante do não cumprimento da palavra dada por autoridades políticas essas terras foram invadidas por fazendeiros ou vendidas pelo governo estadual sob a argumentação de não ficarem no prejuízo. Além do mais, as políticas de demarcação de terras indígenas aconteceram de maneira morosa³⁰⁰, dado que se repete até os dias atuais. Se não bastasse o não cumprimento de políticas públicas por parte daqueles que tinham o poder para que os indígenas Bororo vivessem em paz em seus territórios, o povo Bóe-Bororo ainda enfrentou outras formas de violências: as doenças (tuberculose, sarampo, varíola), o consumo da pinga (alcoolismo), a exploração das mulheres, o preconceito racial e a invasão das terras, praticadas por garimpeiros e por colonos³⁰¹.

Porém, o povo Bororo não se calou diante das muitas injustiças que sofreu ao longo de anos de história. Sempre reagiu contra aqueles que invadiram suas terras. Conforme escreve Mestre Enauréu, mesmo perdendo “a região a Oeste de Cuiabá e a região de Goiás”³⁰², os indígenas Bóe-Bororo “estão presentes até hoje no coração do seu antigo território”³⁰³, seja por defender suas terras de maneira planejada e articulada, seja por manterem sua própria cultura ainda quando foram dominados pela chegada de colonizadores. Nesse contexto, sofreram impactos com a presença das colônias militares, do serviço de proteção indígena e das missões da Igreja. No caso das missões, sobretudo dos salesianos, que no início nem sempre ajudaram no processo de decolonização³⁰⁴. Mestre Mário Bordignon refletindo sobre a temática em questão, afirma que os primeiros missionários adotaram, junto aos indígenas Bóe-Bororo, práticas da cultura cristã europeia:

vindos da Europa em plena revolução industrial, com experiências em obras sociais, internatos e escolas, especialmente escolas profissionais e agrícolas, queriam educar e preparar a juventude e os indígenas para serem integrados ao processo da sociedade. Sendo, pois, os salesianos uma sociedade religiosa católica, queriam instruí-los na religião. Seu método educativo era e é baseado em três palavras: “Razão, religião e amor”. Seu lema, seu ideal era e é: “formar bons cristãos e honestos cidadãos”³⁰⁵.

³⁰⁰ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 126-127.

³⁰¹ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p.145.

³⁰² ENAURÉU, M. B., História Bororo, p.163.

³⁰³ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p.163.

³⁰⁴ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p.163.

³⁰⁵ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p.105.

Embora, o início da presença das missões religiosas tenha colaborado ainda que indiretamente com a ideologia dos colonizadores ou ainda com os métodos utilizados pelo extinto serviço de proteção do índio (SPI), ao tratar os indígenas como pessoas a serem civilizadas, vários agentes de pastorais caminharam na contramão daqueles que chegaram no início das missões em terras indígenas Bóe-Bororo. Neste íterim, destacamos na nossa reflexão alguns nomes que contribuíram e continuam contribuindo para que os indígenas da etnia Bóe-Bororo tivessem seus direitos assegurados, desde a luta pela demarcação de suas terras, quanto a preservação de sua cultura. Dentre os missionários destacamos: padre Rodolfo e Simão Bororo, Irmã Pedrosa Vieira, Irmã Maria Cibaíbo Ossemer e Irmã Valdina Tambosi, Sílvia Maria Valentim Pinheiros, Mestre Mário Bordignon Enauréu, o conselho indigenista missionário (CIMI) e a pastoral indigenista da Diocese de Rondonópolis-Guiratinga.

Padre Rodolfo e Simão Bororo foram assassinados em 12 de outubro de 1976 por fazendeiros da região, por começarem ao lado de outras lideranças Bororo a “lutar pela demarcação da terra”³⁰⁶ que saiu naquele mesmo ano. Irmã Pedrosa Vieira, missionária salesiana, era “muito querida e estimada pelos Bororo das aldeias de Meruri e Garças”. Irmã Maria Cibaíbo Ossemer, missionária catequista franciscana, que morou e foi professora na Aldeia Córrego Grande. Irmã Valdina Tambosi, missionária catequista franciscana, que desde 1992 residiu nas aldeias Piebaga e Arareião. Sílvia Maria Valentina Pinheiros, missionária leiga que mora até os dias de hoje na Aldeia Córrego Grande, atuando na escola local e nos trabalhos pastorais naquela região junto aos Bóe-Bororo³⁰⁷. Mestre Mário, religioso e missionário salesiano que até os dias atuais se coloca junto do povo Bóe-Bororo na luta pela vida digna dos indígenas Bororo que estão no sul de Mato Grosso.

Além desses nomes destacados, recordamos também o trabalho sistemático que o Conselho Indigenista Missionário realiza junto a etnia Bóe-Bororo, sobretudo o apoio dado às assembleias das lideranças do povo Bóe que trataram sobre temas importantes acerca dos direitos dos povos indígenas, tais como a reintegração de posse das terras Bororo de Jarudori e Teresa Cristina, os impactos negativos que a travessia dos trilhos da Ferronorte impactariam na Terra Bóe-Bororo. Associados a esses temas o CIMI ainda colaborou para a participação de representantes dos

³⁰⁶ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 105.

³⁰⁷ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p.113-114.

indígenas Bóe-Bororo nos debates de elaboração da Constituição Federal de 1988, bem como a participação no Congresso Internacional de Educação Indígena em Cuiabá e em vários outros eventos de natureza distintas no e fora do Brasil³⁰⁸.

Também é importante ressaltar o trabalho da pastoral indigenista da Diocese de Rondonópolis- Guiratinga junto ao povo Bóe-Bororo. Desde o ano de 1940, quando Dom Vunibaldo Talleur era bispo da prelazia de Rondonópolis, hoje Diocese de Rondonópolis-Guiratinga, essa porção da Igreja se fazia presente na vida do povo Bóe, com o intuito de “oferecer condições para que as lideranças e agentes da pastoral indigenista”³⁰⁹ e indígenas caminhassem juntos:

uma caminhada de fé como povo de Deus, favorecendo o protagonismo dos povos indígenas em comunhão com a Igreja diocesana, participando da construção de uma sociedade mais justa e solidária, na promoção humana, respeitando e ajudando as culturas indígenas desabrocharem num processo de evangelização inculturada³¹⁰.

A proximidade com os povos indígenas Bóe-Bororo e a preocupação de se pensar caminhos de diálogo e de mútua ajuda entre o povo Brae³¹¹ e o povo Bóe-Bororo resultou no I Sínodo Bororo realizado nos dias vinte e quatro e vinte e cinco de junho de 2023 em São Lourenço de Fátima, distrito de Juscimeira em MT.³¹² O Sínodo foi marcado por momentos de diálogo e de escuta de pontos positivos e negativos que os indígenas Bororo têm enfrentado, devido à mentalidade colonizadora às vezes presente em alguns agentes públicos e religiosos que se aproximam da aldeia com interesses escusos. Também foi considerado projeto comum assumido pelas lideranças da pastoral indigenista e pelos indígenas da etnia Bóe-Bororo que consolide cada vez mais uma evangelização encarnada, levando em consideração a tradição e a espiritualidade do povo Bóe-Bororo.

Desta maneira, compreendemos que a presença dos missionários católicos nas terras indígenas que estão no sul de Mato Grosso, de modo particular na região da Diocese de Rondonópolis-Guiratinga, sobretudo nos últimos tempos nas aldeias do povo Bóe-Bororo, tem contribuído para que os indígenas em questão tenham seus

³⁰⁸ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p.115-116.

³⁰⁹ KESTERING, J., Diocese Rondonópolis: trilhas e caminhos entre o sertão e as cidades, p. 158.

³¹⁰ KESTERING, J., Diocese Rondonópolis: trilhas e caminhos entre o sertão e as cidades, p. 159.

³¹¹ De acordo com o pequeno dicionário Bororo/Português, de autoria do Padre Gonçalo Ochoa, Brae é o nome dado aqueles que não são indígenas.

³¹² Trata-se do I Sínodo do povo Bóe-Bororo junto com missionários e membros do CIMI local, organizado pela Diocese de Rondonópolis-Guiratinga nos dias 24 e 25 de junho de 2023. As informações da pesquisa foram extraídas da ata do sínodo, feita por Rosalvo Lima dos Anjos, divulgada na página web da Diocese.

direitos respeitados e vivam como protagonistas de sua história, bem como contribuem para que os indígenas em questão não percam sua identidade cultural, seu modo de viver e conviver, uma vez que esse estilo de vida colabora diretamente no cuidado com a Casa Comum e pode servir de possibilidade para que o povo “Brae” estabeleça relações de convivência mais saudáveis entre si e com o meio ambiente.

4.2.

O modo de viver e de conviver do povo Bóe-Bororo

Diante de um cenário que tem se consolidado cada vez mais assustador, dada a irresponsabilidade humana em relação ao uso coerente e racional dos bens da natureza, bem como por tentativas de se estabelecer políticas públicas que a todo custo tentam viabilizar a destruição da nossa Casa Comum, nos parece cada vez mais necessário aprofundar no conhecimento das relações socioambientais vividas pelos povos originários, em vista de encontrarmos possibilidades de melhor convivermos entre nós e com o meio ambiente, a nossa Casa Comum. As relações sadias, de fraternidade, respeito, sensibilidade e compromisso uns com os outros e de complementariedade com o meio natural e todos os seres vivos que os cercam é uma característica dos povos originários que se apresenta como caminho possível para uma sociedade mais fraterna.

Neste sentido, aprofundar o modo de viver e de conviver do povo Bóe-Bororo, com quem estamos propondo um diálogo em vista de encontrarmos outras possibilidades de nos relacionarmos de maneira mais equilibrada com a Mãe Terra, e entre nós homens e mulheres não indígenas, nos parece de fundamental importância. Assim, procuraremos na nossa reflexão pontuar alguns aspectos importantes da organização social do povo Bororo, bem como do modo de viver e conviver dessa etnia indígena com os seus pares, com a natureza e com os povos não indígenas.

Um primeiro elemento importante que destacamos na nossa reflexão e que marca o modo de existir do povo Bóe-Bororo, acontece na transmissão dos

*bakárus*³¹³, por meio dos quais são transmitidos todos os conhecimentos da cultura bororo. Cesar Albisetti e Ângelo Venturelli tecem um comentário sobre o *bakárus*:

Numerosíssimas são as lendas transmitidas fielmente de geração em geração por uma ininterrupta tradição oral. Todas elas têm uma finalidade definida: explicar fenômenos naturais, justificar a existência de certos seres, estabelecer a origem de tradições e ornamentos³¹⁴.

Segundo Paulo Isaac os *bakárus* são transmitidos nas aldeias bororo, “nas conversas com os tios e mugas (mães), durante os rituais, contidos nos cantos, danças e ritmos”³¹⁵, bem como “em significantes silêncios nos lugares sagrados, onde cada clã tem sua primazia”³¹⁶. Os *bakárus*, “que tradicionalmente são transmitidos pela oralidade”³¹⁷, fazem parte da sabedoria sagrada do povo Bóe-Bororo e fornece os princípios de vida para essa etnia em questão:

Compõe a sabedoria sagrada Bóe-Bororo e fornece à sociedade os princípios morais e éticos, crenças e regras de conduta social e pessoal. Sua força está nos significados e sentidos dos seres e coisas materiais e sobrenaturais que eles representam. A coerência de suas histórias reside nos ensinamentos e na sabedoria que eles manifestam frente aos fenômenos da natureza e diante dos comportamentos humanos em suas relações sociais e com o seu meio ambiente³¹⁸.

Outro dado relevante que nos ajuda a compreender a organização social, religiosa e cosmológica do povo Bóe-Bororo pode ser observada quando levamos em consideração a estrutura geográfica da aldeia, sobretudo pelo seu formato circular. Segundo Mestre Mário a estrutura circular da aldeia reflete o modo de viver e bem conviver do povo Bóe-Bororo:

A aldeia é dividida em duas metades em nível de igualdade e reciprocidade, de direitos e deveres. Cada metade tem quatro grupos ou clãs e os membros de cada grupo têm seus próprios nomes, cantos, heróis míticos, adornos, animais, aves, peixes, plantas e Espíritos, mesmo sendo patrimônio coletivo. As mulheres são donas da casa e os filhos pertencem ao grupo delas, é uma cultura matrilinear, e os homens são donos da casa central³¹⁹.

³¹³ De acordo com o pequeno dicionário Bororo, de Padre Gonçalo Ochoa Camargo, *Bakárus* são lendas, contos, histórias, mitos, apólogo, tradição oral dos bororo, mistério.

³¹⁴ ALBISETTI, C.; VENTURELLI, A. J., Enciclopédia Bororo, p. 206.

³¹⁵ ISAAC, P. A. M., Irmã Maria Cibaíbo Ossemer: uma missionária franciscana entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso, p. 90.

³¹⁶ ISAAC, P. A. M., Irmã Maria Cibaíbo Ossemer: uma missionária franciscana entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso, p. 90.

³¹⁷ ISAAC, P. A. M.; B, B. P. J., Religião, Educação tradicional Bóe-Bororo e educação escolar indígena – análise a partir do método transpermanência, p. 307.

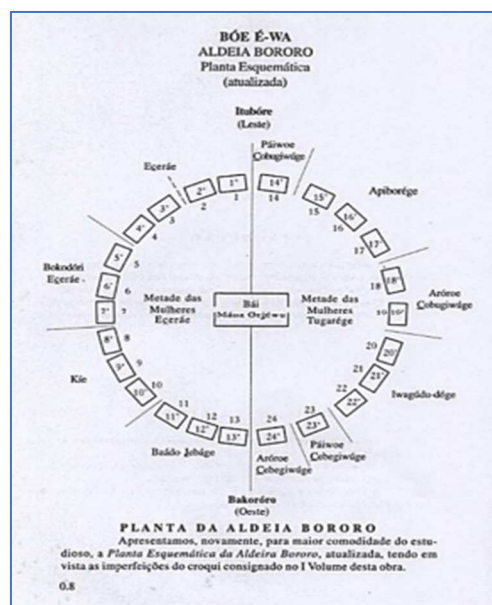
³¹⁸ ISAAC, P. A. M.; B, B. P. J., Religião, Educação tradicional Bóe-Bororo e educação escolar indígena – análise a partir do método transpermanência, p. 307.

³¹⁹ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 164.

Para melhor compreendermos a organização social do povo Bóe-Bororo utilizaremos a planta da aldeia Bororo que foi atualizada pelos pesquisadores Paulo Augusto Mário Isaac e Benedito Pereira Junior Bakorokarw. Segundo esses autores, a aldeia do povo Bóe-Bororo é organizada de maneira dualista. Na respectiva planta, conseguimos identificar a representação socioespacial do mundo terreno e do mundo das almas, situados respectivamente pelos lados Norte-Sul e Leste-Oeste. O lado Norte é habitado pelo clã Eceráe e é subdividido em quatro sub-clãs diferentes (Bakoro Eceráe, Bokodóri Eceráe, Kie e Baádo Jebáge), enquanto no lado Sul habitam os membros do clã Tugarege e que também é organizado em quatro sub-clãs distintos (Páiwoe, Apiburége, Aróroe e Iwagúdu doge). “Cada um dos oito sub-clãs habita o bóe ewororo – um terreiro de domínio feminino que é o seu espaço físico e social”³²⁰.

No lado leste e oeste, que representam o mundo das almas, encontramos a figura de dois heróis míticos: o Itubóre, herói mítico que pertence ao clã Tugarege e o Bakoróro, herói mítico que pertence ao clã Eceráe³²¹. No centro do círculo se localiza o Báí mana gejewu ou o Baíto, ou seja, “a choupana central de uma aldeia bororo, casa grande, casa da praça, casa dos homens”³²².

Figura 5: Planta atualizada da aldeia Bóe-Bororo³²³



³²⁰ ISAAC, P. A. M; B, B. P. J., Religião, Educação tradicional Bóe-Bororo e educação escolar indígena – análise a partir do método transpermanência, p. 312.

³²¹ ISAAC, P. A. M; B, B. P. J., Religião, Educação tradicional Bóe-Bororo e educação escolar indígena – análise a partir do método transpermanência, p. 311-312.

³²² CAMARGO, G.O., Pequeno dicionário bororo/português, p. 66.

³²³ Figura encontrada em: ISAAC, P. A. M; B, B. P. J., Religião, Educação tradicional Bóe-Bororo e educação escolar indígena – análise a partir do método transpermanência, p. 311.

É importante destacarmos na nossa reflexão, que as divisões de clãs e sub-clãs na aldeia Bóe-Bororo não significa em hipótese alguma grupos isolados e nem tão pouco falta de conectividade com a natureza. Muito pelo contrário do que o senso comum pode nos oferecer, a cosmovisão Bóe-Bororo se firma na complementariedade, na unidade social e simbólica. Nas cerimônias rituais realizadas pelos indígenas Bóe-Bororo conseguimos perceber a conexão que essa etnia estabelece entre seres humanos e as demais coisas criadas, bem como com os entes que vivem fora da vida terrestre, mas que não estão totalmente ausentes dela, haja vista que para os indígenas Bóe-Bororo, sempre existe uma comunhão do espaço terrestre com o mundo das almas e que se expressam sobretudo na realização dos rituais. Paulo Isaac e Benedito Junior fazem uma reflexão sobre a complementariedade e harmonia vividas entre o povo Bóe-Bororo:

Nas representações cerimoniais, os personagens do domínio de Itubóre são interpretados pelos chefes da outra metade, os Eceráe. Do mesmo modo, os personagens do domínio de Bokoro são interpretados pelos chefes da outra metade, os Tugarege. Essas trocas simbólicas são, na verdade, a realização plena da complementariedade que dá sentido à unicidade social harmônica Bóe. Assim, Norte e Sul, Leste e Oeste, dia e noite, mundo terreno e mundo das almas, Bakoróro e Itubóre, bõe ewororo e báí mána gejew, feminino e masculino, Eceráe e Tugarege não são oposições e sim complementariedades que formam a unidade social e simbólica. Todos esses elementos estão amalgamados³²⁴.

Essa forma de organização, que acontece especialmente nos momentos dos ritos nos quais os personagens assumem a posição ou o lugar social de pessoas do outro clã, aponta para um sentimento de complementariedade existente entre os indígenas Bóe-Bororo, ou seja, de colocar se no lugar do outro; de se sentir como “o outro”, o que reafirma a unidade da aldeia e contribui para a preservação da cultura Bororo.

Outro aspecto importante sobre o modo de existir do povo Bóe, diz respeito ao chefe da aldeia, chamado pelos indígenas em questão de “Bóe e-imejeras”. Segundo Paulo Augusto Mário Isaac os “Bóe e-imejeras” têm a função de orientar e aconselhar os membros de uma determinada tribo bororo e gozam dessa função pelo fato de possuírem uma reta moral, gozar de prestígio entre os indígenas e possuir amplo conhecimento da tradição bororo³²⁵. Ao lado dos *Bóe e-imejeras*,

³²⁴ ISAAC, P. A. M; B, B. P. J., Religião, Educação tradicional Bóe-Bororo e educação escolar indígena – análise a partir do método transpermanência, p. 312.

³²⁵ ISAAC, P. A. M., Drama da educação escolar indígena Bóe-Bororo, p. 74.

aparecem também os caciques e o *bári*, que juntos são “as instâncias de poder responsáveis pela organização sociopolítica e econômica”³²⁶ das aldeias e ao lado dos “*Aroetawararé*”, garantem a unidade entre a natureza, as pessoas e a espiritualidade³²⁷.

No que se refere ao *Bári*, este tem papel importante na relação do povo Bóe-Bororo com a natureza que nessa etnia tem ao mesmo tempo o poder de exercer as funções de xamã das almas, chefe e até mestre de canto. É alguém respeitado e temido na aldeia, pois os indígenas acreditam que ele pode evocar os espíritos e inclusive curar as pessoas com as ervas extraídas da natureza³²⁸. Um belo testemunho que podemos indicar na nossa reflexão é a referência que a Irmã Maria Ossemer Cibaíbo faz sobre o *Bári* José Kadagare, da Aldeia de Córrego Grande-MT:

O Kadagare pertence ao clã Eceráe. Ele é meu pai (iuga). Ele é o homem que todos o temem. Ele pode abençoar como amaldiçoar. Fala com os espíritos, adivinha os acontecimentos, prevê o futuro. Entre todas as aldeias dos bororos ele é o que mais conservou a cultura e sabe todos os rituais³²⁹.

Além do *Bári*, outra figura importante na aldeia Bororo é o cacique. Uma nota importante no nosso estudo diz respeito ao surgimento dos caciques nas aldeias Bóe-Bororo. De acordo com o professor Paulo Isaac tal figura não faz parte de uma autoridade tradicional da cultura autóctone do povo Bororo, haja vista que tal função surge nas aldeias bororo somente no início do século XX, quando o antigo serviço de proteção do índio escolhia um indígena para ser seu representante junto ao povo Bororo. Segundo Paulo Isaac, esse indígena, que no início fora chamado de capitão, recebeu mais tarde o nome de cacique, tendo como função “trabalhar para resolver e desenvolver as atividades de branco nas áreas indígenas”³³⁰, bem como a responsabilidade da “organização das roças coletivas, limpeza da aldeia e outros serviços não tradicionais da cultura”. Nesse sentido, “os caciques estão se tornando os principais interlocutores entre os índios e a sociedade de contato. Seu

³²⁶ ISAAC, P. A. M., Drama da educação escolar indígena Bóe-Bororo, p. 74.

³²⁷ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 165.

³²⁸ ALBISETTI, C.; VENTURELLI, A. J., Enciclopédia Bororo, p. 240-244.

³²⁹ ISAAC, P. A. M., Irmã Maria Cibaíbo Ossemer: uma missionária franciscana entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso, p. 94.

³³⁰ ISAAC, P. A. M., Irmã Maria Cibaíbo Ossemer: uma missionária entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso, p. 115.

prestígio e poder estão aumentando nas aldeias”³³¹. Porém, uma crítica tem pesado sobre os caciques, que muitas vezes tomados pelo ego interferem de maneira negativa no estilo de viver e conviver do povo Bóe, seja quando não repartem com toda a comunidade indígena bens de subsistência, tais como comidas, roupas, muitas vezes recebidos via doação dos missionários, seja por facilitar “atividades ilícitas dentro das aldeias na questão ambiental, sobretudo o desmatamento e a venda de madeira”³³². Quando acontecem atitudes de descompromisso com a preservação da natureza, os indígenas criticam a atuação do cacique, pois para a etnia Bororo, a natureza é muito mais do que o lugar onde moram, mas é um universo de significados, de rituais e de espiritualidade e nesse contexto, tanto o Bári quanto o pajé são as pessoas responsáveis pela manutenção da unidade entre os povos e a natureza.

De acordo com Mestre Mário, missionário salesiano e historiador, na cultura do povo Bóe-Bororo natureza, pessoa e espiritualidade estão interligadas e aparece de maneira evidente nas celebrações rituais:

A natureza, as pessoas e a espiritualidade formam uma grande unidade. Em todo ritual há sempre um elemento da natureza sobre os corpos das pessoas que celebram os Espíritos. O pajé, o Bári lida com os Espíritos da natureza; o cacique, o Bóe-eimejera lida com as pessoas e o xamã, o Aroetawararé” lida com as almas dos antepassados³³³.

Cesar Albisetti e Ângelo Venturelli ao refletirem sobre os elementos da natureza usados pela etnia Bóe-Bororo nas celebrações rituais, afirmam que os enfeites que os indígenas bororo utilizam são inspirados na fauna e têm como finalidade preservar a aldeia dos espíritos maus ou ainda para curar alguma doença³³⁴. Segundo esses autores, os bororos possuem um vastíssimo conhecimento sobre várias espécies de plantas que servem de remédios para o tratamento curativo de uma série de doenças presentes na aldeia. Importa ressaltar, levando em consideração as observações feitas por Albisetti e Venturelli, que o uso desses remédios naturais nem sempre tem uma finalidade exclusiva, como os remédios farmacêuticos, pois assumem finalidades diferentes de acordo com a crença

³³¹ ISAAC, P. A. M., Irmã Maria Cibaíbo Ossemer: uma missionária entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso, p. 115.

³³² ISAAC, P. A. M., Irmã Maria Cibaíbo Ossemer: uma missionária entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso, p. 115.

³³³ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 165.

³³⁴ ALBISETTI, C.; VENTURELLI, A. J., Enciclopédia Bororo, p. 381.

individual ou coletiva do povo Bóe-Bororo³³⁵. Cesar Albisetti e Ângelo Venturelli ainda destacam vários vegetais que são usados pelos Bororo com finalidade curativa, dos quais indicaremos na nossa reflexão apenas algumas plantas: o arbusto do cerrado (akoréu) que serve para cicatrizar feridas; o pau-doce (*araglôro-dóge erúbo*) que serve de xarope para tosse; o guaraná-do-campo (*bóe éku péga épa*) que serve para cura da conjuntivite; azedinha-da-mata (*bóe etó pagódu*) que serve como calmante de tosse, bem como para curar micoses dos pés, dentre outras³³⁶.

Além da relação com as plantas como remédios, os povos Bororo utilizam elementos da natureza sobre os seus corpos, reforçando sua cosmovisão totêmica. São vários elementos da natureza utilizados nos rituais do povo Bóe-Bororo, tais como a folha da palmeira, as penas de aves, a tinta do urucum, o couro da onça entre outros, conforme o ritual que estão celebrando. Um exemplo que trazemos na nossa reflexão é do “ritual do “Aróe Káiwo” do Espírito da palmeira acumã. Utilizaremos na nossa pesquisa uma imagem, cujo créditos são do Mestre Enauréu, onde percebermos traços desse ritual:

Figura 6: Ritual *Aróe Káiwo*³³⁷



Utilizar as palhinhas do Acumã é a maneira de trazer para a pessoa e a comunidade indígena o *Aroe* (espírito) presentes nela e ao mesmo tempo de reforçar o poder que a natureza exerce sobre suas vidas. A relação natureza, pessoa e

³³⁵ ALBISETTI, C.; VENTURELLI, A. J., Enciclopédia Bororo. Volume 1, p. 574.

³³⁶ ALBISETTI, C.; VENTURELLI, A. J., Enciclopédia Bororo. Volume 1, p. 574.

³³⁷ ENAURÉU, M. B., História Bororo, p. 165.

espiritualidade aparece de maneira bastante evidente na tradição do povo Bóe-Bororo no cuidado que eles têm com as plantas, seja pelo fato de serem curativas, seja porque são usadas em diversos rituais. Eduardo Geraque afirma que o “urucu, jatobá e dezenas de outras plantas chamadas de medicinais pela sociedade moderna estão presentes na tribo Bororo, no Mato Grosso, nas cerimônias e rituais que marcam os ciclos de vida dos indígenas”³³⁸.

O cuidado e a relação harmônica que o povo Bóe-Bororo vive com a natureza pode ser observado também nas várias matérias primas que essa etnia utiliza para construir artefatos que são usados nos rituais ou ainda vendidos para suprir alguma necessidade de uma ou outra família, dada a escassez da pesca e da caça. Sobre esse aspecto, Albisetti e Venturelli afirmam que dentre as matérias primas, o broto de babaçu é a preferida dos indígenas Bóe-Bororo³³⁹, pois conseguem com esse material produzir vários artefatos que servem tanto a cultura local, quanto a cultura Brae. São inúmeros os artefatos que o povo Bóe-Bororo confecciona, porém destacaremos apenas alguns na nossa reflexão: os artefatos de fios tirados das folhas da palmeira e que servem para confeccionar diversos enfeites para uso masculino e feminino, tal qual “cordéis-cintos, cordéis-pulseiras, cordéis-braceletes, cordéis-tornozeleira”³⁴⁰.

A relação com os animais e os astros também demonstram na vida do povo Bóe-Bororo a conexão que essa etnia tem com os Cosmos e com outros seres vivos sobretudo os animais da floresta. Nesse aspecto, sabemos que no rito de nomeação, ao escolher o nome de uma pessoa, o povo Bóe o faz levando em consideração um animal que é de propriedade de um determinado clã. Refletindo sobre essa questão podemos exemplificar a nomeação da irmã Maria Ossemer, missionária franciscana que viveu junto ao povo Bóe-Bororo. Sabedora de que o rito de nomeação acontece levando em consideração um dos clãs da aldeia indígena, Irmã Maria Ossemer optou em ser chamada com o nome dado pelos dois clãs: Cibaíbo que significa araracanga ou arara vermelha e que é do clã Eceráe e Tuwagówudo que significa estrela Sirius e pertence ao clã Tugarége³⁴¹.

³³⁸ GERAQUE, E., O mundo das plantas dos Bororo, p. 1.

³³⁹ ALBISETTI, C.; VENTURELLI, A. J., Enciclopédia Bororo. Volume 1, p. 240-244.

³⁴⁰ ALBISETTI, C.; VENTURELLI, A. J., Enciclopédia Bororo. Volume 1, p. 610.

³⁴¹ ISAAC, P. A. M., Irmã Maria Cibaíbo Ossemer: uma missionária entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso, p. 78-79.

No que se refere à vida cotidiana do povo Bóe-Bororo esta é assinalada por vários rituais, tais quais, “os ritos de passagem como o de nomeação, iniciação e funeral”³⁴², ou ainda, “por vários outros rituais, como o da entrega de um couro de onça que o caçador abateu para os parentes dos mortos, cantos que antecedem a caça e a pesca, para a colheita do milho, etc.”³⁴³. Nos rituais realizados pelo povo Bóe-Bororo, sempre notamos a unidade entre o ser humano, a natureza e o mundo das almas. Sobre esse aspecto o professor Paulo Isaac afirma que embora os rituais bororo sejam “autônomos, eles são integrados e integralizados uns aos outros formulando a totalidade do universo físico, social e simbólico Bóe-Bororo”³⁴⁴. Professor Paulo Isaac cita nesse sentido o que Claude Lévi-Strauss percebeu sobre a etnia Bóe-Bororo, descrevendo-a como uma sociedade que busca unificar a vida humana com o mundo natural:

Mas os Bororo não me ofereciam apenas a contemplação de um espetáculo maravilhoso. Todo meu pensamento teórico, como se desenvolveu ao longo dos últimos trinta anos, conserva o cunho daquilo que me pareceu compreender no meio deles: como uma sociedade humana pode tentar unificar em um único sistema, ao mesmo tempo social e lógico, o conjunto das relações de seus membros entre si e das que mantêm, em grupo, com as espécies naturais e com o mundo físico que os envolvem. Com efeito, é dos Bororo que aprendi que certas formas de pensamento, aparentemente tão diferentes das nossas, são, todavia, capazes de analisar e classificar fenômenos, de abstrair suas propriedades comuns e de elaborar uma visão de mundo com alcance verdadeiramente filosófico³⁴⁵.

Nessa citação podemos perceber que Claude Lévi-Strauss destaca o modo de viver e de conviver do povo Bóe-Bororo como um sistema que realmente contempla o mundo físico, o mundo das almas, a natureza e as pessoas. Esse conjunto de relações se revela de forma mais explícita nos rituais, especialmente no ritual denominado “Itága (funeral), o ritual mais emblemático, por que é composto de vários cerimoniais próprios”³⁴⁶ e “absorve um maior número de pessoas”, bem como é o ritual bororo mais demorado, que pode chegar até noventa dias,

³⁴² NOVAES, S. C., Mulheres, homens e heróis: dinâmica e permanência através do cotidiano da vida Bororo, p. 123-124.

³⁴³ NOVAES, S. C., Mulheres, homens e heróis: dinâmica e permanência através do cotidiano da vida Bororo, p. 123-124.

³⁴⁴ ISAAC, P. A. M., Irmã Maria Cibaíbo Ossemer: uma missionária entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso, p. 95.

³⁴⁵ STRAUSS, Claude Lévi, apud: ISAAC, P. A. M., Irmã Maria Cibaíbo Ossemer: uma missionária entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso, p. 95.

³⁴⁶ ISAAC, P. A. M., Irmã Maria Cibaíbo Ossemer: uma missionária franciscana entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso, p. 95.

envolvendo “praticamente todas as pessoas da aldeia e um vasto ciclo de atividades que incluem caça, pesca, cantos, refeições coletivas na casa dos homens, jogos, danças, etc.”³⁴⁷.

No ritual do funeral - Itága, “as mulheres mais velhas assumem um papel ainda mais importante, que é a guarda dos espíritos, das almas dos seus familiares”³⁴⁸. E não só nesse ritual as mulheres desempenham papel importante na aldeia Bororo, haja vista que a “organização de parentesco desta sociedade é matrilinear”³⁴⁹ ou seja, “a descendência e a herança são geralmente traçadas através da linha materna”³⁵⁰. Neste sentido, “a figura da mulher dentro da aldeia desempenha um papel de intensa valorização, pois são elas que detêm a riqueza geradora dos espíritos Bororo, são reconhecidas como sagradas frente a cultura”³⁵¹. As mulheres Bororo transmitem o Bakárus e “integram ativamente a sociedade assumindo papéis de significância maior, caçam e pescam, produzem artesanatos e participam das atividades da aldeia, como rituais fúnebres, batizados e rituais de passagem, conforme a idade”³⁵².

Desta maneira percebemos que o modo de viver e conviver do povo Bóe-Bororo se caracteriza por uma cosmovisão de que tudo está interligado, onde pensar o ser humano é pensar a natureza e pensar a natureza é pensar o ser humano, ao passo que a espiritualidade bororo acontece dentro desse contexto de unidade entre o ser humano e todas as criaturas, na comunhão entre a aldeia terrestre e a aldeia celeste, onde homens e mulheres são tão importantes quanto as plantas, os animais, os astros e tudo o que forma o universo e que a sobrevivência de um significa a sobrevivência do outro. No livro dedicado à Irmã Maria Ossemer, o professor e historiador Paulo Isaac transcreve aspectos importantes que Lévi-Strauss observou na cultura e pensamento do povo Bóe-Bororo, sobretudo no que diz respeito a

³⁴⁷ NOVAES, S. C., Mulheres, homens e heróis: dinâmica e permanência através do cotidiano da vida Bororo, p. 130.

³⁴⁸ SANTOS, S. M.; SOUZA, M. M. O., Geoculturalidade: preservação cultural e interculturalidade – um relato de experiência junto ao povo Boe Bororo, p. 214.

³⁴⁹ ISAAC, P. A. M., Irmã Maria Cibaíbo Ossemer: uma missionária entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso, p. 92.

³⁵⁰ SANTOS, S. M.; SOUZA, M. M. O., Geoculturalidade: preservação cultural e interculturalidade – um relato de experiência junto ao povo Boe Bororo, p. 214.

³⁵¹ SANTOS, S. M.; SOUZA, M. M. O., Geoculturalidade: preservação cultural e interculturalidade – um relato de experiência junto ao povo Boe Bororo, p. 214.

³⁵² SANTOS, S. M.; SOUZA, M. M. O., Geoculturalidade: preservação cultural e interculturalidade – um relato de experiência junto ao povo Boe Bororo, p. 214.

relação harmônica e contemplativa que essa etnia em questão tem com a natureza, a nossa Casa Comum:

[...] O intenso sentimento estético manifestado por estes cantos que não se cansam de evocar o esplendor das paisagens, a graça dos animais e a delicadeza das flores. O gosto dos Bororo pelas penas de cores brilhantes, pelas matérias preciosas como a madrepérola das conchas e os dentes de marfim das feras, pelas orquídeas e outras flores da floresta, com as quais quando eu estava com eles, os homens ornavam prazerosamente sua cabeleira, ilumina-se de uma nova luz. Nós compreendemos que povos, há tempos demais rejeitados por causa de seu débil desenvolvimento técnico e econômico, possam ser invadidos por um amor profundo à natureza. Tanto este amor quanto as crenças religiosas são a origem de uma arte poética em que as grandes belezas não poderão deixar de tocar, além do limitado círculo dos etnólogos, todos aqueles que, escritores, artistas, ou simplesmente leitores cultos, sejam sensíveis às mais diversas expressões do gênio humano³⁵³.

Por fim, como já havíamos apontando, o povo Bóe-Bororo vive, sobretudo nos dias atuais, uma relação amistosa com os povos não indígenas, seja com os missionários que atuam nas aldeias Bororo no sul de Mato Grosso, sejam com os munícipes que vivem na zona urbana, lugar onde várias famílias Bororo perambulam em busca da aquisição de bens para a sua subsistência, tais como roupas, alimentos, serviço hospitalar e outros. Contudo, mesmo relacionando mais diretamente com os povos não brancos, os povos Bororo tentam, cada dia mais, fortalecer sua história, sua cultura e seu modo de ser e de viver.

E nesse processo, o povo Bóe-Bororo tem vivenciado belas experiências com as lideranças da Diocese de Rondonópolis Guiratinga, especialmente nas celebrações mais significativas nas quais representantes do povo Bororo participam, rezam e cantam em sua própria língua e com seus artefatos próprios. Uma experiência mais recente e que demonstra o afeto e a proximidade com os povos indígenas aconteceu na posse do bispo Dom Maurício da Silva Jardim que contou com a presença de muitos indígenas da etnia Bóe-Bororo e que teve uma homenagem especial dos povos Bororo dentro do rito da posse. O chefe indígena colocou no pescoço do bispo uma cruz peitoral confeccionada na aldeia Bororo e entoou um canto de bênção demonstrando todo o carinho do povo Bororo que, com seu jeito peculiar de ser, caminha junto com o povo católico da Diocese.

³⁵³ ISAAC, P. A. M., Irmã Maria Cibafo Ossemer: uma missionária entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso, p. 96.

Figura 7: Indígenas Bororo entregando a cruz peitoral a Dom Maurício
Fonte: Página eletrônica da Diocese de Rondonópolis-Guiratinga. 24 out. 2022.



Figura 8: Dom Maurício com a cruz peitoral doada pelos indígenas Bororo
Fonte: Página eletrônica da Diocese de Rondonópolis-Guiratinga. 24 out. 2022.



Assim, percebemos que a experiência de vida do povo Bóe-Bororo pode nos ajudar a repensar o nosso modo de nos relacionarmos com os nossos pares, bem

como com a nossa Casa Comum, estabelecendo entre nós e com o lugar onde habitamos uma relação de complementariedade, solidariedade, sensibilidade, diálogo e proteção. Com o povo Bóe-Bororo, podemos aprender experiências que nos ajudem a superar a cultura do descarte e do acúmulo, bem como de um estilo de vida que nos faça compreender que na obra criada todos somos irmãos, inclusive da natureza, como rezou São Francisco de Assis no cântico da criação.

4.3.

O povo Bóe-Bororo e o cuidado com a Casa Comum: experiências e possíveis caminhos

Levando em consideração o estilo de vida vivenciado pelo povo Bóe-Bororo, percebemos que é possível aprendermos e praticarmos uma série de experiências concretas que podem colaborar para um melhor cuidado da Casa Comum em vista da nossa qualidade de vida, bem como da vida das gerações que virão depois de nós. Gostaríamos de destacar nesse sentido apenas alguns aspectos vivenciados por essa etnia indígena diante das vastas experiências já praticadas por esse povo na relação com a Casa Comum e entre eles, a saber: o espaço da casa como lugar de convivência, aprendizado, partilha e celebração; o exercício constante da alteridade, considerando que o outro é nosso irmão e que precisamos uns dos outros para construir a civilização do amor; a conversão ecológica em vista do cuidado com a natureza, considerando a espiritualidade dos povos originários, de modo particular do povo Bóe-Bororo, na esperança de que esse modo de viver poderá nos ajudar a tomarmos consciência que somos natureza e que não sobrevivemos sem ela.

Aprender com os povos originários pode ser uma saída para superarmos a crise socioambiental que estamos vivendo. Autores como o Papa Francisco e outros têm nos indicado que o estilo de vida praticado por esses povos pode inspirar novas práticas de vida, seja na relação com a Terra, seja entre nós mesmos. O Papa Francisco já afirmava que uma possibilidade para superarmos a crise na qual estamos submersos é aprendermos o modo de viver e o conviver dos povos indígenas, que segundo o Papa Francisco é vivido de maneira bem diferente da sociedade atual. Um exemplo que podemos evidenciar na nossa reflexão diz respeito ao olhar sobre a Terra. Enquanto na sociedade atual vigora a ideia de que a Terra é um espaço que precisa ser explorado em nome do desenvolvimento, para os povos originários a “Terra não é um bem econômico, mas um dom gratuito de

Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam de interagir para manter a sua identidade e os seus valores”³⁵⁴.

José Eduardo Flores da Silva tecendo um comentário sobre os povos originários, afirma que o estilo de vida dos povos indígenas em relação ao meio ambiente se difere da maneira que o Estado o vislumbra:

Os povos tradicionais possuem uma relação com o território a qual o Estado e o Direito moderno não compreendem. O território para eles não possui valor monetário, não é passível de alienação, pois é parte essencial da vida. Possuem uma relação imediata com a terra. Não há qualquer sentido possível de viverem sem seu território, no qual colhem frutos, plantam alimentos, caçam e pescam quando necessitam, retiram plantas medicinais ou simplesmente contemplam a natureza. O território lhes dá sentido, identidade³⁵⁵.

Podemos afirmar dessa maneira que o modo de viver e bem conviver dos povos originários se contrapõe ao “alienante processo de acumulação capitalista que transforma tudo e todos em coisa”³⁵⁶. Célio Turino no prefácio da edição brasileira do livro de Alberto Acosta afirma que o conceito de bem viver, inspirado na prática de vida dos povos originários, se fundamenta na harmonia das coisas criadas:

O Bem Viver se afirma no equilíbrio, na harmonia e na convivência entre os seres. Na harmonia entre o indivíduo com ele mesmo, entre o indivíduo e a sociedade, e entre a sociedade e o planeta com todos os seus seres, por mais insignificantes ou repugnantes que nos possam aparentar. Somente a partir destas três harmonias é que conseguiremos estabelecer uma profunda conexão e interdependência com a natureza de que somos parte³⁵⁷.

Tal equilíbrio, harmonia e convivência no modo de viver e conviver dos povos originários, de modo particular do povo Bóe-Bororo, pode então nos fazer despertar para valores que foram se perdendo ao longo na nossa história. Um desses valores, conforme já mencionamos no nosso texto, diz respeito a retomar o espaço da casa como lugar de vivências e aprendizados, sobretudo na sociedade urbana, cada vez mais marcada pelo ativismo e pelo esfriamento das relações familiares, quando não desaparecido, por conta do fazer que se sobrepõe ao ser. Nesse contexto, parece fundamental resgatar a dimensão da casa como espaço de convivência fraterna, de celebração, de partilha e aprendizado de valores que

³⁵⁴ LS 146.

³⁵⁵ SILVA, J. E. F., Direitos socioambientais, povos tradicionais e seus conhecimentos associados à biodiversidade, p. 51.

³⁵⁶ TURINO, C., Prefácio à edição brasileira, p. 15.

³⁵⁷ TURINO, C., Prefácio à edição brasileira, p. 15.

contribuam para hábitos saudáveis entre os parentes biológicos, bem como com os parentes que não têm traços sanguíneos, mas que são todos irmãos e que vivem em uma única Casa, a nossa Casa Comum.

Nesse sentido, o povo Bóe-Bororo, com os *bakárus*, as celebrações rituais realizadas no Baíto, nos ensinam que é possível, na experiência da Casa, desenvolvermos habilidades que nos ajudem a ver e viver no mundo com um outro olhar, assinalado pela convicção de que tudo é sagrado. Para a etnia Bóe-Bororo, a família se constitui com a ajuda de todos, com respeito e com a convivência harmônica entre os seus membros e a natureza. A forma como se organizam e se complementam em uma vida comunitária faz com que todos sejam responsáveis uns pelos outros, que tenham um sentimento de identidade e de família. Fernando Kudoro Bororo ao refletir sobre essa temática, afirma que a família é o lugar onde os indígenas aprendem valores importantes da cultura Bóe-Bororo:

A educação na etnia Boe-Bororo busca orientar para respeitar a natureza, ensinar o que é vida, o que é ruim e o que é de bom. A educação busca orientar sobre como fazer as coisas, como trabalhar, como fazer enfeites, ensina sobre a terra, da água, as relações com a natureza³⁵⁸.

Essa forma de perceber a importância da família como lugar de aprendizado e transmissão da cultura também foi analisada pelo Papa Francisco na encíclica *Laudato Si'*, quando destacou que é na família que se pode ter uma formação integral, desde gestos de cuidado com a natureza, como gestos de cordialidade entre os membros de uma mesma família e de construção de uma nova cultura que se fundamente na vida compartilhada e no respeito com o mundo que nos rodeia:

[...] Contra a denominada cultura da morte, a família constitui a sede da cultura da vida. Na família, cultivam-se os primeiros hábitos de amor e cuidado da vida, como, por exemplo, o uso correto das coisas, a ordem e a limpeza, o respeito pelo ecossistema local e a proteção de todas as criaturas. A família é o lugar da formação integral, onde se desenvolvem os distintos aspectos, intimamente relacionados entre si, do amadurecimento pessoal. Na família, aprende-se a pedir licença sem servilismo, a dizer obrigado como expressão duma sentida avaliação das coisas que recebemos, a dominar a agressividade ou a ganância, e a pedir desculpa quando fazemos algo de mal. Estes pequenos gestos de sincera cortesia ajudam a construir uma cultura da vida compartilhada e do respeito pelo que nos rodeia³⁵⁹.

³⁵⁸ BORORO, F. K., O menino adolescente e seu compromisso com o segredo do funeral sagrado Boe-Bororo, p. 25.

³⁵⁹ LS 213.

A família, nesse sentido então é um lugar próprio de se aprender valores impares que possam contribuir para um planeta mais sadio, seja no que se refere ao cuidado com a natureza, seja nas relações que se estabelecem entre os indivíduos. Os indígenas com quem dialogamos, vivem essa experiência de transmissão de saberes, especialmente por meio dos *Bakárus*. Voltando o nosso olhar para os Bakárus, percebemos o quanto eles são importantes na vida social do povo Bóe-Bororo, pois colaboram para formar consciência de deveres que o indígena deve estabelecer com o meio ambiente e com os seus pares. Nesse sentido, nos recorda Albisetti e Venturelli que os *Bakárus* se referem às infinitas lendas que são transmitidas de maneira oral e quem tem como finalidade, “explicar fenômenos naturais, justificar a existência de certos seres, estabelecer a origem de tradições e ornamentos”³⁶⁰. Paulo Augusto Mario Isaac comenta que os *bakárus* também são importantes pois contribuem na compreensão de toda a cosmovisão do povo Bóe-Bororo:

Os bakárus têm também a função social de explicar o mundo metafísico seus territórios simbólicos; organizar a vida social, sua espacialidade orgânica e o sistema de relações de parentesco e interpessoais; explicar estruturas hierárquicas de poder e funções sociais para o convívio comunitário e práticas cerimoniais; estabelecer normas e regras de condutas da vida coletiva e pessoais, e justificar forças coercitivas; reforçar e manter os valores culturais ligados à moral e a ética; dar sentidos e significados às coisas e aos seres e ser uma linguagem cosmológica de conservação e transmissão de conhecimentos materiais, metafísicos e de tecnologias historicamente apropriados³⁶¹.

Em outras palavras, os *Bakárus* expressam o modo de ser e de viver dos Bororo. A experiência vivenciada pelos indígenas a partir dos Bakárus, na casa, na família, nos ajuda a compreender o senso de fraternidade que o povo Bóe-Bororo nutre entre eles e pode nos ajudar a vivermos novas formas de relações, entre nós e com o mundo que nos rodeia, considerando que “somos todos irmãos”, como nos recordou o Papa Francisco na encíclica *Fratelli Tutti*.

Nessa perspectiva de que somos todos irmãos, o outro, ainda que diferente de nós, pode aprender de nós e nos ensinar elementos que contribuam para a tão sonhada civilização do amor, na qual a plenitude da vida, passe de uma utopia e se

³⁶⁰ ALBISSETTI, C.; VENTURELLI, A. J., Enciclopédia Bororo, p. 206.

³⁶¹ ISAAC, P. A. M., Irmã Maria Cibaíbo Ossemer: uma missionária franciscana entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso, p. 89.

torne realidade concreta entre nós. Nesse sentido, podemos aprender com o povo Bóe-Bororo e outras etnias indígenas, que é na complementariedade, na solidariedade, que podemos cuidar da Casa onde habitamos, sabedores de que na Casa Comum podemos ser cooperadores uns dos outros, com gestos simples de sensibilidade, de atenção e de mútua ajuda. O Papa Francisco ao refletir sobre essa temática, afirmou no encontro com os povos da Amazônia em Puerto Maldonado que é preciso cada vez mais a sociedade urbana aprender com os povos indígenas:

Nós, que não habitamos nestas terras, precisamos da vossa sabedoria e dos vossos conhecimentos para podermos penetrar – sem o destruir – no tesouro que encerra esta região, ouvindo ressoar as palavras do Senhor a Moisés: Tira as tuas sandálias dos pés, porque o lugar em que estás é uma terra santa (Ex 3, 5) [...] É urgente acolher o contributo essencial que oferecem à sociedade inteira, não fazer das suas culturas uma idealização dum estado natural nem uma espécie de museu dum estilo de vida de outrora. A sua visão do mundo, a sua sabedoria tem muito para nos ensinar a nós que não pertencemos à sua cultura³⁶².

É possível perceber entre os povos originários e também entre os povos Bororo, um forte sentimento de respeito pelo outro; de valorização de cada pessoa e da família. No ritual fúnebre bororo, por exemplo, é possível perceber o sentimento de solidariedade praticado entre os indígenas Bóe-Bororo. Segundo Paulo Isaac³⁶³ no rito fúnebre do povo Bóe-Bororo, que pode durar de 40 a 90 dias, são realizados muitos rituais até a decomposição final do corpo daquele que faleceu e sobretudo, os três últimos dias do funeral é marcado por “muita tristeza, choros, cantos e cerimônias”³⁶⁴ e que “dependendo do prestígio do finado, membros de todas as terras indígenas desta etnia vão participar da despedida”³⁶⁵.

Em todo caso, podemos afirmar que o ritual fúnebre, muito mais do que um momento de luto na aldeia, pode ser compreendido como um recomeço, uma continuidade entre o natural e o sobrenatural. Silvia Caiuby Novaes, no artigo “funerais entre os Bororo: imagem da refiguração do mundo”, afirma que o ritual fúnebre bororo expressa um momento forte de reconstrução e solidariedade entre os indígenas Bóe-Bororo:

Os rituais funerários são como que formas de reconstrução da sociedade bororo desequilibrada pela morte. Nesses rituais é possível reconstruir a sociedade por meio

³⁶² FRANCISCO, PP., Encontro com os povos da Amazônia: Discurso do Santo Padre, p. 3.

³⁶³ ISAAC, P. A. M., Irmã Maria Cibaíbo Ossemer: uma missionária franciscana entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso, p. 100-101.

³⁶⁴ ISAAC, P. A. M., Irmã Maria Cibaíbo Ossemer: uma missionária franciscana entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso, p. 101.

³⁶⁵ ISAAC, P. A. M., Irmã Maria Cibaíbo Ossemer: uma missionária franciscana entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso, p. 101.

de cantos e danças. Os ritos funerários são nesse sentido, momentos de reafirmação da relação de oposição e complementaridade entre as duas metades em que se dividem a aldeia e a própria sociedade bororo: os Eceráe e os Tugarége, cada uma dessas metades composta de quatro clãs. Cada um destes se caracteriza por possuir um patrimônio de nomes, cantos, danças, ornamentos corporais e representações rituais. O clã que é “dono” de uma representação ritual deverá providenciar tudo aquilo que for necessário para que ela ocorra: o urucum, o jenipapo e a tabatinga para as pinturas corporais, os adornos, a palha com que são feitas as saias, as penas para os adornos plumários. Mas a representação ritual caberá ao clã da metade oposta àquele que a possui. Finda a representação, todos os adornos utilizados são colocados sobre a cova do morto, tornando visível a homenagem celebrada para que sua alma possa ir mais tranquila habitar a aldeia dos mortos. Nessa perspectiva, os rituais não apenas expressam ideias abstratas a respeito da sociedade bororo e procuram reconstruí-la, mas igualmente realizam coisas, produzem efeitos sobre o mundo, são trabalhos efetivamente executados³⁶⁶.

Segundo Nelson Gil Tolentino várias cerimônias rituais são realizadas pelos indígenas em questão: “o funeral, a imposição do nome às crianças, a perfuração do lábio inferior e das orelhas, a preparação para a caça e a pesca, a festa do matador e do couro da onça, a festa do milho e do gavião real”³⁶⁷ e destaca que a cerimônia do funeral é “a mais solene, a mais importante e a mais longa”³⁶⁸, haja vista que se caracteriza como um “importante momento de expressão artística, de socialização e de integração cultural dos mais jovens, de perpetuação da memória dos antepassados e, paradoxalmente, de reafirmação da vida”³⁶⁹. Segundo esse mesmo autor “a vida ritual na cultura Bororo é intensa e diuturna. Os ritos propiciam um equilíbrio ecológico e no relacionamento humano, tanto com os vivos quanto com os mortos”³⁷⁰.

Outro aspecto de fundamental importância na cultura Bóe-Bororo diz respeito ao cuidado com a natureza. Como vimos ao longo da nossa reflexão, para os indígenas Bóe-Bororo, a natureza é tratada como uma dimensão sagrada. Além de se identificar por relação com a natureza, essa etnia sabe da sua importância, pois é dela que tiram os bens para sobrevivência, tratando-a de maneira equilibrada e respeitando o seu curso natural. Esse respeito e cuidado com a natureza pode ser percebido na cultura Bororo no ritual de caça e de pesca (magúro), no rito de nomeação, no ritual do “Aróe Káiwo”, no Itága e outros. É importante recordarmos que o povo Bororo se utiliza dos bens da natureza de maneira respeitosa, pois sabem

³⁶⁶ NOVAES, S. C., Funerais entre os Bororo: imagens da refiguração do mundo, p. 295.

³⁶⁷ TOLENTINO, N. G., Ética Bororo: a sobrevivência de um povo, p. 237-238.

³⁶⁸ TOLENTINO, N. G., Ética Bororo: a sobrevivência de um povo, p. 238.

³⁶⁹ TOLENTINO, N. G., Ética Bororo: a sobrevivência de um povo, p. 238.

³⁷⁰ TOLENTINO, N. G., Ética Bororo: a sobrevivência de um povo, p. 237.

da importância dela para a manutenção de todas as formas de vida ou ainda pelo fato de considerá-la como algo sagrado.

Esse modo de viver e conviver com a natureza, praticado pelo povo Bóe-Bororo, pode nos ajudar a estabelecermos relações sadias com o meio onde vivemos, haja vista que a nossa cultura urbana tem prejudicado de maneira arbitrária o meio ambiente, a nossa Casa Comum. Com o povo Bóe-Bororo podemos aprender que o respeito e o cuidado com a natureza é uma tarefa importante, não somente por conta da sua sacralidade, mas sobretudo porque é da natureza que colhemos os frutos para a nossa subsistência e que garantir o seu equilíbrio é também uma garantia de bem viver para as gerações futuras. Nesse aspecto é importante destacarmos o que o Papa Francisco chamou a atenção na encíclica *Laudato Si'* de que a humanidade precisa de conversão que gere a consciência de que no planeta Terra, tudo está interligado:

Esta conversão comporta várias atitudes que se conjugam para ativar um cuidado generoso e cheio de ternura. Em primeiro lugar, implica gratidão e gratuidade, ou seja, um reconhecimento do mundo como dom recebido do amor do Pai, que consequentemente provoca disposições gratuitas de renúncia e gestos generosos, mesmo que ninguém os veja nem agradeça. Que a tua mão esquerda não saiba o que faz a tua direita (...); e teu Pai, que vê o oculto, há de premiar-te (Mt 6, 3-4). Implica ainda a consciência amorosa de não estar separado das outras criaturas, mas de formar com os outros seres do universo uma estupenda comunhão universal. O crente contempla o mundo, não como alguém que está fora dele, mas dentro, reconhecendo os laços com que o Pai nos uniu a todos os seres. Além disso a conversão ecológica, fazendo crescer as peculiares capacidades que Deus deu a cada crente, leva-o a desenvolver a sua criatividade e entusiasmo para resolver os dramas do mundo, oferecendo-se a Deus como sacrifício vivo, santo e agradável (Rm12, 1). Não vê a sua superioridade como motivo de glória pessoal nem de domínio irresponsável, mas como uma capacidade diferente que, por sua vez, lhe impõe uma grave responsabilidade derivada da sua fé³⁷¹.

Francisco de Aquino Júnior, sobre essa questão, nos faz recordar que o magistério do Papa Francisco é assinalado pela renovação do apelo de uma conversão ecológica, que convida o ser humano a estabelecer uma relação sadia com a criação e com os seus pares. De acordo com esse autor, o apelo à conversão ecológica feito pelo Papa Francisco se dirige primeiro aos cristãos que tenderam a separar a fé da vida, bem como a todos os seres vivos que habitam no planeta Terra, o que faz pensar a conversão ecológica a partir de duas dimensões, a comunitária e a interior³⁷². Segundo Francisco de Aquino Júnior é preciso pensar em “pessoas

³⁷¹ LS 220.

³⁷² JUNIOR, F. A., Fé cristã e superação da crise ecológica: abordagem teológica, p. 34-35.

novas e sociedades novas para uma nova relação entre si e com a natureza”³⁷³ o que implica então a “conversão das pessoas e das estruturas da sociedade”³⁷⁴. Nessa direção, podemos aprender com o modo de viver dos povos originários, que priorizam a natureza e as pessoas com as quais convivem e contribuem para maior harmonia na Casa Comum.

Na esteira dessa reflexão, Francisco de Aquino Júnior destaca que o magistério do Papa Francisco propõe uma conversão ecológica que implica em pensar uma espiritualidade ecológica que não esgota apenas em um conjunto de doutrinas, haja vista que toda espiritualidade deveria ser vivida através de muitas atitudes que levem em consideração “o cuidado generoso e cheio de ternura com o conjunto da criação, em particular com a criatura humana: gratidão e gratuidade, perante o mundo como dom recebido do amor do Pai”³⁷⁵. De acordo com esse autor, pensar a espiritualidade ecológica exige então pensar em educação ecológica, onde se forme cada vez mais a consciência de que todos têm a responsabilidade de cuidar do meio ambiente, da nossa Casa Comum, promovendo dessa maneira a reconciliação universal, já proposta por São Francisco de Assis, onde a humanidade estabeleça uma relação de harmonia com Deus, com o próximo e com a Terra³⁷⁶.

Diante de uma realidade na qual grande parte das pessoas sequer reflete sobre o lugar onde mora, a experiência dos povos originários aponta para um novo olhar sobre a Casa Comum. Antigamente os pais se preocupavam em contar a história da sua família aos seus filhos e assim se repassavam valores de respeito, de amor, de gratuidade, de vida. Com o avançar dos meios tecnológicos esse modo de viver foi sendo substituído pela televisão, pelo celular e outros meios virtuais e a educação para a vida, para o cuidado com a natureza e com a Casa Comum foram se perdendo, dando lugar a uma perigosa “cultura do descarte”, como nos lembrou o Papa Francisco. Nesse sentido, reaprender com os povos originários e seus Bakárus, a repassar uma cultura de vida aos filhos e familiares, pode ser um caminho para uma vida mais saudável em nosso planeta.

Por meio dos Bakárus, vão sendo repassados valores de vida e de convivência fraterna que contribuem para que cada pessoa se sinta responsável pelo cuidado

³⁷³ JUNIOR, F. A., Fé cristã e superação da crise ecológica: abordagem teológica, p. 35.

³⁷⁴ JUNIOR, F. A., Fé cristã e superação da crise ecológica: abordagem teológica, p. 35.

³⁷⁵ JUNIOR, F. A., Fé cristã e superação da crise ecológica: abordagem teológica, p. 35.

³⁷⁶ JUNIOR, F. A., Fé cristã e superação da crise ecológica: abordagem teológica, p. 36-37.

com o meio em que vive. O cuidado generoso com a natureza e com os seus pares, gesto concreto vivido pelos povos originários, de modo particular o povo Bóe-Bororo com quem estamos dialogando na nossa reflexão também se concretiza quando cada pessoa se reconhece como agente da esperança responsável. Lucíola Cruz Paiva Tisi e Cesar Kuzma indicam a esperança responsável como um caminho de consolidação para uma Terra sem males, um meio ambiente protegido, para um Casa Comum sadia. Segundo Lucíola Cruz Paiva Tisi a esperança responsável é o que possibilita a consolidação do Reino de Deus, sendo ela a “força geradora de possibilidades, impulsionando o ser humano a ser sujeito na história”³⁷⁷.

Para conseguirmos um maior cuidado com a natureza é necessário que tenhamos um processo de conversão ecológica, no qual as pessoas se tornem sujeitos responsáveis pela preservação do planeta Terra, considerando sobretudo o aquecimento global. Nessa perspectiva, somos convidados a voltar o nosso olhar para a Amazônia, região onde vivem muitos povos originários, inclusive o povo Bóe-Bororo; possui uma diversidade de florestas; contribui nos ciclos das chuvas, no equilíbrio do clima e na manutenção da vida de uma variedade de outros seres vivos além da vida humana³⁷⁸ e “funciona como um grande filtro do dióxido de carbono, que ajuda a evitar o aquecimento da terra”³⁷⁹. Além do mais, povos que vivem na Amazônia, sobretudo, os povos originários com sua sabedoria ancestral, podem ajudar a descobrir valores que contribuam para o cuidado com a Casa Comum. Não obstante, “nas entranhas da floresta amazônica, subsistem inúmeros recursos que poderiam ser indispensáveis para a cura de doenças”³⁸⁰. Nesse sentido, podemos afirmar que cada vida presente na Amazônia, humana ou não, é importante “para a conservação do todo”³⁸¹, do mundo onde habitamos.

Os povos indígenas com os quais dialogamos nessa reflexão habitam na região sudeste de Mato Grosso, também considerada Amazônia Legal e com a sua sabedoria ancestral em muito nos ajudam a perceber a possibilidade de usufruir da natureza sem destruí-la. Os artefatos indígenas, por exemplo, refletem todo o cuidado que o povo Bóe-Bororo tem com a natureza, pois os mesmos usam de

³⁷⁷ TISI, L. C. P., *Esperança e Responsabilidade com a nossa casa comum: cuidado com a criação*, p. 11-12.

³⁷⁸ QA 48.

³⁷⁹ QA 48.

³⁸⁰ QA 48.

³⁸¹ QA 48.

maneira respeitosa a matéria prima extraída da natureza para confeccionar vários enfeites que servem de adornos para as celebrações rituais e também para serem vendidos em vista de suprir as necessidades básicas da família, uma vez que a pesca e a caça se encontram cada vez mais escassas, sobretudo por conta da diminuição das TI bororo.

Aspecto importante de ser recordado na nossa reflexão diz respeito à relação do povo Bóe-Bororo com as plantas. Refletindo sobre a essa questão, Suzana Moura do Santos e Murilo Mendonça Oliveira de Souza afirmam que os povos indígenas Bororo “cultivam diversas plantas e utilizam técnicas que refletem uma profunda compreensão do ambiente natural local”³⁸². Segundo esses mesmos autores, a sabedoria do povo Bóe-Bororo no cultivo das plantas, “é uma forma de resistência e de adaptação às mudanças ambientais e sociais, demonstrando a importância de integrar conhecimentos tradicionais nas estratégias de preservação”³⁸³.

Em relação ao uso das plantas pelo povo Bóe-Bororo, Albisetti e Venturelli destacam que para esse povo em questão as plantas são utilizadas como remédios ou vegetais mágicos:

Todos os bororo conhecem muitíssimos vegetais dos quais aproveitam as virtudes curativas para tratamento de suas afecções mórbidas. Esses são usados em tisanas, infusões ou banhos que podem produzir benéficos. efeitos. Entretanto não sabemos se todos tenham realmente a eficácia que os bororo desejam. Todavia por exemplo uma aplicação tópica quente pode facilitar o afluxo do sangue a região sofredora e produzir um alívio imediato. Deve-se notar que os remédios não possuem, as vezes, uma virtude determinada, mas variável conforme a credence de cada indivíduo ou grupo de indivíduos. Disso se conclui que o mesmo vegetal pode servir para os mais disparatados fins segundo a confiança que cada qual tem nele³⁸⁴.

Essa relação do povo Bóe-Bororo com os vegetais pode ajudar a cultura urbana a mergulhar de maneira mais profunda nos uso das plantas medicinais em vista da qualidade de vida das pessoas, inclusive as farmácias homeopáticas que já fazem o uso de diversas plantas para a manipulação de remédios naturais, bem como inspirar famílias a produzirem em suas casas tais plantas que podem colaborar no tratamento de algumas doenças via fitoterapia, bem como abrir caminhos de diálogo entre a sabedoria popular, sobretudo a dos povos originários e o conhecimento

³⁸² SANTOS, S. M.; SOUZA, M, M. O., Geoculturalidade: preservação cultural e interculturalidade – um relato de experiência junto ao povo Boe Bororo, p. 222.

³⁸³ SANTOS, S. M.; SOUZA, M, M. O., Geoculturalidade: preservação cultural e interculturalidade – um relato de experiência junto ao povo Boe Bororo, p. 222.

³⁸⁴ ALBISETTI, C.; VENTURELLI, A. J., Enciclopédia Bororo, p. 574.

científico, haja vista que algumas plantas utilizadas pelos povos originários e pela “sabedoria popular têm se tornado objeto de estudo em muitos países e tem se tornado uma fonte importante de produtos naturais biologicamente ativos, que podem resultar na descoberta de novos fármacos, para as mais diversas doenças”³⁸⁵.

Marcelo Guerra Santos e Ana Cecilia Bezerra Carvalho ao refletirem sobre as plantas medicinais afirmam que as comunidades tradicionais e a comunidade científica podem estabelecer diálogos em vista de usar da melhor maneira vegetais que servem para curar doenças de diversos tipos:

A experiência que determinadas comunidades possuem em utilizar, cultivar, coletar e preparar as plantas medicinais pode ser esclarecedora para a ciência, do mesmo modo que o conhecimento científico adquirido pelos cientistas, advindo do desenvolvimento tecnológico, é um importante retorno na prática cotidiana das populações tradicionais, destacando a detecção de substâncias tóxicas ou a validação do uso de certas plantas medicinais. Acima de tudo, é preciso tolerância e respeito aos diferentes conhecimentos e à maneira como eles foram construídos³⁸⁶.

Toda essa sabedoria dos povos tradicionais, de maneira particular do povo Bóe-Bororo pode então nos ajudar a viver caminhos diferentes do que aqueles que a sociedade atual tem nos ensinado, de modo particular no uso adequado dos recursos da natureza. Além do mais, a sabedoria dessa etnia que se encontra no sul do estado de Mato Grosso, pode nos ajudar a tecer novas teias de relações que de fato nos façam responsáveis, solidários e comprometidos uns com os outros, com aqueles que são da nossa família biológica e com aqueles que estão nessa grande “Casa”, que chamamos de “Casa Comum” e pode sobretudo, nos fazer perceber e viver com a natureza, sabedores de que ela é Sagrada e quem sem ela nada somos. A sabedoria do povo Bóe-Bororo pode contribuir para que o conhecimento popular e o conhecimento científico indiquem caminhos possíveis para o bem estar social de todas as pessoas que habitam no planeta Terra.

³⁸⁵ ARGENTA, S. et al., Plantas medicinais: cultura popular versus ciência, p. 53.

³⁸⁶ SANTOS, M. G; CARVALHO, A. C. B., Plantas medicinais: saberes tradicionais e o sistema de saúde, p. 73-74.

5 Conclusão

A nossa Casa Comum, como vimos ao longo da nossa pesquisa, tem sofrido consequências drásticas por conta da irresponsabilidade humana no uso dos recursos naturais, bem como na insistência de relações que, preocupadas com o ter pouco, se preocupam com o ser. Vimos que tais consequências nos ajudam a compreender que estamos mergulhados em uma crise socioambiental e que diante de tal problema precisamos fazer uma reflexão madura, consciente e com respostas ou alternativas concretas, que nos faça perceber que somos os primeiros responsáveis pelo cuidado com a criação, haja visto que a nossa tarefa no mundo é colaborar com o Criador que, de maneira perfeita, criou todas as coisas e viu que tudo era muito bom.

Ao participar do IV Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal em Santarém – PA, no ano de 2022, pudemos perceber com mais clareza a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre o cuidado com a Casa Comum, considerando especialmente os ensinamentos repassados pelo Papa Francisco e outros autores que deram visibilidade à sabedoria dos povos originários e à forma como se relacionam com a Casa Comum. Nesse processo foi sendo delineado o tema da nossa pesquisa, e, também, porque, na Diocese na qual participo, os povos indígenas têm uma significativa participação e nos têm ensinado a cuidar da natureza considerando que somos natureza.

Nesse sentido, procuramos no nosso trabalho desenvolver uma temática que apontasse possibilidades de cuidado com a criação considerando os povos originários, dialogando de maneira particular com a etnia Bóe-Bororo, povo que vive no estado de Mato Grosso, sobretudo no território da Diocese de Rondonópolis-Guiratinga, e que possui uma cosmovisão que pode oferecer possibilidades de relações sadias com o mundo que nos rodeia.

No nosso percurso procuramos em um primeiro momento identificar algumas atitudes, sobretudo humanas, que têm gerado impactos negativos na natureza e consequentemente na vida de todos os seres que povoam o planeta Terra, sobretudo as pessoas mais vulneráveis que estão nas periferias geográficas e sociais. Além do mais, destacamos os problemas que os povos originários, de maneira particular da etnia Bóe-Bororo, têm enfrentado por conta da ganância humana. Nessa

perspectiva, observamos que o desenvolvimento econômico tem acontecido ao longo dos anos à custa dos recursos naturais e das populações mais vulneráveis, de maneira particular dos pobres e das populações tradicionais, dentre elas o povo da etnia Bóe-Bororo. Identificamos que, em nome do lucro imediato, uma parcela daqueles que detêm o poder não respeita o meio onde vivemos e provoca desastres ambientais irreversíveis, através de queimadas, desmatamentos, poluições dos rios e outras atividades que contribuem para o adoecimento do nosso planeta Terra, da nossa Casa Comum. Tais atitudes decorrem da falta de políticas públicas voltadas para a proteção da natureza e ainda pela flexibilização das leis ambientais. Associado a esses problemas, percebemos ainda que, ao insistir na economia de mercado e na política neoliberal, a sociedade de hoje tem colaborado para a cultura do descarte e do desperdício, tornando tudo, e de modo particular as pessoas mais vulneráveis, em objetos descartáveis, como pontuou o Papa Francisco na encíclica *Laudato Si'* ou ainda Leonardo Boff na sua obra “Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra”.

Além do mais, percebemos que a irresponsabilidade humana em relação ao uso dos recursos naturais, sobretudo o desmatamento, tem colaborado com o aquecimento global e com eventos climáticos extremos, tais como ondas de calor extremos ou grandes inundações, impactando diretamente a vida das pessoas mais pobres, sobretudo das comunidades tradicionais, inclusive daquelas que vivem na região da Amazônia Legal. Nesse aspecto, observamos as críticas feitas pelo Papa Francisco na exortação apostólica *Querida Amazônia* e pelos membros do Encontro de Santarém 2022 no que diz respeito ao interesse colonizador na região da Amazônia legal. Tais colonizadores tentam justificar seus interesses na região amazônica chamando-a de terra vazia ou de terra entregue ao interesse internacional, o que na prática se contradiz, dado que as instituições internacionais, sobretudo as não governamentais, buscam incansavelmente defender o território e os interesses dos povos amazônidas.

Não obstante, na nossa pesquisa buscamos identificar sinais de esperança e possibilidades de novas maneiras de viver e bem conviver apontadas pelo Papa Francisco na encíclica *Laudato Si'*, na Exortação Apostólica *Querida Amazônia* e em outras reflexões em torno da crise socioambiental, e possíveis atitudes de mudança de mentalidade em vista do cuidado com a criação. Observamos que o Papa Francisco desenvolveu o conceito de ecologia integral. Neste sentido,

percebemos que, para o Papa Francisco, faz-se necessário pensar em uma conversão ecológica, em uma conversão para o outro, quando ele afirma que cada pessoa é guardião do Universo e tem a tarefa no mundo de cuidar do outro, sobretudo dos mais vulneráveis que estão nas periferias geográficas, sociais e existenciais.

Vimos que para o Papa Francisco a conversão ecológica acontece quando cada pessoa consegue pensar e buscar alternativas de soluções em torno dos dilemas sociais e ambientais que têm ferido a dignidade humana, sobretudo das pessoas mais pobres, das comunidades originárias, inclusive dos povos amazônidas, razão pela qual o Papa Francisco insistiu na ideia de um paradigma que substitua o paradigma tecnocrático, fazendo com que a técnica de fato sirva à humanidade inteira. Ao convidar a contemplar a Amazônia com toda a sua beleza e um lugar onde Jesus Cristo de Nazaré colocou a sua tenda, o Papa Francisco indicou quatro sonhos importantes em vista da proteção da floresta amazônica, bem como dos povos que ali habitam: o sonho social, cultural, ecológico e eclesial.

Na esteira da nossa reflexão, ainda observamos o que as Comunidades Eclesiais de Base e os ambientalistas vêm apontando como atitudes importantes de serem consideradas pelo ser humano em vista de um planeta mais equilibrado. Para as CEBs, é necessário cada vez mais propagar o evangelho da vida plena, que, inculturado nas diversas realidades, saiba traduzir a fé na vida, respeitando e dialogando com as diversas culturas, bem como propagando o cuidado responsável por todas as pessoas, sobretudo as mais pobres, bem como com a natureza, a nossa Casa Comum. Com os ambientalistas aprendemos a necessidade de cada vez mais assumir atitudes concretas que contemplem o cuidado com o meio ambiente em vista da qualidade de vida para todos os seres que povoam a terra, sobretudo o ser humano, que precisa da natureza para garantir a sua sobrevivência e a das gerações futuras. Nesse sentido, com os ambientalistas percebemos o quanto tem sido importante as COPs, nas suas vinte e nove edições, sempre buscando alternativas para diminuir os efeitos da crise climática, bem como ajudar os países em desenvolvimento e as pessoas que sofrem as consequências drásticas daqueles que insistem em maltratar o planeta Terra.

Além do mais, identificamos que o estilo de vida dos povos originários e de maneira particular o povo Bóe-Bororo pode despertar novas formas de relações para a humanidade, de modo particular no que diz respeito ao cuidado com a natureza. Nos povos originários, de modo particular os da etnia Bóe-Bororo, percebemos que

a solidariedade, a complementariedade, o senso de responsabilidade de um para com o outro, podem ser práticas que poderão nos ajudar a viver novas relações entre nós em vista do bem comum para todos e que a compreensão da natureza como algo sagrado pode nos ajudar a superar a ideia que ela é um espaço vazio que precisa ser preenchido, passando a cuidá-la, respeitá-la, vivendo um ciclo de reciprocidade com aquela que nos fornece os bens para a nossa existência e da qual somos parte integrante.

Enfim, buscamos na nossa pesquisa aprofundar o modo de viver e conviver da etnia Bóe-Bororo, considerando suas formas de relações sadias com a natureza, entre nós e com o mundo que nos cerca, em uma perspectiva de conseguirmos colocar em prática o que o Papa Francisco e vários outros autores têm apontado como dimensão necessária para a sobrevivência da nossa Casa Comum: “a conversão ecológica e integral”. Nesse sentido, além de refletirmos sobre a origem e o lugar onde vive o povo Bóe-Bororo, procuramos identificar na sabedoria dessa etnia possíveis experiências e caminhos de cuidado com a Casa Comum, colocando tais experiências e caminhos de cuidado em diálogo com outros autores que têm chamado a atenção para a necessidade de cuidarmos do lugar onde habitamos.

Um primeiro e fundamental dado que observamos foi a dificuldade que os indígenas da etnia Bóe-Bororo enfrentaram e continuam enfrentando com a diminuição de suas terras, que na maioria das vezes foram tomadas pela grilagem ou ainda pelo próprio Estado em vista da expansão de novas cidades. De 140 mil Km², atualmente o povo Bóe-Bororo ocupa apenas 14 mil km², com uma população de aproximadamente de 1900 indígenas que vivem em diversas aldeias no estado do Mato Grosso. Esse fenômeno tornou e tem tornado inviável algumas práticas culturais que antes eram praticadas por essa etnia, inclusive a diminuição da caça, da pesca e da retirada de matérias da vegetação para a construção das ocas, conservação da Baíto e para a realização de alguns rituais e para a construção de alguns artefatos. Outro dado que observamos e que dificultou a vida do povo Bóe-Bororo foi a chegada dos colonizadores, militares, serviço de proteção do índio, os missionários, de maneira particular no início das missões, que se aproximaram dos indígenas com interesses escusos e que não valorizavam a cultura autóctone dessa gente.

Em todo caso, como Mestre Enauréu afirmou, o povo Bóe-Bororo não se calou e entre altos e baixos resistiu e tem resistido aos ventos contrários que

enfrentaram e têm enfrentado no percurso até os dias de hoje. Se antes muitos missionários tentaram impor a cultura cristã aos povos indígenas, atualmente se percebe, especialmente entre as etnias que habitam no estado de Mato Grosso e, mais particularmente na Diocese de Rondonópolis- Guiratinga, uma relação de respeito, de amizade, de reciprocidade e de aprendizados.

Podemos observar que a riqueza da cultura do povo Bóe-Bororo se deve a vários fatores: seja o próprio povo Bóe-Bororo que com bravura e resistência tem procurado conservar uma série de elementos da sua cultura, seja pela ajuda de instituições e povos não indígenas, tais como o CIMI, os missionários(as) salesianos, as catequistas franciscanas e a pastoral indigenista da Diocese de Rondonópolis-Guiratinga, que têm procurado escutar, valorizar e ajudar os indígenas Bóe-Bororo a conservarem a sua identidade cultural. Nesse sentido, observamos entre os indígenas da etnia Bóe-Bororo as relações sadias que eles nutrem com o mundo que os cerca: relação de fraternidade, de respeito, de sensibilidade, de compromisso uns com outros e de cuidado com o mundo natural.

Nas celebrações rituais, de modo particular no rito fúnebre, podemos observar uma beleza que extrapola o mundo material, uma vez que para o povo Bóe-Bororo tudo está interligado, refletindo a conexão entre o mundo dos vivos, com o mundo dos mortos, o mundo da alma, dos espíritos com a realidade material. Cuidado com a natureza ainda pode ser observado na construção dos artefatos, pois o povo Bóe-Bororo usa os bens da natureza de maneira respeitosa, extraindo a matéria prima necessária da natureza para confeccionar vários enfeites que servem de adornos para as celebrações rituais e também para serem vendidos em vista de suprir as necessidades básicas da família. Notamos também que o cuidado do povo Bóe-Bororo com a natureza pode ser percebido no uso da vegetação, sobretudo as plantas, haja vista que essa etnia usa as plantas medicinais em diversos ritos celebrativos, bem como para curar algumas doenças.

Diante do que refletimos ao longo do nosso estudo, observamos que é possível estabelecermos um diálogo com os povos originários, nesse caso específico os da etnia Bóe-Bororo, em vista de estabelecermos relações de cuidado e respeito com o mundo onde habitamos, a nossa Casa Comum, reafirmando o que o Papa Francisco ensinou em várias reflexões, sobretudo na encíclica *Laudato Sí*, mostrando a necessidade da humanidade também se deixar evangelizar pelas

culturas indígenas, que muito têm a ensinar no que diz respeito ao cuidado com o outro, com o meio em que vivemos e com a ecologia integral.

6

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Relatório de Sustentabilidade 2023**. Brasília: ANEEL, 2023. Disponível em: <https://www.enel.com.br/content/dam/enel-br/quemsomos/relatorios-anuais/2023/Relat%C3%B3rio%20de%20Sustentabilidade%20Enel%20Brasil%202023.pdf> Acesso em: 15 jul. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **COP30: Acordo climático deixa de fora combustíveis fósseis**. São Paulo: Agência Brasil, 22 nov. 2025. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-11/cop30-acordo-climatico-deixa-de-fora-combustiveis-fosseis#:~:text=Governos%20chegaram%2C%20neste%20s%C3%A1bado%20\(22,as%20consequ%C3%A2ncias%20do%20aquecimento%20global](https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-11/cop30-acordo-climatico-deixa-de-fora-combustiveis-fosseis#:~:text=Governos%20chegaram%2C%20neste%20s%C3%A1bado%20(22,as%20consequ%C3%A2ncias%20do%20aquecimento%20global). Acesso em: 24 nov. 2025.

ALBISETTI, Cesar; VENTURELLI, Ângelo Jayme. **Enciclopédia Bororo: lendas e antropônimos**. Volume 1. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1969.

ALEIXO, Leticia; JÚNIOR, Mauro Kiithi Arima. **Desmatamento e mudanças climáticas no Brasil – Lacunas de governança**. [s.l]: EDITORIAL OECD e CONECTAS, 2022. Disponível em: <https://www.oecdwatch.org/wp-content/uploads/sites/8/2022/03/Bridging-Brazilian-governance-gaps-Deforestation-and-climate-change-PT.pdf> Acesso em fev. 2025.

ARGENTA, Scheila Crestanello. et al. **Plantas medicinais: cultura popular versus ciência**. Vivências, v. 7, n. 12, p. 51-60, mai. 2011. Disponível em: <https://www.ufpb.br/nepfhf/contents/documentos/artigos/fitoterapia/plantas-medicinais-cultural-popular-versus-ciencia.pdf> Acesso em: 11 out. 2025.

ANJOS, Rosalvo Lima. Sínodo Indigenista. Diocese de Rondonópolis-Guiratinga, Rondonópolis, 26 jun. 2023. Disponível em: <https://dioceseroogga.org.br/sinodo-indigenista/> Acesso em: 20 jun. 2025.

ARINI, Juliana. Planeta em Colapso: Os últimos Indígenas do Pantanal e o segundo fim do mundo. **Jornalismo do Centro do Mundo**. 10 out. 2024. Disponível em: <https://sumauma.com/guato-boe-bororo-ultimos-indigenas-pantanal-segundo-fim-mundo/> Acesso em: 23 fev. 2025.

BARBOSA, Juliana de Matos; PREVE, Daniel Ribeiro. O direito dos povos indígenas à terra e justiça socioambiental. Passagens Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 111-129, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/60514/36299> Acesso em: 24. jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.15175/1984-2503-202416106>

BENTO XVI, PP. **Carta Encíclica Caritas in veritate** – sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade. São Paulo: Paulinas, 2009.

BENTO XVI, PP. **Mensagem de sua Santidade Bento XVI para a celebração do dia mundial da paz.** Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/messages/peace/documents/hf_ben-xvi_mes_20061208_xl-world-day-peace.html Acesso em: 18 out. 2024.

BIATO, Márcia Fortuna. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. **Revista de Informação Legislativa.** v. 42, n. 166, p. 253-251, abr./jun. 2005. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/42/166/ril_v42_n166_p233.pdf Acesso em: 27 jun. 2025.

BÍBLIA de Jerusalém. Nova ed. rev. e ampl. 14. impr. São Paulo: Paulus, 2020.

BOFF, Leonardo. A encíclica do Papa Francisco não é “verde”, é integral. In: MURAD, Afonso; TAVARES, Sinivaldo S. (Org.). **Cuidar da Casa Comum:** chaves de leitura teológicas e pastorais da Laudato Si’. São Paulo: Paulinas, 2016. p. 15-23.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar:** ética do humano-compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

BORORO, Fernando Kudoro. O menino adolescente e seu compromisso com o segredo do funeral sagrado Boe-Bororo. Barra do Bugres, 2016. 31f. Monografia. Curso de Graduação Licenciatura em Pedagogia Intercultural, Faculdade Intercultural Indígena, Câmpus de Barra do Bugres, Universidade do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <https://portal.unemat.br/media/files/FERNANDOBORORO.pdf> Acesso em: 08 out. 2025.

BUSTAMANTE, Mercedes. O cerrado e as mudanças climáticas. **SBPC**, São Paulo, 23 ago. 2024. Disponível em: <https://portal.sbpcnet.org.br/noticias/o-cerrado-e-as-mudancas-climaticas/#:~:text=A1%C3%A9m%20da%20import%C3%A2ncia%20ecol%C3%B3gica%2C%20o%20Cerrado%20%C3%A9,formas%20sustent%C3%A1veis%20de%20utilizar%20os%20recursos%20naturais.> Acesso em: 09 jul. 2025.

BRITO, Yáscara Maia Araújo; NETO, Manoel Mariano; BRITO, Higor Costa. Meio ambiente e sustentabilidade: pesquisa, reflexões e diálogos emergentes. Campina Grande: Editora Amplla, 2021. E-book.

CAMARGO, Gonçalo Ochoa. Pequeno dicionário bororo/português. Campo Grande: UCDB, 2005.

CARDOSO, Maria Teresa de Freitas. Perspectivas do diálogo ecumênico sobre a eucaristia. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

CARDOSO, Maria Teresa de Freitas; LINS, Carlos Estellita. O que há de casa comum? Políticas do luto e Diálogo inter-religioso. **Ateo**, v. 24, n. 66, p. 817-848, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc->

rio.br/50722/50722.PDF DOI: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.ATeo.50722>
Acesso em: 11 nov. 2025.

CELAM. Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

CNBB. **Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral** – assembleia especial do Sínodo dos bispos para a região Pan-Amazônica – Documento final. Brasília: Edições CNBB, 2019. (Doc. 58).

CNBB. **Campanha da Fraternidade 2025: Manual**. Brasília: Edições CNBB, 2024.

COMISSÃO Episcopal para a Amazônia da CNBB; REDE Eclesial Pan-Amazônia -REPAM-Brasil. **Documento de Santarém 50 Anos: Gratidão Profética**. Brasília: CNBB, 2022.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI. **Com territórios cercados pelo agronegócio, povo Boe-Bororo busca alternativas**. Publicado em 25 abr. 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/04/com-territorios-cercados-pelo-agronegocio-povo-boe-bororo-busca-alternativas/> Acesso em: 15 jul. 2025.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI. **Justiça reconhece direito de indígenas da etnia Bororo à posse sobre a TI Jarudore em Mato Grosso**. Publicado em 08 de jul. 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/07/justica-reconhece-direito-de-indigenas-da-etnia-bororo-a-posse-sobre-a-ti-jarudore-em-mato-grosso/> Acesso em: 10 jul. 2025.

COP30 BRASIL: Amazônia – Belém 2025. COP30: negociações apresentam resultados emblemáticos em meio a tensões geopolíticas sem precedentes. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/cop30-negociacoes-apresentam-resultados-emblematicos-em-meio-a-tensoes-geopoliticas-sem-precedentes> Acesso em: 26 nov. 2025.

CUNHA, Flávio Luiz Silva Jorge da. Desenvolvimento crescimento populacional e meio ambiente: os impactos do agronegócio no estado de Mato Grosso. **Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC** - Fortaleza, jul./2005. Disponível em: https://www.sbpnet.org.br/livro/57ra/programas/senior/RESUMOS/resumo_246.html Acesso em: 15 jul. 2025.

DAMIAN, Edson. Sonhos do Papa Francisco na Querida Amazônia fortalecem os sonhos dos povos indígenas. **CNBB**, Brasília, 17 fev. 2022. Disponível em <https://www.cnbb.org.br/querida-amazonia-2-anos-dom-edson-damian/> Acesso em: 18 jun. 2025.

ECOPÉDIA. **Declaração de Princípios sobre Florestas – O que é e princípios**. 10 ago. 2024. Disponível em: <https://123ecos.com.br/docs/declaracao-de-principios-sobre-florestas/#:~:text=Quais%20s%C3%A3o%20os%20principais%20princ%C3%A9pios,a%20promo%C3%A7%C3%A3o%20de%20coopera%C3%A7%C3%A3o%20internacional.> Acesso em: 26 jun. 2025.

ENAUURÉU, Mario Bordinon. **História Bororo**. São Paulo: Edições Verona, 2021.

FEDERAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DE MATO GROSSO – FEPOIMT. Somos 46 povos indígenas no estado de Mato Grosso, organizados em 7 Regionais e vivendo nos Biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal. s/d. Disponível em: <https://fepoimt.org/atuacao> Acesso em: 15 jul. 2025.

FERREIRA, Rodrigo de Oliveira. A proteção jurídica das comunidades tradicionais e indígenas do bioma Pantanal. **Revista Interjuris**. v. 1, n. 9, p. 1-14, abr. 2022. Disponível em: <https://magsulnet.magsul-ms.com.br/revista/index.php/rij/article/view/90/82> Acesso em: 15 out. 2025.

FIGUEIREDO, Margarida Garcia de; et al. Agronegócio de Mato Grosso: Uma análise insumo-produto. **Revista de Política Agrícola**, v. 32, n. 4, p. 122-133, Out./Nov./Dez. 2023. Disponível em: <http://rpa.sede.embrapa.br/RPA/article/view/1948/pdf> Acesso em: 15 out. 2025.

FRANCISCO, PP. **Carta Encíclica Fratelli Tutti**: sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020.

FRANCISCO, PP. Encontro com os povos da Amazônia discurso do Santo Padre. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/january/documents/pa-pa-francesco_20180119_peru-puertomaldonado-popoliamazonia.pdf Acesso em: 07 out. 2025.

FRANCISCO, PP. **Laudato Si**: sobre o cuidado com a casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

FRANCISCO, PP. **QUERIDA AMAZÔNIA**: ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade. Brasília: Edições CNBB, 2020.

FRANCISCO, PP. Rezemos pelo grito da Terra, que está com febre e doente, 2024. **Vatican News**, Roma, 30 ago. 2024. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-08/papa-francisco-intencao-oracao-setembro-grito-terra.html> Acesso em 28 set. 2024.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL - FAS. **O caminho até Dubai**: confira o histórico de COPs desde 1995. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/blog-da-fas/2023/11/17/o-caminho-ate-dubai-confira-o-historico-de-cop-desde-1995/> Acesso em 03 jul. 2025

GENIN, Carolina; FRASSON, Caroline Medeiros Rocha. O saldo da COP26: o que a Conferência do Clima significou para o Brasil e o mundo. **WRI Brasil**, São Paulo, 22 nov. 2021. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/o-saldo-da-cop26-o-que-conferencia-do-clima-significou-para-o-brasil-e-o-mundo> Acesso em: 03 jul. 2025.

GERAQUE, Eduardo. O mundo das plantas dos Bororo. **Agência FAPESP**, São Paulo, 28 nov. 2003. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/o-mundo-das-plantas-dos-bororo/997#:~:text=O%20mundo%20das%20plantas%20dos%20Bororo&text=A%20g%C3%A2ncia%20FAPESP%20%2D%20Urucu%2C%20jatob%C3%A1%20e,ciclos%20de%20vida%20dos%20ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 27 ago. 2025.

GUITARRARI, Luiza; CARDOSO, João Victor Marques. Resultados e desafios da COP 29 para a agenda climática global. **Coluna Opinião**, Rio de Janeiro, nov. 2024. Disponível em: https://fgvenergia.fgv.br/sites/fgvenergia.fgv.br/files/opinioao_cop29_fgvenergia.pdf. Acesso em: 21 jun. 2025.

IMC, Júlio Caldeira. Artigo: os povos indígenas são os melhores protetores da Amazônia. **CIMI**, Brasília, 09 ago. 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/08/artigo-os-povos-indigenas-sao-os-melhores-protetores-da-amazonia/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

INSTITUTO CENTRO DE VIDA. Às vésperas da COP-28, o desmatamento cresce em Mato Grosso e ameaça metas climáticas. **ICV**, Cuiabá, 22 nov. 2023. Disponível em: <https://www.icv.org.br/noticias/as-vesperas-da-cop-28-desmatamento-cresce-em-mato-grosso-e-ameaca-metas-climaticas/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

VALDIONES, Ana Paula; BUTTURI, Weslei. Características do desmatamento na Amazônia mato-grossense em 2023. **ICV**, Cuiabá, nov. 2023. Disponível em: <https://www.icv.org.br/wp-content/uploads/2023/11/caracteristicas-do-desmatamento-na-amazonia-mato-grossense-em-2023-v2.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ISAAC, Paulo Augusto Mario. Drama da educação escolar indígena Bóe-Bororo. Cuiabá: EduUFMT, 2004.

ISAAC, Paulo Augusto Mario. **Irmã Maria Cibaíbo Ossemer**. Uma missionária franciscana entre os índios Bóe-Bororo de Mato Grosso. Cuiabá: Carlini & Caniato editorial/EduUFMT, 2018.

ISAAC, Paulo Augusto Mario; BAKOROKARW, Benedito Pereira Junior. Religião, Educação tradicional Bóe-Bororo e educação escolar indígena – análise a partir do método transpermanência. **História Revista**, v. 26, n. 2, p. 300-321, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/68633/37443>. Acesso em: 13 ago. 2025. DOI: <https://doi.org/10.5216/hr.v26i2.68633>

JOÃO PAULO II, PP. **Mensagem de sua Santidade João Paulo II para a celebração do XXIII dia da paz**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_19891208_xxiii-world-day-for-peace.html. Acesso em: 13 out. 2024.

JUNIOR, Francisco de Aquino. Fé cristã e superação da crise ecológica: abordagem teológica. In: MURAD, Afonso; TAVARES, Sinivaldo S. (Org.). **Cuidar da Casa Comum**: chaves de leitura teológicas e pastorais da Laudato Si'. São Paulo: Paulinas, 2016. p. 26-39.

JUNIOR, José Alves Paiva. Laudato Si' e Fratelli Tutti: tarefas para novas formas de vida no planeta. *Omnia Sapientiae*, v. 2, n. 2, p. 6-28, nov. 2022. Disponível em: <https://revistas.catolicadorn.com.br/omnia/article/view/40/22> Acesso em: 21 out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.29327/240437.2.2-1>

KESTERING, Juventino. Diocese Rondonópolis: trilhas e caminhos entre o sertão e as cidades. Rondonópolis: Gráfica e Editora Rondonópolis, 2011.

KETLE, Wesley. A importância dos povos indígenas para a preservação da natureza. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **MAST**, Rio de Janeiro, 19 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mast/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/a-importancia-dos-povos-indigenas-para-a-preservacao-da-natureza> Acesso em: 18 jun. 2025.

KUSMA, Cesar Augusto. Francisco, a sinodalidade e as implicações pastorais na Igreja do Brasil: um olhar a partir dos 10 anos de Pontificado. **Fronteiras**, v. 6, n. 1, p. 35-58, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/fronteiras/article/view/2382/2193> DOI: <https://doi.org/10.25247/2595-3788.2023.v6n1.p35-58> Acesso em: 25 jun. 2025.

LENZ, Martinho. **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável**. In: CNBB (org.). Temas da Doutrina Social da Igreja: projeto nacional de evangelização queremos ver Jesus caminho, verdade e vida. Brasília: Edições CNBB, 2006. p. 13-42.

LOTHERS, Erin. Três pontos que explicam por que Bento XVI é o “papa verde”, 2023. **Movimento Laudato Si'**, [s.l], 10 jan. 2023. Disponível em <https://laudatosimoviment.org/pt/news/tres-pontos-que-explicam-por-que-bento-xvi-e-o-papa-verde/> Acesso em 17 out. 2024.

LOURES, Hellen. Fraternidade e Casa Comum. **CIMI**, Brasília, 05 abr. 2024. Disponível em <https://cimi.org.br/2024/04/editorial-porantim-464-fraternidade-casa-comum/> Acesso em: 18 jun. 2025.

MACHADO, Vivieni Lara. **Questões ambientais e produção agrícola: um breve panorama e perspectivas dos produtores de commodities de Mato Grosso**. Tangará da Serra, 2019, 54f. Dissertação. Faculdade de Ciências Agrárias, Engenharia e da Saúde, Campus de Tangara da Serra, Universidade de Mato Grosso.

MAPA DE CONFLITOS INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. MT- sofrimento e perseguição do povo Bororo no Mato Grosso. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mt-sofrimento-e-perseguiacao-do-povo-bororo-no-mato-grosso/> Acesso em: 13 ago. 2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Pantanal. **MMA**, Brasília, 03 jan. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biomas-e-ecossistemas/biomas/pantanal> Acesso em: 09 jul. 2025.

MODINO, Luis Miguel. Querida Amazônia: o sonho de Francisco por um mundo melhor. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 12 fev. 2020. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/596233-querida-amazonia-o-sonho-de-francisco-por-um-mundo-melhor> Acesso em: 17 jun. 2025.

MONTEIRO, Amáble. Construção de usina hidrelétrica em MT pode extinguir espécies de peixes e afetar alimentação indígena, diz estudo. **MPMT**, Cuiabá, 05 jun. 2023. Disponível em: <https://mpmt.mp.br/portalcao/news/731/125559/construcao-de-usina-hidreletrica-em-mt-pode-extinguir-especies-de-peixes-e-afetar-alimentacao-indigena-diz-estudo> Acesso em: 11 mar. 2025.

MULLER, Fabio. Como a COP 30 pode nos levar além: a desigualdade social deve permear as discussões ambientais. **CIEDS**, São Paulo, 14 fev. 2025. Disponível em: <https://www.cieds.org.br/noticia/como-a-cop-30-pode-nos-levar-alem-a-desigualdade-social-deve-permear-as-discussoes-ambientais#:~:text=A%20COP%2030%2C%20ao%20ser,em%20especial%2C%20a%20regi%C3%A3o%20norte> Acesso em: 26 fev. 2025.

NASCIMENTO, Henrique. Veja 5 consequências do desmatamento de florestas. **Unama**, Pará, 20 mar. 2018. p. 2. Disponível em: <https://www.unama.br/noticias/veja-5-consequencias-do-desmatamento-de-florestas> Acesso em: 15 out. 2025.

NOBRE, Antônio Donato. **O futuro climático da Amazônia**: relatório de avaliação científica / São José dos Campos: ARA: CCST-INPE: INPA, 2014. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/10I00149.pdf> Acesso em: 27 mar. 2025.

NOVAES, Sylvia Caiuby. Funerais entre os Bororo: imagens da refiguração do mundo. **Revista de Antropologia**, v. 49, n. 1, p. 282-315, jun. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012006000100009>

NOVAES, Sylvia Caiuby. Mulheres, homens e heróis: dinâmica e permanência através do cotidiano da vida Bororo. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

NOVAIS, Cleidiane Moraes. et al. Panorama da contaminação ambiental por agrotóxicos no estado do mato grosso: risco para o abastecimento urbano. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 1, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11667/10445> Acesso em: 03 jul. 2025. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11667>

NUNES, Josué Ribeiro da Silva. et al. MATO GROSSO E SEUS BIOMAS: Biodiversidade, desafios sócio ambientais, unidades de conservação iniciativas de políticas públicas e privadas para a conservação. **Revista Gestão Universitária**,

2017. Disponível em

http://www.gestaouniversitaria.com.br/system/scientific_articles/files/000/000/231/original/BIODIVERSIDADEDefinitivo.pdf?1483469804 Acesso em: 27 mar. 2025.

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon. **A implementação dos acordos internacionais assinados na Conferência “Rio-92” no ordenamento jurídico brasileiro**. Curitiba, 2013. 180p. Dissertação. Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

PAULO VI, PP. **Carta Apostólica Octogesima Adveniens**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens.html Acesso em: 29/09/2024

PEREIRA, Adriana Camargo. et al. **Sustentabilidade na prática: fundamentos, experiências e habilidades**. Valinhos: Anhanguera Publicações Ltda, 2011.

PEREIRA, Ricardo Menengussi. Governança climática: COPs UNFCC. [s.l]: Independently published, 2024. E-book.

PEREIRA, Sandra de Jesus Belo **A Ecologia Integral como promoção do Bem Comum: o cuidado da Casa Comum – uma proposta pedagógica à luz da UL4: Paz Universal**. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/40100/1/203162129.pdf> Acesso em 29 set. 2024.

PESSINI, Leo; SGANZERLA, Anor. Evolução histórica e política das principais conferências mundiais da ONU sobre o clima e meio ambiente. **Revista Iberoamericana**, n. 01, p. 01-14, fev. 2016. Disponível em: <https://revistas.comillas.edu/index.php/bioetica-revista-iberoamericana/article/view/6772/6571> Acesso em: 07 fev. 2025. DOI: <https://doi.org/10.14422/rib.i01.y2016.009>

PINHA, Rafael Lisboa Salgado. **Paradiplomacia ambiental: o papel das cidades na governança global do clima em 30 anos de Rio-92**. Rio de Janeiro, 2023. 258p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas.

PINTO, Erika de Paula Pedro. et al. **Perguntas e Respostas sobre Aquecimento Global**. Belém: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2010. Disponível em https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2010/05/perguntas_e_respostas_sobre_aquecimento_.pdf Acesso em: 03 jul. 2025.

RANAURO, Marcio Lima. **Uma agenda para o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras: experiências de agendas 21 locais fomentadas pelo Ministério do Meio Ambiente no período 2003 a 2008**. Rio de Janeiro, 2014. 147p. Dissertação. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

REDE ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA (REPAM), Brasil, **Síntese da contribuição para o Sínodo**, apud: Papa Francisco Querida Amazônia, n. 11.

REZENDE, Ana Catarina Z.; PATAXÓ, Keyla. Sínodo da Amazônia, ecologia integral e relação especial dos povos indígenas com a terra. **Revista Relicário**, Uberlândia, v. 6, n. 12, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://www.museudeartesaucrauberlandia.com.br/index.php/relicario/article/view/137/126> Acesso em: 29 mai. 2024.

RIBEIRO, Antônio Lopes. A espiritualidade ecológica integral a partir dos povos indígenas. **Caminhos de Diálogo**, Curitiba, ano 9, n. 15, p. 248-260, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/caminhosdedialogo/article/view/28713/25263> Acesso em: 27 mai. 2025.

ROAF, Sue. et al. **A adaptação de edificações e cidades às mudanças climáticas**. Porto Alegre: Bookman, 2009. E-book.

RODRIGUES, Solange Santos. et al. **CEBs: Igreja em Saída na busca de vida plena para todos e todas**. Cuiabá, MT: Ed. dos Autores, 2022.

SANTOS, Marcelo Guerra; CARVALHO, Ana Cecília Bezerra. Plantas medicinais: saberes tradicionais e o sistema de saúde. In: SANTOS, Marcelo Guerra; QUINTEIRO, Mariana. (orgs). **Saberes tradicionais e locais: reflexões etnológicas**, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. P. 73-99.

SANTOS, Suzana Moura dos; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Geoculturalidade: preservação cultural e interculturalidade – um relato de experiência junto ao povo Boe Bororo. **Revista Mirante**, Anápolis, v. 17, n. 2, p. 210-224, dez. 2024. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/mirante/article/view/16194/11151> Acesso em: 26 jun. 2025.

SCHUINA, Marilza José Lopes. **15º Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base: relatório final**. Rondonópolis: Ed. dos autores, 2024.

SILVA, José Eduardo Flores. **Direitos socioambientais, povos tradicionais e seus conhecimentos associados à biodiversidade**. Curitiba, 2008. 84f. Monografia. Setor de Ciências Jurídicas, Direito, Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/30868/M%201006.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 08 out. 2025.

SILVA, Phábio Rocha da. **Memória e representação em Barra do Garças: o conflito na aldeia Meruri**. Goiânia, 2012. 87p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

SIQUEIRA, Antônio de Oliveira. **Carta Encíclica Laudato Sí: um diálogo com a ciência socioambiental**. São Paulo, 2020. 271 f. Tese. Programa de estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SOUZA, Leila Aparecida. **Bakaru na comunidade indígena Bororo da aldeia central de Tadarimana, em Rondonópolis - Mato Grosso: conceitos e manifestações**. Belo Horizonte, 2014. 210p. Tese. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

SUDRÉ, Lu. COP29 chega ao fim com financiamento climático fraco e insuficiente. **Greenpeace**, São Paulo, 24 nov. 2024. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/cop29-chega-ao-fim-com-financiamento-climatico-fraco-e-insuficiente> Acesso em 25 mar. 2025.

TEMPESTA, Orani João. Vamos cuidar da nossa “Casa Comum”. **CNBB**, Brasília, 23 jan. 2019. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/vamos-cuidar-da-nossa-casa-comum/> Acesso em: 27 mar. 2025

TESORO, Luci Léa Lopes Martins., Rondonópolis-MT: o entroncamento de mão única. São Paulo: Bartira gráfica e editora, 1993.

TISI, Lucíola Cruz Paiva. **Esperança e Responsabilidade com a nossa casa comum: cuidado com a criação**. Rio de Janeiro, 2020. 149p. Dissertação. Faculdade de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

TOLENTINO, Nelson Gil. Ética Bororo: a sobrevivência de um povo. **Interações**, v. 10, n. 2, p. 235-258, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/9Pk8xS3ngzSGtjtMGVvbnKd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 17 out. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122009000200010>

TURINO, Célio. Prefácio à edição brasileira. In: ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos** / Alberto Acosta; tradução de Tadeu Breda. – São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matias Alejandro. Governança ambiental: da destruição das florestas até os objetivos de descarbonização. **Revista USP**. São Paulo, n. 134, jul./ago./set. 2022, p. 143-162. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/202384/186435> Acesso em: 25 mar. 2025.